
**DISPUTA TERRITORIAL ENTRE O MOVIMENTO CAMPONÊS E O
AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO EM TEODORO SAMPAIO - SP**



Elienai Constantino Gonçalves

Orientador: Prof.Dr. Bernardo Mançano Fernandes

Presidente Prudente
Junho de 2011

ELIENAI CONSTANTINO GONÇALVES

**DISPUTA TERRITORIAL ENTRE O MOVIMENTO CAMPONÊS E O
AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO EM TEODORO SAMPAIO - SP**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, vinculado à área de concentração Produção do Espaço Geográfico e à linha de pesquisa *Espaço Rural e Movimentos Sociais*, para a obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes

Presidente Prudente
Junho de 2011


G625d Gonçalves, Elienai Constantino.
Disputa territorial entre o movimento camponês e o agronegócio
canavieiro em Teodoro Sampaio – SP / Elienai Constantino
Gonçalves. - Presidente Prudente: [s.n], 2011
160 f.

Orientador: Bernardo Mançano Fernandes
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista,
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Inclui bibliografia

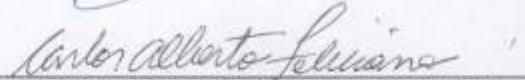
1. Território. 2. Assentamentos rurais. 3. Agronegócio canavieiro.
I. Fernandes, Bernardo Mançano. II. Universidade Estadual Paulista.
Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.

CDD 910

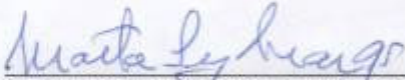
BANCA EXAMINADORA




PROF. DR. BERNARDO MANÇANO FERNANDES
ORIENTADOR



PROF. DR. CARLOS ALBERTO FELICIANO
(UNESP/FCT)



PROFA. DRA. MARTA INEZ MEDEIROS MARQUES
(USP)



ELIENAI CONSTANTINO GONÇALVES

Presidente Prudente (SP), 13 de junho de 2011.

RESULTADO: APROVADO

ELIENAI CONSTANTINO GONÇALVES

**DISPUTA TERRITORIAL ENTRE O MOVIMENTO CAMPONÊS E O
AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO EM TEODORO SAMPAIO - SP**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, a banca examinadora:

Bernardo Mançano Fernandes

Doutor em Geografia Humana pela USP (1999)
Professor Assistente Doutor da Unesp
Orientador

Marta Inês Medeiros Marques

Doutora em Geografia Humana pela USP (2000)
Professora Assistente Doutora na USP
Examinadora

Carlos Alberto Feliciano

Doutor em Geografia Humana pela USP (2008)
Professor Colaborador da Unesp
Examinador

*Dedico este trabalho a todos os trabalhadores rurais que lutam pela terra.
Especialmente para o Sr. Pedro e a Sra. Maria Julia.*

Terra é para a vida e não para negócio.

Agradecimentos

Os meus agradecimentos vão, primeiramente, ao meu orientador, Bernardo Mançano Fernandes, pessoa com quem aprendi muito. Agradeço pela paciência e compreensão durante o meu processo de aprendizagem, certamente aprendemos a conciliar dois “tempos” diferentes. Obrigado pela orientação e palavras de incentivo.

Um agradecimento especial para os companheiros de NERA que tive a grata satisfação de caminhar junto nesses últimos seis anos. Tenho a honra de fazer parte desse grupo de trabalho que tanto contribui para o aprimoramento da ciência geográfica e compreensão da questão agrária. Um abraço em cada um dos muitos companheiros que estão ou passaram, vocês fazem parte dessa história.

Agradeço à colega Nívea Massareto e seu orientador, o Prof. Dr. João Osvaldo Rodrigues Nunes, por compartilhar os trabalhos e enriquecerem nossas análises sobre as disputas territoriais com os resultados a respeito da condição de fertilidade do solo nos lotes que estiveram em parceria. A eles vão meus agradecimentos e desculpas pelas minhas ausências.

Agradeço também aos professores e colegas que através das aulas ou das conversas me ajudaram bastante:

Agradeço aos amigos que durante esse árduo período de pós-graduação me deram forças, compartilhando meus diferentes momentos, altos e baixos: João Paulo, Beto, Janine, Mazinho, Karina, Izide, Saulo “Chatuba”, David “Jaguar”. Agora um agradecimento especial para os camaradas que tive o prazer de dividir o conforto da “*Chácara do Biriba*”, Antonio Laurenti “Toninho” e Marcel Ribeiro “Lambari”.

E finalmente, o maior dos agradecimentos é para a minha família que me deu base moral para chegar até aqui e apesar de tanto tempo de ausência e aflições, nunca deixaram de me apoiar: meus pais (Valdeci José Gonçalves e Rachel G. Constantino Gonçalves) e meus irmãos (Abner, Quézia e Jonatha Gonçalves). Certamente é um amor recíproco e incondicional.

Apoio institucional

Este trabalho foi financiado pela **CAPES** (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) na concessão da bolsa de estudos (Agosto de 2008 à agosto de 2010), o que manteve minha permanência em Presidente Prudente, a realização dos trabalhos de campo e a participação de eventos científicos.

Este trabalho também contou com o apoio da **CLACSO** (Conselho Latino Americano de Estudos Sociais) na concessão da beca de iniciação científica nível B3 do programa CLACSO – Asdi de promoção a pesquisa social (2006 – 2008).

DISPUTA TERRITORIAL ENTRE O MOVIMENTO CAMPONÊS E O AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO EM TEODORO SAMPAIO - SP

Resumo

A presente dissertação versa sobre a disputa territorial entre o agronegócio canavieiro e o movimento camponês no município de Teodoro Sampaio – SP, mais precisamente a disputa pelas terras e políticas para o desenvolvimento territorial a serem implementadas. Notadamente verifica-se a territorialização das transnacionais do agronegócio na região do Pontal do Paranapanema-SP, região com a maior concentração de terras públicas e assentamentos rurais do estado de São Paulo. Nesse contexto analisamos a territorialização do agronegócio e do movimento camponês na escala nacional, estadual, regional e na escala municipal, onde analisamos as “parcerias” entre a Destilaria Alcídia e assentados dos projetos de assentamento estaduais: Santa Terezinha da Alcídia, Vô Tônico, Laudenor de Souza, Alcídia da Gata, Santa Zélia e Santa Cruz da Alcídia. A “parceria” foi um contrato de arrendamento disfarçado, respaldado pela portaria ITESP nº 75 que permitiu o assentado arrendar parte de seu lote para a Destilaria Alcídia produzir cana-de-açúcar para industrialização. Essa prática é uma forma do agronegócio subordinar o território camponês, uma vez que a “parceria” significou a incorporação da territorialidade do agronegócio pelos assentados em detrimento de seus territórios. É mais uma face da monopolização do território pelo capital monopolista.

Palavras-chave: Assentamentos Rurais, Território, Disputa Territorial, Movimento Camponês, Agronegócio canavieiro

DISPUTA TERRITORIAL ENTRE EL AGRONEGOCIO DE LA CAÑA DE AZÚCAR Y EL MOVIMIENTO CAMPESINO EN EL MUNICIPIO DE TEODORO SAMPAIO - SP

Resumen

La presente disertación se centra en la disputa territorial abierta entre el agronegocio de la caña de azúcar y el movimiento campesino en el municipio de Teodoro Sampaio - SP, más concretamente en la lucha por la tierra y las políticas de desarrollo territorial a ser aplicadas. Principalmente se verifica la territorialización de las transnacionales del agronegocio en el Pontal de Paranapanema - SP, la región con mayor concentración de tierras públicas y asentamientos rurales del Estado de São Paulo. En este contexto estudiamos la territorialización del agronegocio y del movimiento campesino a escala nacional, regional y municipal, donde analizamos la "asociación" entre la destilería Alcídia y los asentados de los proyectos de asentamiento estatal: Santa Teresinha da Alcídia, Vô Tônico, Laudenor de Souza, Alcídia da Gata, Santa Cruz da Alcídia, Santa Zélia. Esta "asociación" consiste en un contrato de arrendamiento disfrazado, respaldado por la ordenanza ITESP N ° 75, que permitió al asentado arrendar parte de sus tierras para que la destilería Alcídia produzca caña de azúcar destinada a la industrialización. Esta práctica es una de las formas empleadas por el agronegocio para subordinar el territorio campesino, una vez que esta "asociación" representa la incorporación de la territorialidad del agronegocio por los asentados en detrimento de sus territorios. Se trata una cara más de la monopolización del territorio por el capital monopolista.

Palabras-clave: asentamientos rurales, territorio, disputa territorial, movimiento campesino, agronegocio de la caña de azúcar

TERRITORIAL DISPUTE BETWEEN THE SUGARCANE AGRIBUSINESS AND THE PEASANT MOVEMENT IN THE CITY OF TEODORO SAMPAIO – SP

Abstract

The present dissertation is about the territorial dispute between the sugarcane agribusiness and the peasant movement in the city of Teodoro Sampaio – SP, most precisely about the dispute by land and by the politics of territory development. Notably there is an increase in the sugarcane planted area and also the territorializations of the transnational companies on the region of Pontal do Paranapanema-SP, region with the biggest concentration of public lands and rural settlements in the state of São Paulo. In this context, we analyzed the agribusiness and the peasant movement's territorialization at national, state and regional scale in the municipal scale we analyzed the “partnership” between the Alcídia Distillery and the settlers of the state settlement projects: Santa Terezinha da Alcídia, Vô Tônico, Laudenor de Souza, Alcídia da Gata, Santa Zélia and Santa Cruz da Alcídia. The partnership was a contract of a disguised lease, backed by the ordinance ITESP nº 75 which allowed the settler to lease part of your allotment for the Alcídia Distillery to plant sugarcane to industrialization. This practice presented as a form of agribusiness to subordinate the peasant territory, once the “partnership” meant the incorporation of the agribusiness' territoriality by the settlers, even in detriment of your territories.

Key-words: Rural Settlements, Territory, Territorial Dispute, Peasant Movement, Sugarcane Agribusiness.

Sumário

Introdução	16
Capítulo 1	
A disputa territorial como “novo” tema geográfico: o SINGA de Londrina/PR	21
Multiterritorialidade e Tipologia dos Territórios.....	32
Disputa territorial entre os movimentos camponeses e o agronegócio canavieiro: reforma agrária e modelos de desenvolvimento territorial.....	40
Capítulo 2	
Espacialização e territorialização dos movimentos camponeses	50
Processos geográficos: espacialização e territorialização	52
Ocupações de terras	53
Assentamentos rurais.....	56
Movimentos socioterritoriais	60
O MAST e o “MST da Base”	80
Capítulo 3	
Territorialização do agronegócio canavieiro	82
Destilarias e Usinas Implantadas na Região do Pontal do Paranapanema	90
Territorialização do agronegócio canavieiro na região do Pontal do Paranapanema	93
Disputa territorial no município de Teodoro Sampaio.....	98
Capítulo 4	
Disputa territorial	101
Territorialidade do agronegócio em território camponês	102
“parceria” ou arrendamentos?.....	108
Considerações Finais	115
Referências Bibliográficas	117
Anexos	124

Lista de tabelas

Tabela 01 - Número de ocupações e famílias por estado e macrorregiões 1988-2009	54
Tabela 02 - Número de assentamentos rurais, famílias e área por estado e macrorregião - 1979-2009	57
Tabela 03 - Número de assentamentos rurais e famílias por tipo de assentamento do Estado de São Paulo - 1979-2009	59
Tabela 04 - Número de ocupações e de famílias por município da região do Pontal do Paranapanema - 1988-2009	71
Tabela 05 - Número de Assentamentos, famílias e área por município da região do Pontal do Paranapanema - 1984-2009	73
Tabela 06 - Movimentos socioterritoriais na região do Pontal do Paranapanema – 2000 a 2009.	79
Tabela 07 - Área plantada (ha) de cana-de-açúcar por Região Administrativa e por safra 2003/2004 a 2009/2010	94
Tabela 08 - área plantada (ha) de cana-de-açúcar nas safras 2002/2003 e 2009/2010 por município da região do Pontal do Paranapanema	97
Tabela 09 - Relação de contratos com enquadramento na Portaria nº 77 de 27/07/2004 (Abril de 2009)	107
Tabela 10 - Relação dos projetos com lotes que estiveram em “parceria” no município de Teodoro Sampaio – SP – 2002 à 2009	108

Lista de Quadros

Quadro 01 - Elementos estruturais do agronegócio e do campesinato	43
Quadro 02 – Brasil – nome dos movimentos socioterritoriais e estado onde atuaram em 2000 – 2009	61
Quadro 03 – Pontal do Paranapanema – nome dos movimentos socioterritoriais que atuaram em 2000 – 2009	73

Lista de gráficos

Gráfico 01 - Gráfico 01 – Pontal do Paranapanema – Número de ocupações – 1988 – 2009	70
Gráfico 02 – Pontal do Paranapanema – Número de Assentamentos rurais – 1984 – 2009	73
Gráfico 03 – Área plantada de cana-de-açúcar por região administrativa do estado de São Paulo	95

Lista de Mapas

Mapa 01 - Tipologia dos Territórios: 1º e 2º território (Município e propriedades)	37
Mapa 02 - O Brasil Agrário	39
Mapa 03 – Brasil – Geografia das Ocupações de terra – 1988- 2009 – Número de Famílias em ocupações	55
Mapa 04 – São Paulo – Número de ocupações – 1988 – 2009	56
Mapa 05 – Brasil – Número dos Assentamentos Rurais – 1979 – 2009 - famílias assentadas	58
Mapa 06 – São Paulo – Número de Assentamentos Rurais – 1979 – 2009	60
Mapa 07 – Brasil – Geografia dos movimentos socioterritoriais 2000 – 2009 – número de famílias em ocupações	65
Mapa 08 – Número de famílias em ocupações 1988 – 2009 – Pontal do Paranapanema	72
Mapa 09 - Famílias em ocupações por movimento – 2000 – 2009 – Pontal do Paranapanema	77
Mapa 10 – Brasil – Área Plantada de cana-de-açúcar – 1990	84
Mapa 11 – Brasil – Área Plantada de cana-de-açúcar - 1996	85
Mapa 12 – Brasil – Área Plantada de cana-de-açúcar – 2002	86
Mapa 13 – Brasil – Área Plantada de cana-de-açúcar – 2009	87
Mapa 14 – Localização das usinas em funcionamento na região do Pontal do Parnapanema	93

Mapa 15 – Área Plantada de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo no ano de 2002 e 2009	96
Mapa 16 – Área de cana-de-açúcar e assentamentos rurais no município de Teodoro Sampaio – SP	100

Lista de fotografias

Fotografia 1 - Assentamento Santa Terezinha da Alcídia	110
Fotografia 2 - Assentamento Santa Teresinha da Alcídia – Lote 06	111
Fotografia 3 - Assentamento Santa Teresinha da Alcídia – Lote 03	111
Fotografia 4 - Assentamento Gleba VX de Novembro	111

Introdução

O aquecimento global causado pela emissão de gases do efeito estufa, o esgotamento gradual das reservas de petróleo, a variação do preço do petróleo, instabilidade política dos países produtores e a conturbada relação com os países importadores, fez com que entrasse na pauta política e econômica, em escala global, a necessidade de desenvolver fontes de energias alternativas ao petróleo. Estamos vivenciando uma mudança na matriz energética mundial.

A energia alternativa preferida foram os “biocombustíveis”, que preferimos chamar de agrocombustíveis por entendermos que é mais correta a utilização do prefixo *agro* do que *bio*. Adotamos essa postura porque o prefixo *bio* é empregado com uma conotação ideológica em defesa da vida, mas que percebemos ser uma

Os principais agrocombustíveis são os provenientes dos açúcares e sacaroses encontrados nas culturas como a cana-de-açúcar e do milho (etanol), e dos óleos vegetais para combustão como os extraídos dos grãos da soja, amendoim, girassol, ou das sementes de plantas como a mamona, pinhão-manso e a palma africana. O Brasil possui grandes extensões de terras agricultáveis e um clima tropical propício para produção dessas culturas, além da tecnologia avançada para o cultivo da cana-de-açúcar e produção de álcool combustível. O governo brasileiro aliado à elite rural brasileira e as transnacionais enxergaram nessas características um grande potencial para a inserção do país nesse mercado global em crescimento.

A partir do ano de 2003 o governo brasileiro estimulou a produção de etanol e de óleos vegetais para combustão. O primeiro passo foi o incentivo para a produção de carros com tecnologia *flexfuel* para a criação de um mercado interno. Segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores - Brasil / ANFAVEA os carros bicombustíveis correspondem a 25% da frota nacional, no entanto a montagem de novos carros com a tecnologia *flexfuel* em 2010 correspondeu a 93%, o que sugere um crescimento progressivo da demanda.

O crescimento da demanda vem causando um aumento da área plantada de cana-de-açúcar e também dos investimentos das transnacionais do Agronegócio. Segundo o IBGE a safra de 2003 foi de 5.377.216 hectares e em 2009 foram no total 8.756.576 hectares, um aumento de 38,5%. A área plantada aumentou em todas as regiões brasileiras. A estimativa para os próximos anos é de crescimento, pois segundo a União da Indústria da Cana-de-açúcar (UNICA) a produção de etanol no ano de 2010 teve a capacidade de abastecer apenas 45% da frota de veículos

flexfuel do Brasil e alegam que o crescimento da oferta não está acompanhando a demanda. As indústrias cobram incentivos do governo para a instalação de novas usinas e ampliação das existentes, para isso O Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDS) e seus agentes financeiros possuem uma carteira de R\$ 30 bilhões em financiamentos ao setor em operações diretas e indiretas para empresas de todos os portes em todas as regiões brasileiras. O que demonstra a intervenção do Estado no setor para garantir seu crescimento nos próximos anos. (MILANEZ, BARROS e FILHO, 2008)

A partir de 2003 percebe-se a territorialização do agronegócio canavieiro na região do Pontal do Paranapanema - SP. A área plantada de cana-de-açúcar aumentou 275%, ou de 71.095 para 266.820 hectares. A região é a que mais conta com terras públicas e concentra o maior número de assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Essa conjuntura nos fez atentar para as disputas territoriais causadas por essa conjuntura, uma vez que se acirrou a disputa pela terra e pela implementação das políticas de desenvolvimento territorial, seja as propostas pelo agronegócio canavieiro ou pelos camponeses.

Em outubro de 2007 aconteceu o IV simpósio Nacional de Geografia Agrária e o III Simpósio Internacional de Geografia Agrária no município de Londrina – PR. Esse evento foi bastante importante para esse trabalho, porque aconteceu no período em que estávamos construindo o projeto para o mestrado e os trabalhos apresentados no evento nos instigou a analisar as disputas territoriais entre o movimento camponês e o agronegócio canavieiro. Os trabalhos e pesquisas que foram apresentados nas conferências e mesas redondas foram editados em um livro: “Campeinato e territórios em disputa”.

No primeiro capítulo realizamos uma leitura detalhada dos trabalhos apresentados no evento a fim de conhecer a concepção sobre território e disputas territoriais desses autores, para servirem de subsídio para nossas análises sobre as disputas territoriais em Teodoro Sampaio - SP. Utilizamos como referência a tipologia dos territórios proposta por Fernandes (2008). A tipologia dos territórios é uma das formas que pode ser entendido o território. Pode-se entender o território como *uno*, ou seja, como o território controlado pelo Estado, o espaço de governança, ou considerar a multiterritorialidade do território, o qual coexistem o território como espaço de governança, e as propriedades com suas respectivas

territorialidades, tanto camponesa quanto do agronegócio. Entender o território dessa maneira possibilita verticalizar a análise das disputas territoriais para a escala dos territórios camponeses e do agronegócio canavieiro.

A disputa territorial entre esses territórios podem acontecer de duas formas: quando a territorialização de um resulta na desterritorialização do outro ou quando se intenta controlar o acesso e forma de uso dos territórios.

A figura da capa foi retirada do número 37 do *Journal of Peasant Studies* de outubro de 2010. A imagem foi criada por Boy Dominguez e representa muito bem a disputa territorial causada pela produção dos agrocombustíveis. O modelo de desenvolvimento, que subordina o campo para com a cidade, é desfavorável para os camponeses e para a produção de alimentos.

No segundo capítulo analisamos a territorialização camponesa, sobretudo dos movimentos socioterritoriais e os assentamentos conquistados através das ocupações de terras. Os assentamentos é a principal forma de territorialização camponesa. Analisamos a territorialização das ocupações de terras e assentamentos rurais na escala nacional, estadual e regional.

Em contra partida analisamos no capítulo seguinte a territorialização do agronegócio canavieiro, sobretudo a partir de 2003, quando percebe-se um aumento considerável da área plantada, sobretudo na região do Pontal do Paranapanema - SP na qual se localiza o município de Teodoro Sampaio, nosso recorte espacial.

No quarto e ultimo capítulo analisamos a “parceria” entre a Destilaria Alcídia e assentados do município de Teodoro Sampaio – SP. Mais precisamente os assentamentos: Santa Terezinha da Alcídia, Vô Tônico, Laudenor de Souza, Alcídia da Gata, Santa Zélia e Santa Cruz da Alcídia. A “parceria” se resumiu em um arrendamento disfarçado no qual a usina utilizou financiamento público e terras públicas em nome dos assentados para produzir cana-de-açúcar para a industrialização.

As “parcerias” significaram a incorporação da territorialidade do agronegócio em território camponês. Os camponeses assentados por falta de alternativas para a geração de renda e desenvolvimento territorial de seus lotes aceitaram arrendar e financiar a produção de cana-de-açúcar para produção de álcool combustível. A incorporação da territorialidade do agronegócio em território camponês é uma das faces da disputa territorial entre esses dois territórios. E também uma face da monopolização do território pelo capital monopolista. Contraditoriamente até mesmo

o camponês que conquistou a terra através da luta contra o capital foi incorporado ao sistema do agronegócio.

Com a intenção de analisar os impactos causados pelo plantio de cana-de-açúcar no solo dos lotes que estiveram em parceria e verificar se os artigos da portaria nº77 do ITESP, a qual regulamenta a parceria, foram cumpridos pela Destilaria Alcídia. Realizamos conjuntamente com o Prof. Dr. João Osvaldo e sua orientanda Nivea Massareto análises físicas e químicas do solo. Os resultados foram apresentados no quarto capítulo.

Capítulo 1

A disputa territorial como “novo” tema geográfico: o SINGA de Londrina/PR

Em outubro de 2007 aconteceu o IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária e o III Simpósio Internacional de Geografia Agrária no município de Londrina - PR, os quais foram denominados de SINGA. O tema do evento foi “campesinato em movimento”. Participamos desse evento com a preocupação de atentar para as pesquisas que trabalhavam com os processos de espacialização e territorialização da luta pela terra e dos movimentos camponeses, uma vez que estávamos em processo de elaboração do projeto de mestrado, cujos pontos principais são esses processos e o conceito/categoria território.

Os trabalhos e pesquisas que foram apresentados nas conferências e mesas redondas foram editados em um livro: *Campesinato e territórios em disputa*. O nome dado ao livro reflete qual foi a “tônica” do evento e dos trabalhos apresentados. Trabalhos como de Teodor Shanin, Marta I. M. Marques e Henry Veltmeyer e James Petras colaboraram com questões teórico-políticas sobre a caracterização da economia e recriação do campesinato e trabalhos como de Héctor Mondragón, Bernardo M. Fernandes, Valéria de Marcos, Eliane Tomiasi Paulino, Antonio Thomaz Júnior, João Edmilson Fabrini e Rosemeire A. de Almeida sobre a resistência camponesa frente ao avanço do capitalismo no campo e quais disputas territoriais resultantes dessa conflitualidade.

Julgamos que esse evento foi um marco importante para a geografia agrária brasileira uma vez que se ampliou o debate a respeito das disputas territoriais. O que possibilitou novas leituras do embate entre o agronegócio e os movimentos camponeses, agora sob a perspectiva geográfica dos territórios, conceito que vem

sendo bastante utilizado por pesquisadores da geografia, de outras ciências humanas bem como instituições na criação de políticas públicas.

O V SINGA que aconteceu em outubro de 2009 em Niterói, apesar de contar com um número maior de eixos para a inscrição dos trabalhos para as comunicações livres, passou a contar com os eixos: “Agricultura camponesa e agronegócio, tensões e disputas territoriais” e “agrocombustíveis”. O que confirma a tendência, na geografia agrária, de destaque das análises da disputa territorial entre o campesinato e o agronegócio, sobretudo, o agronegócio canavieiro que vem se expandindo no Brasil e em outros países da América Latina.

Abaixo apresentamos uma breve leitura dos trabalhos que foram referência no evento que aconteceu em Londrina-PR e que diretamente ou indiretamente analisaram as disputas territoriais e colaboraram com a realização dessa pesquisa.

Marta Inês Marques (2008) fez uma reflexão teórica sobre os camponeses em “Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil”, recuperando duas correntes, a dos chamados “populistas russos” como Chayanov (1974) e Shanin (2008), que defendem a retomada e permanência da discussão sobre o campesinato, pela persistência e resistência dessa classe social “calcada” na existência da economia e produção familiar, e a segunda que defende a idéia da “descampenização”, por causa da territorialização do capitalismo e posterior industrialização e modernização, defendida por Lênin (1985) e Kautsky (1986).

Na geografia agrária brasileira a autora destaca dois autores, Ariovaldo U. de Oliveira (1999) e Bernardo M. Fernandes (1996, 2000), como exceções que se contrapõem a essa compreensão de “descampenização”, ou seja, não acreditam no desaparecimento do campesinato. Esses autores defendem a idéia de que o próprio modelo de desenvolvimento contraditório e combinado do capitalismo, que ao se reproduzir também produz relações não capitalistas de produção como, por exemplo, o campesinato em suas diferentes formas, como as encontradas no Brasil e por várias partes do mundo.

Segundo Oliveira é a lógica contraditória do capital monopolista que constrói/destrói formações territoriais ou faz com que frações de uma mesma formação territorial conheçam processos desiguais de valorização. Dito isso podemos afirmar que a concepção de território de Oliveira é de território como espaço de governança controlado pelo Estado/territorial e que formações territoriais

que produzem relações sociais não capitalistas ou capitalistas são frações desse território.

Para o autor território deve ser entendido como:

“[...] síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc.) em que o Estado desempenha a função de regulação. O território é assim produto concreto da luta de classes travadas pela sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletário, burguesia e proprietários de terra.” (OLIVEIRA, 1999. p.74)

Fernandes (1996, 2000) amplia essa discussão ao analisar a espacialização e territorialização da luta pela terra e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Para o autor as ocupações de terras que acontecem no processo de luta pela terra e reforma agrária é a principal forma dos movimentos camponeses conseguirem acesso a terra, pois são através dessas ocupações que os camponeses pressionam o Estado e conquistam os assentamentos rurais, que por sua vez representa a principal forma de recriação do campesinato no Brasil. Essa conquista é compreendida a partir das formas organizativas e das lutas empreendidas pelos movimentos camponeses no interior dos processos contraditórios e desiguais do capitalismo, ou seja, do processo de territorialização do capital monopolista na agricultura e do processo de monopolização do território pelo capital monopolista, conforme sugeriu Oliveira (1999).

A concepção de território de Fernandes em (1996, 2000) assim como de Oliveira, 1999, têm como ponto de partida o território – espaço de governança e os assentamentos rurais conquistados pelos movimentos camponeses, através da luta pela terra, são considerados frações do território. Mais adiante retomaremos o pensamento de Fernandes e analisaremos a sua proposição de se pensar os tipos de territórios levando em consideração princípios da multiterritorialidade, multidimensionalidade e multiescalaridade a fim de superar a visão de território uno e reconhecer os assentamentos rurais como território dos movimentos camponeses em disputa com o território do agronegócio.

Ainda nos trabalhos de ordem teórico-políticas Henry Veltmeyer e James Petras apresentam em “Camponeses numa era de globalização neoliberal: América Latina em movimento” as mudanças agrárias causadas pelo avanço do capitalismo

no campo e as formas de resistências decorrente o que denominam de movimento antiglobalização.

Para os autores os camponeses e sua persistência se constituíram na força de resistência mais dinâmica contra o desenvolvimento capitalista na era de globalização. Movimentos como o MST e suas ações inspiraram outros movimentos similares na América Latina, no entanto mostram que em resposta aos movimentos “sociopolíticos”, o Estado neoliberal adotou algumas medidas para conter a mobilização dos camponeses, entre as quais a estratégia de implantação do desenvolvimento local e reformas agrárias assistidas pelo mercado. (VELTMEYER e PETRAS, 2008).

No caso brasileiro destacamos Ramos Filho, 2008 que analisa a diferenciação social e conflitualidades decorrentes da implantação desse modelo de reforma agrária de mercado proposto pelas organizações supranacionais, como o Banco Mundial, e o acatamento e implantação pelo governo brasileiro, em detrimento dos movimentos camponeses presentes na luta pela terra e pela realização de uma efetiva reforma agrária.

Apesar de Veltmeyer e Petras não discorrerem sobre o conceito de território de forma direta, analisamos suas proposições e análises, e chegamos a conclusão de que o território por eles é entendido como *uno*, ou seja, o espaço controlado e gerido pelo Estado/territorial, caracterizado pelos autores como neoliberal.

Os trabalhos organizados na segunda parte do livro: “dilemas e perspectivas para o campesinato frente ao agronegócio” tratam das disputas territoriais entre esses dois modelos de desenvolvimento, o campesinato e o agronegócio.

Mondragón, 2008 analisa e critica os mega-projetos em andamento na Colômbia para a produção de agrocombustíveis, sobretudo, a partir da cana-de-açúcar e da palmeira de dendê. Para o autor esses projetos servem para retirar dos camponeses, indígenas e afro-colombianos o domínio sobre as terras e submetê-las as regras da especulação. No entanto, também destaca a resistência camponesa, indígena e afro-colombiana frente a esses mega-projetos, que são implantados e geridos por um Estado comprometido com interesses do agronegócio, portanto contrários ao da reprodução camponesa. Mondragón reconhece a multiterritorialidade do território quando destaca que os nômades teriam que se estabelecer regularmente e permanentemente para que seu território seja reconhecido, assim como os indígenas, camponeses e afro-colombianos. (p.133)

A seguir temos as contribuições de Teubal (2008). Para o autor a expansão do agronegócio é a expressão mais marcante na América Latina do processo de globalização do capital. Esse processo se apóia no discurso de “modernidade” e o mantém como dominante para tentar justificar a expansão do agronegócio baseada na produção de *commodities* como, por exemplo, a soja, milho e cana-de-açúcar. O avanço do agronegócio representa expropriação e exploração dos camponeses, ou seja, sua desterritorialização. Para o Teubal, os dois modelos de desenvolvimento não podem coexistir, por isso destaca a importância da construção de espaços alternativos que levem em consideração a soberania alimentar, respeito ao meio ambiente e sustentabilidade, ou seja, práticas camponesas.

Segundo o autor movimentos sociais camponeses e indígenas, como por exemplo, o MST no Brasil [...] “apontam a criação e/ou consolidação de um espaço territorial próprio no continente latino-americano, alternativo aos espaços até onde se expandiu o agronegócio”. (p.150)

Na mesma perspectiva Valéria de Marcos aponta para dois mundos, o atual e o que se pretende construir. No primeiro ela destaca as empresas do agronegócio como *Cargil, Mitsui, Du Pont, Bayer, Monsanto, Pionner, Armour, Swift, Monfort*, cuja atuação se desdobra em diferentes expressões de monopolização do território. E a segunda com a existência de outro mundo em construção, portador da perspectiva de que as práticas coletivamente construídas irão prevalecer sobre o capital monopolista. Para isso a autora se baseia em autores anarquistas como Kropotkin e Bakunin para defender que ações hegemônicas como as do agronegócio não são irrefreáveis e a construção de territórios alternativos é possível.

Fernandes e Welch (2008b) analisaram a relação entre o campesinato e agronegócio produtores de laranja nos EUA e Brasil tomando como exemplo as duas maiores regiões produtoras, Estado da Flórida e de São Paulo. Para os autores a modernização e padronização da produção e o alto preço das terras fez com que os camponeses deixassem de fazer parte da produção, mesmo assim o agronegócio por interesses comerciais e midiáticos diz que a maior parcela da produção é realizada pelos pequenos agricultores.

Paulino (2008) analisou a expansão do agronegócio, levando em consideração a intervenção do Estado, que privilegia a territorialização do agronegócio em detrimento do campesinato, e agrava ainda mais a monopolização das terras e o descumprimento da função social da propriedade. A autora também

destaca a importância da produção camponesa/familiar de alimentos e a tentativa do agronegócio atribuir a si próprio toda a produção agrícola do Brasil, principalmente os gêneros alimentícios.

A autora concebe território embasado nas concepções de Raffestin (1993), ou seja, espaços delimitados por e para relações de poder. Também considera o território como *uno*, nos quais o que estão em disputas entre o agronegócio e o campesinato são as frações do território.

Almeida (2008) nos traz a discussão das disputas territoriais entre o agronegócio e o campesinato reafirmando a distinção entre ambos, no que diz respeito as relações sociais e construções de espaços e territórios. A autora analisa a estrutura fundiária do Mato Grosso do Sul e a dinâmica da agricultura, comparando a pertinência dos assentamentos e da insustentabilidade do modelo do agronegócio. Para isso compara a grande propriedade antes e depois de virar assentamento rural e destaca que a reforma agrária é um dos caminhos possíveis para o cumprimento da função social da propriedade, princípio tomado como fundamental para o desenvolvimento sustentável.

Thomaz Jr. (2008) em “Trabalho e territórios em disputa: algumas considerações” analisa a reestruturação produtiva do capital, que articula um conjunto de estratégias para garantir a acumulação capitalista provocando rearranjos territoriais, portanto uma nova estrutura de poder de classes e conseqüentemente concentração das riquezas e dos meios de produção. O autor analisa que uma das estratégias, a informalidade, exige que os trabalhadores se aproximem e discutem entre si os impactos desses rearranjos, porque elas intensificam as disputas territoriais (controle do uso dos territórios) e complexidade da estrutura de classes sociais. Este autor também entende território como *uno*, ou seja, o espaço de governança.

Fernandes (2008) em “Entrando nos territórios do território” propõe uma tipologia dos territórios. O autor destaca os elementos da multidimensionalidade, multiescalaridade e multiterritorialidade dos territórios visando reconhecer e analisar o território brasileiro como o espaço de governança (países, estados e municípios) até os espaços das propriedades capitalistas ou camponesas.

Outra concepção importante é a dimensão imaterial do território que é formada pelas idéias, conhecimentos, teorias que sustentam os respectivos territórios materiais.

O autor em seus trabalhos de mestrado e doutorado (FERNANDES, 1996, 2000) entendia o território como *uno* e o que estavam em disputa entre o campesinato e o capital monopolista seriam as frações do território, ou seja, os assentamentos rurais e as propriedades capitalistas eram concebidos como fração do território brasileiro com suas respectivas territorialidades. Recentemente Fernandes, com a tipologia dos territórios, entende os assentamentos e propriedades do agronegócio como territórios distintos, em disputa um com o outro.

Esses autores analisaram a resistência camponesa em seu processo de reprodução e o embate com o agronegócio em diferentes dimensões, logo colaboram para o entendimento das diferenças entre as relações sociais do campesinato e do agronegócio, portanto das diferenças dos espaços e territórios construídos por eles.

Outros trabalhos publicados recentemente como de Paulino e Almeida (2010) Feliciano (2009) e Ribeiro (2009) também analisaram as disputas territoriais e colaboraram com o entendimento do embate atual entre agronegócio e movimentos camponeses no Brasil e no Pontal do Paranapanema.

Para Paulino e Almeida (2010) “é mister destacar que o território ganha importância na Geografia brasileira como conceito explicativo da realidade, principalmente nos estudos de influência marxista em que o território é compreendido a partir do conflito social, ou seja, espaço em disputa”. (p.16). A terra no Brasil, bem como suas formas de uso, está em constante disputa entre o capital monopolista e o campesinato, o que faz da terra território em disputa.

Os camponeses através de suas relações sociais criam modelos alternativos para o uso da terra e garantem sua existência e reprodução sob bases da economia familiar/camponesa, e por isso está em constante enfrentamento com o capital monopolista. O desenvolvimento contraditório do capitalismo tende a sujeitar a renda camponesa aos seus interesses, determinando suas relações sociais e modo de usar a terra, ou seja, o uso do território.

Detendo-nos a concepção de território e disputas territoriais, território para as autoras também é entendido como *uno*, porque é entendido como o espaço de governança, ou sejam, o espaço controlado e gerido pelo Estado. Dizemos isso porque apontam que o campesinato ao inscrever no território as relações sociais camponesas se apropria de uma parcela do território. (p.49) Nosso entendimento é de que ao conquistar “parcelas do território” o campesinato as transforma em

propriedades camponesas, ou seja, território camponês, que é criado por relações sociais diferentes das relações que determinam o território do capital.

Nesse sentido destacamos a importância de analisar as disputas territoriais levando em consideração a tipologia dos territórios, porque assim reconhecemos o espaço de governança como primeiro território e suas frações territoriais (propriedades capitalistas ou camponesas) como segundo território, podendo assim analisar as disputas territoriais definindo de quais territórios está se falando.

Feliciano (2009) analisou em sua tese as disputas pelas terras da região do Pontal do Paranapanema que ainda estão em disputa judicial para sua regularização. Analisou que foi com a ação dos movimentos camponeses, através das ocupações de terras, que o Estado passou a retomar as terras públicas e destinar aos camponeses através da criação de assentamentos rurais. Segundo Feliciano essa política possibilitou a recriação do campesinato e também dos fazendeiros uma vez que com o pagamento das benfeitorias pelo Estado, a preço de mercado, compraram terras em outras regiões do Brasil. A disputa por essas terras entre os movimentos camponeses, fazendeiros e Estado Feliciano denominou de território em disputa.

O autor compartilha o entendimento do território explicitado por (OLIVEIRA, 1996, p.12 apud FELICIANO, 2009. p. 42):

[...] assumido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo de produção, distribuição, circulação e consumo, e suas articulações e mediações políticas, ideológicas, simbólicas, etc. É, pois um produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção e reprodução de sua existência. São, pois relações sociais de produção e o processo contínuo e contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão configuração histórica específica ao território. O território não é um prius ou um a priori, mas a contínua luta das classes sociais pela socialização igualmente contínua da natureza é, pois, simultaneamente, construção, destruição, manutenção e transformação. É, em síntese, a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve de forma desigual, simultânea e combinada, no interior do processo de valorização, produção e reprodução.

Ribeiro (2009) analisou a dimensão política dos embates e das disputas territoriais entre os modelos de desenvolvimento do agronegócio e da agricultura camponesa/familiar no cenário público brasileiro com destaque para espaços e

atores sociais da sociedade civil (entidades de representação, movimentos sociais, patronato rural etc.) e do Estado (grupos de parlamentares, dirigentes de governo e demais autoridades políticas) neles envolvidos.

Em seu trabalho Ribeiro (2009) concebe o território a partir das leituras de Haesbaert (2004), Oliveira (2004, 1999), Paulino (2008) e Fernandes (2008). Esses autores também foram escolhidos por nós como fundamentais para a análise das disputas territoriais entre os movimentos camponeses e a agricultura capitalista.

As concepções do conceito/categoria território presentes nos trabalhos anteriormente apresentados se repetem e se apresentam como produto das relações sociais, sobretudo de poder e é entendido pelos autores, salvo os trabalhos de Teubal, Mondragón e Fernandes, como sendo o espaço controlado pelo Estado/territorial (território nacional, estadual, municipal), ou seja, território *uno* controlado pelo Estado.

Para nosso entendimento do conceito de território partimos da leitura de Claude RAFFESTIN (1993), Bernardo Mançano FERNANDES (2008, 2009), Rogério HAESBAERT (2007, 2009), Marcos Aurélio SAQUET (2007, 2009) e Marcelo José Lopes de SOUZA (1995, 2009). Esses autores propuseram elementos importantes para a compreensão do território, que são: o caráter relacional, totalidade, poder, soberania, multidimensionalidade, multiescalaridade, multiterritorialidade, suas formas materiais e imateriais e tipologia dos territórios.

A construção do conceito de território de Raffestin é realizada a partir de uma perspectiva relacional do espaço, entendendo-o como substrato, um palco, pré-existente ao território. Para ele o território é formado pelas relações sociais entre sujeito e objeto, ou seja, as relações se concretizam no território e que significam territorialidades. Território para ele, apoiando-se na construção de espaço de Henri Lefebvre¹ e de poder de Michel Foucault², é um espaço modificado pelo trabalho e revela relações de poder.

Vejamos:

[...] “o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo,

¹ O autor se refere à obra: LEFEBVRE, Henri. La production de l'espace. 4a ed. Paris: Anthropos, 2000. [1974]

² O autor se refere à obra: FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Trad. Roberdo Machado. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

pela representação), o ator “territorializa” o espaço [...] o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si. (RAFFESTIN, 1993. p. 144)

Nosso entendimento assim como para Haesbaert (2007) o território como espaço dominado/apropriado deve ser concebido como movimento, como ritmo, articulado de materialidade e imaterialidade, ou seja, os territórios estão sempre em movimento. Em seus processos de Territorialização – Desterritorialização e Reterritorialização os territórios do agronegócio e os territórios do campesinato estão em franca e constante disputa pelo controle dos espaços, inclusive na dimensão imaterial do território que é a disputa no plano político e ideológico que resultam em diferentes políticas de desenvolvimento territorial.

Calcado na concepção de híbrido, ou seja, no território criado em um processo contraditório e conflitante de duas naturezas distintas, que no caso do nosso trabalho é a lógica do capital e a lógica camponesa, é necessário considerarmos a multidimensionalidade e a multiescalaridade do território, porque as dimensões como a cultural, social, política ou econômica interagem e entram em disputa nas diferentes escalas, seja local ou global. A multidimensionalidade como a multiescalaridade só podem ser apreendidas se considerada a multiterritorialidade, porque somente com a coexistência de territórios distintos teremos a construção de novos territórios, com suas diferenças, que entram em disputa nas diferentes dimensões e escalas para a construção de uma sociedade mais justa.

O avanço do processo de globalização e do agronegócio vem dinamizando as atividades nos territórios. Dessa forma Haesbaert acredita nos processos de reterritorialização e na multiplicidade de territorialidades recusando os pressupostos que ascendem na discussão em torno de uma provável desterritorialização ou fim dos territórios. Essa refutação do fim dos territórios ou homogeneização dos territórios, apontados por Haesbaert é pertinente, pois encontramos na realidade do campo brasileiro a construção através do processo de luta pela terra, empreendida pelos movimentos camponeses, a construção de territórios alternativos e resistentes ao desenvolvimento capitalista.

Sendo assim trabalhamos os elementos da multidimensionalidade, multiescalaridade e multiterritorialidade do território para melhor entender as disputas territoriais entre esses dois modelos de desenvolvimento.

Multiterritorialidade e Tipologia dos Territórios

Nesta parte, apresentamos as diferentes leituras do território a partir das visões de território uno e multiterritorial. Apresentamos a nossa concepção de território e a possibilidade de trabalhar o conceito na análise das disputas territoriais entre o agronegócio e o movimento camponês a partir da tipologia dos territórios e não somente o território como o espaço de governança, que é o território gerido e controlado pelo Estado.

Não há dúvidas de que a expansão e a consolidação do agronegócio por todo o mundo constituíram uma das manifestações mais importantes dos processos de globalização no mundo atual e que tem avançado significativamente no campo da América Latina. Como sugeriu Milton Santos (2005) nesses tempos de globalização surge a necessidade de se repensar o território. O território anteriormente subordinado ao Estado/territorial agora se encontra “transnacionalizado” e cada vez mais sob a influência/controlado das empresas transnacionais, ou seja, regidos pelo mercado internacional em detrimento do controle do Estado.

A territorialização das empresas transnacionais do agronegócio significa a desterritorialização e exploração de camponeses por todo o mundo, no entanto “mesmo nos lugares onde os vetores da mundialização são mais operantes e eficazes, o território habitado cria novas sinergias e acaba por impor, ao mundo, uma revanche.” (SANTOS, 2005, p.255). Sendo assim, se faz ainda mais importante conhecer os diferentes territórios e as disputas entre eles para a implantação das políticas de desenvolvimento territorial. Analisaremos os modelos propostos pelo agronegócio e pelo movimento camponês que definem o uso dos territórios.

Movimentos sociais camponeses em luta na América Latina, como por exemplo, o MST e o Exército Zapatista de Libertação Nacional - EZLN apontam para a criação e/ou consolidação de um espaço territorial alternativo ao avanço do agronegócio. Nesses espaços o desenvolvimento é pautado na soberania alimentar, no respeito ao meio ambiente e na sustentabilidade da produção, ou seja, modelo do campesinato em confrontação ao do agronegócio. (TEUBAL, 2008)

No caso brasileiro reconhecemos os assentamentos rurais como território alternativo e que foram conquistados pelos camponeses através da luta para a sua reprodução e propõem outro modelo de desenvolvimento, ou seja, uma alternativa a realidade em curso ou como disse Milton Santos, uma revanche ao modelo de desenvolvimento engendrado pelo agronegócio para o campo brasileiro.

Nesse sentido procuramos entender a multiterritorialidade e multidimensionalidade do território, pois em nossas análises existem diversos territórios em disputa e não somente o território *uno*, o espaço de governança, com suas diferentes frações, ou seja, entendemos as frações camponesas e do agronegócio como territórios e em disputa. Propomos essa leitura para que possamos verticalizar nossa análise desde a escala global até a local levando em consideração as especificidades dos territórios.

“Reafirmamos, o território é uma totalidade, mas não é uno. Conceber o território como uno é compreendê-lo apenas como o espaço de governança que é um tipo de território e ignorar os outros tipos de territórios. Mais uma vez, é importante lembrar que compreender o território como totalidade é fundamental para se entender sua multidimensionalidade e sua multiterritorialidade. Enfatizamos que todas as unidades territoriais formam totalidades por conterem em si todas as dimensões do desenvolvimento: política, econômica, social, cultural e ambiental. Como os territórios são criações sociais temos vários tipos de territórios, que estão em constante conflitualidade. Considerar o território como uno é uma opção para ignorar suas conflitualidades. (FERNANDES, 2008. p. 282)

É possível entender o território como o espaço controlado pelo Estado, o espaço de governança, ou verticalizar a análise e ler os tipos de territórios como propôs Fernandes (2008 e 2009). Entender o território como espaço de governança é compreender o território como *uno* e suas multiterritorialidades os estados e municípios. Nessa visão são nesses territórios que existem as frações capitalistas e frações camponesas que disputam e determinam suas formas de uso.

Outra forma de se entender o território é através da tipologia dos territórios na qual o território como espaço de governança é apenas um dos três tipos de território no qual coexistem diferentes territórios com suas respectivas territorialidades.

Partiremos da análise da tipologia dos territórios para se compreender as disputas territoriais entre o campesinato e o agronegócio canavieiro, porque o entendimento da multiterritorialidade e da multidimensionalidade do território é um

meio de reconhecer a existência de territórios que propõem alternativas ao modelo de desenvolvimento hegemônico, pois segundo (FERNANDES, 2009. p. 200)

As disputas territoriais são, portanto, significação das relações sociais e de controle dos diferentes tipos de território pelas classes sociais. O território, compreendido apenas como espaço de governança, é utilizado como forma de ocultar os diversos territórios e garantir a manutenção da subalternidade entre relações e territórios dominantes e dominados.

Neste a proposição de uma tipologia dos territórios, a fim de superar a visão única de território, aquela vista apenas como território de governança é pertinente, pois “as contradições produzidas pelas relações sociais criam espaços e territórios heterogêneos gerando conflitualidades. As classes sociais, suas instituições e o Estado produzem trajetórias divergentes e diferentes estratégias de reprodução socioterritorial” (FERNANDES, 2009. p. 203)

Para o autor existem três tipos de territórios: o primeiro território formado pelos países, estados e municípios; o segundo território formado pelas propriedades privadas capitalistas ou propriedades privadas não capitalistas; o terceiro território, que são controlados e manipulados por relações de poder. Estes territórios são fluxos e móveis controlados por diferentes sujeitos e são produzidos nos territórios fixos do primeiro e do segundo território.

O primeiro território é o território do Estado e estão organizados em diversas escalas como, por exemplo, os estados e municípios que são frações integradas e independentes do primeiro território, são diferentes escalas dos espaços de governança do Estado/territorial.

O segundo território é formado pelos conjuntos de propriedades privadas não capitalistas (familiares ou comunitárias) e as propriedades capitalistas. Territórios capitalistas e não capitalistas produzem permanente conflitualidades pela disputa territorial porque desenvolvem relações sociais distintas e mundos diferentes. Os movimentos camponeses disputam o primeiro território em todas as suas escalas, não diferindo das empresas como as do agronegócio canavieiro que também disputam esses territórios. Muito dos autores que analisamos anteriormente entendem o segundo território como frações do primeiro, mas em nossa análise preferimos distinguir esses territórios porque as relações sociais que os produzem são diferentes.

O terceiro território é o espaço relacional considerado a partir das conflitualidades entre os “segundos territórios” (empresas capitalistas e movimentos camponeses) em seus processos de territorialização conformando os primeiros e segundos territórios. Como exemplo pode se destacar as chamadas “áreas tradicionais” na produção de cana-de-açúcar, como as regiões centrais do Estado de São Paulo (Ribeirão Preto, Araraquara e Franca) e o Pontal do Paranapanema. Região nas quais as ações dos movimentos camponeses e do agronegócio disputam os territórios, representados pelos movimentos de avanço e recuo (T-D-R).

Relativizando e propondo aprofundar essa idéia consideramos que as áreas tradicionais da cana-de-açúcar e do Pontal do Paranapanema são territórios do agronegócio e do movimento camponês, uma vez que o terceiro território está relacionado às formas de uso dos territórios, portanto às suas territorialidades. Lembrando que a construção do terceiro território, por ser uma construção ideológica, acontece na dimensão imaterial do território em que os sujeitos dos segundos territórios entram em disputa para dar significado ao primeiro e ao segundo território visando a consolidação e territorialização do segundo território em sua dimensão material. Em suma Entendemos o terceiro território a partir de suas territorialidades, sobretudo seus aspectos simbólicos na disputa pela territorialização do segundo território. (FERNANDES, 2009. p. 210).

Vale a pena destacar que qualquer representação das formas de uso dos territórios faz parte da disputa territorial, por envolver questões ideológicas, sobretudo de poder na dimensão imaterial do território que acaba por influenciar em sua materialidade. Abaixo expomos figuras que representam a tipologia dos territórios para melhor entendimento e diferenciação dos tipos dos territórios.

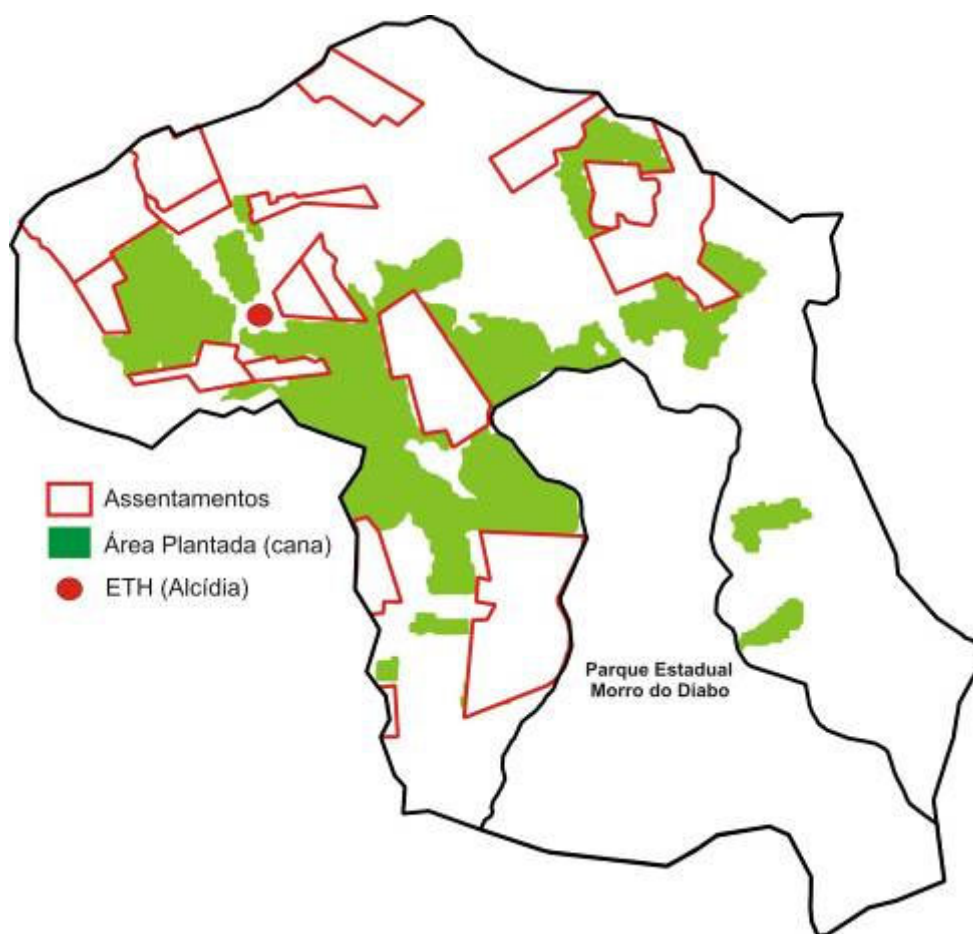
Figura 1 – Tipologia dos territórios: 1º Território e suas escalas



Org: Elienai Constantino Gonçalves, 2010.

Com a tipologia dos territórios podemos partir da escala do território como espaço de governança e compreender as relações entre as escalas territoriais e os tipos de territórios. Abaixo exemplificamos a relação do 2º território (propriedades capitalista ou camponesa) com o 1º território (território do Estado) no município de Teodoro Sampaio - SP

Mapa 01 – Tipologia dos Territórios: 1º e 2º território (Município e propriedades)



Nesse trabalho atentaremos nas disputas territoriais entre os movimentos camponeses e o agronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema levando em consideração a existência dos três tipos de territórios. Consideramos os assentamentos rurais como segundo território, ou seja, “propriedade” privada sob controle dos camponeses e as áreas de plantio de cana-de-açúcar, as destilarias, usinas e escritórios administrativos territórios do agronegócio canavieiro e dos fazendeiros, ou seja, território do capital.

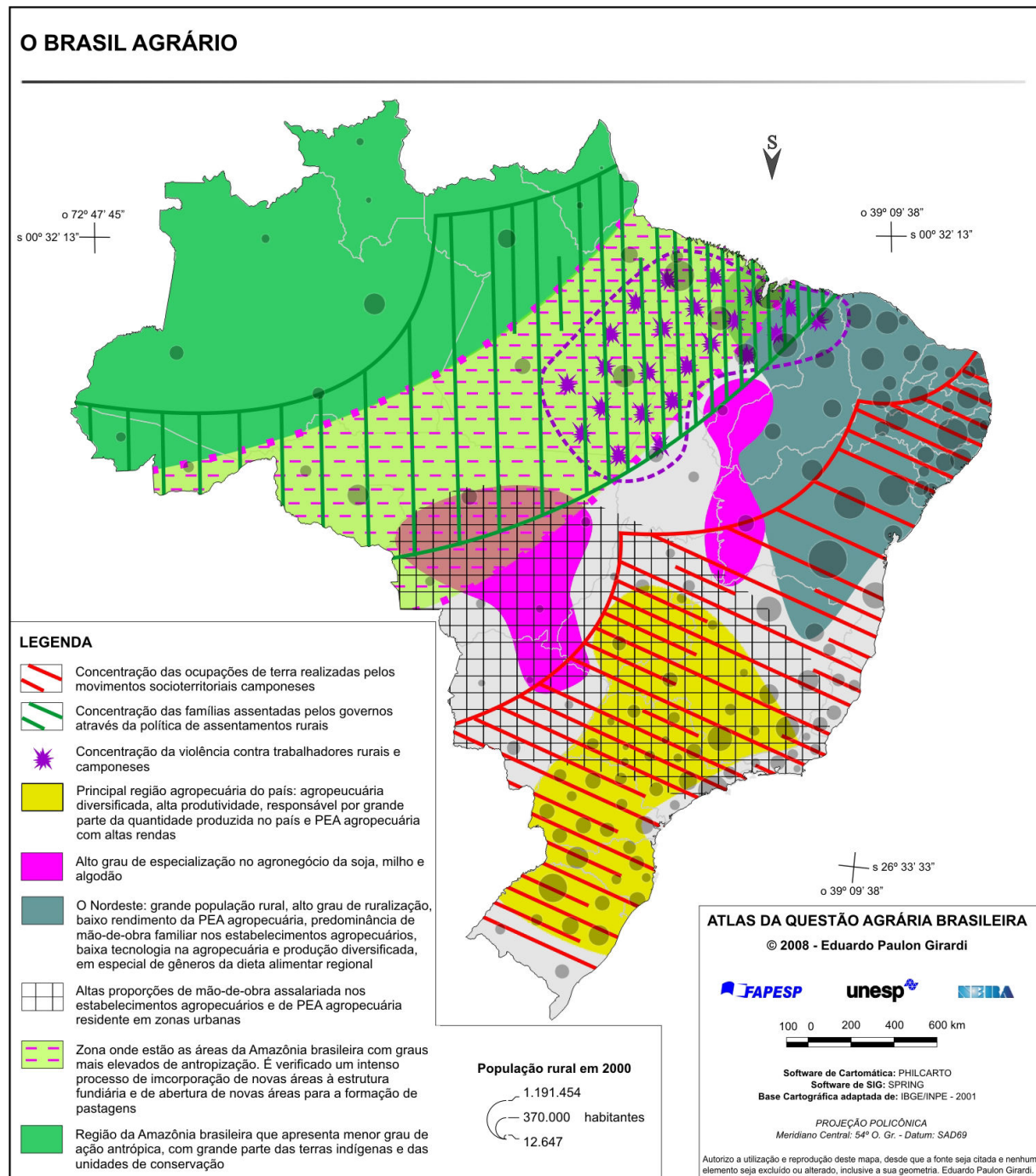
Lembramos que os assentamentos não são propriedades privadas. São terras públicas sob a concessão de uso das famílias assentadas. Inclusive essas terras estão tituladas no nome dos ocupantes anteriores a desapropriação e criação dos assentamentos, que no caso dos assentamentos que estudamos nesse trabalho estão no nome da família Ruyter, da Destilaria Alcídia e da Alcídia Agropecuária S/A. No entanto trataremos os assentamentos como segundo território por entender que a territorialidade desses assentamentos são camponês/familiar assim como as pequenas propriedades particulares e os assentados identificam-se com a terra e denominam como sendo “meu” lote, “meu” sítio.

A seguir exemplificamos o terceiro território, que é a representação das formas de uso do segundo território (propriedades) e do primeiro território (espaço de governança). Um exemplo do terceiro território é a representação realizada por Eduardo Girardi do Brasil Agrário³, que através da Cartografia Crítica elaborou uma representação do território brasileiro segundo as características regionais.

Como podemos verificar o terceiro território são delimitados através dos usos que se fazem do segundo e do primeiro território, como as áreas de controle do agronegócio ou áreas com forte influência dos movimentos camponeses. Através dessa representação os sujeitos dos segundos territórios poderão utilizá-la para benefício próprio em seus processos de territorialização. Vale destacar que é uma representação da realidade e por si só já se enquadra em uma intencionalidade se enquadrando na disputa territorial entre o agronegócio e o movimento camponês.

³ GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira.** Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós – Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008

Mapa 02 – O Brasil Agrário



Fonte: Girardi, 2008.

Disputa territorial entre os movimentos camponeses e o agronegócio canavieiro: reforma agrária e modelos de desenvolvimento territorial.

A concentração da terra é um dos problemas centrais da questão agrária brasileira, porque isso significa também a concentração de renda, riqueza e poder político. Esse processo de concentração é decorrente do processo de expropriação e exploração do camponês/agricultor familiar⁴ pelo capital monopolista. Isso acontece porque a política adotada pelos governos desde a *modernização conservadora*⁵ é a produção de *commodities*, em detrimento da produção de alimentos, que ora favoreceu o latifúndio e o agronegócio, deixando o campesinato à margem das políticas de desenvolvimento territorial rural.

A ineficácia das políticas públicas para resolver essa questão, provocou movimentos socioterritoriais como os povos tradicionais (quilombolas, indígenas, ribeirinhos, seringueiros, babaçueiros entre outros) cada qual a sua maneira, a defenderem seus territórios do capital. Essa realidade também levou os camponeses a criar o MST e exigirem a reforma agrária e o cumprimento da função social da terra propondo outro modelo de desenvolvimento.

A luta pela terra e pela Reforma Agrária empreendida por esses movimentos, principalmente através das ocupações de terras, tem conseguido pressionar os governos que mantêm a política de reforma agrária em pauta e a execução de projetos de assentamentos rurais e políticas de financiamento para o desenvolvimento desses territórios como, por exemplo, para a produção (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF) e para educação (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA), por exemplo.

Para (OLIVEIRA, 2006. p.5)

A reforma agrária constitui-se, portanto, em um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas visando modificar a estrutura fundiária de uma região ou de um país todo. Ela é feita através de mudanças na distribuição da propriedade e ou posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos

⁴ Julgamos que a diferenciação do camponês do agricultor familiar é uma questão política na qual estão em disputa os significados do conceito que se diferencia segundo o paradigma adotado (paradigma do capitalismo agrário e paradigma da questão agrária. Ver: FELÍCIO, Munir Jorge. Camponeses/Agricultores Familiares: Paradigmas em Questão. Relatório de Qualificação. 244 folhas (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2010.

⁵ GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território.

Portanto a política de reforma agrária (implantação de assentamentos rurais) tem sido realizada com o objetivo de mudar a propriedade privada da terra concentrada nas mãos de poucos a dividindo e distribuindo para os camponeses e demais trabalhadores sem terra. A implantação dos assentamentos não está sendo o suficiente para mudar a realidade fundiária brasileira. Como veremos a seguir isso resultou no surgimento de inúmeros movimentos socioterritoriais que reivindicam uma legítima reforma agrária.

Coca, 2008 e Gonçalves, 2008 ressaltam que a reforma agrária brasileira é diversificada e bastante complexa. Dentre os mais de oito mil assentamentos existem 20 tipos de assentamentos⁶, com suas respectivas territorialidades, cujas áreas foram obtidas de 5 formas diferentes como classificado por Santos, 2009: Desapropriação, regularização, reconhecimento, compra e doação; e 4 formas para Oliveira, 2006: reordenação fundiária, regularização fundiária, reassentamentos e reforma agrária.

Segundo Oliveira, 2006 o governo de Fernando Henrique e de Luís Inácio Lula da Silva vem assentando famílias através de regularização fundiária, reassentamentos e outros mecanismos e contabilizando através do INCRA/MDA como novas famílias assentadas, ou seja, contabilizando como reforma agrária processos que não desconcentram e nem distribui a terra. Fernandes (2010) defende que o processo de regularização fundiária não desconcentra a terra como acontece com as desapropriações, no entanto amplia a abrangência do território camponês.

Mazzini (2007) estudou a política de reforma agrária no Pontal do Paranapanema e levantou a seguinte questão: Assentamentos rurais, uma política de desenvolvimento regional ou compensação social? E sua consideração foi que os assentamentos estão no campo do desenvolvimento regional e não da

⁶ Os tipos de assentamentos são: AQ – Assentamento Quilombola, FLONA – Floresta Nacional, PA – Projeto de Assentamento Federal, PAC – Projeto de Assentamento Conjunto, PAD – Projeto de Assentamento Dirigido, PAE – Projeto de Assentamento Agroextrativista, PAM – Projeto de Assentamento Municipal, PAF – Projeto de Assentamento Florestal, PAR – Projeto de Assentamento Rápido, PC – Projeto de Colonização, PCA – Projeto de Assentamento Casulo, PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável, PE – Projeto de Assentamento Estadual, PFP – Projeto Fundo de Pasto, PIC – Projeto Integrado de Colonização, PRB – Projeto de Reassentamento de atingidos por barragens, RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável, RESEX – Reserva Extrativista, FLOE – Floresta Estadual e PEAX – Projeto de Assentamento agroextrativista.

compensação social, porque os assentamentos são fruto da luta pela terra empreendida pelos movimentos socioterritoriais e implantados pelo governo, não foi uma tentativa do governo resolver um mal causado por ele próprio. A autora também ressalva que os assentamentos trazem impactos positivos sob os aspectos sociais, políticos, econômicos e até mesmo ambientais, contribuindo deste modo para o desenvolvimento regional.

Lembrando que os assentamentos são resultado da ação dos movimentos socioterritoriais. Ressaltamos que está em disputa o território, no que diz respeito ao seu uso, logo estão em disputa os modelos de desenvolvimento territorial. Como nosso intuito é estudar a disputa territorial entre movimentos camponeses e agronegócio canavieiro expomos quais são as relações sociais que criam esses territórios (assentamentos rurais e território do agronegócio) e suas respectivas territorialidades.

O território e a territorialidade:

[...] consistem em expressão geográfica que não são simples ocorrências, posição ou distribuição de objetos no espaço. Não é simples paisagem. Trata-se da ocorrência pertinente a ação. Ação que permite fixação, separação, uso, posse. Elas são o elo entre o ator e o objeto, resultam nas marcas objetivadas pela busca do domínio sobre o espaço. (HEIDRICH, 2009, p. 274-275)

O território é formado pelas ações das relações sociais, bem como, condição para a realização dessas relações. Por isso, a produção de espaços e de territórios acontece de maneira histórica e dialética, ou seja, por meio do conflito, da contradição e da solidariedade.

São as relações sociais que transformam o espaço em território e vice e versa, sendo o espaço um *a priori* e o território um *a posteriori*. O espaço é perene e o território é intermitente. Da mesma forma que o espaço e o território são fundamentais para a realização das relações sociais, estas produzem continuamente espaços e territórios de formas contraditórias, solidárias e conflitivas. Esses vínculos são indissociáveis. (FERNANDES, 2005, p. 16).

Girardi (2008) com base em Desmarais (2007)⁷ e Beus (1995)⁸ sintetiza as diferenças/oposições entre as características das relações sociais do campesinato e

⁷ DESMARAIS, A. A. La Vía Campesina: globalization and the power of peasants. Black Point: Fernwood Publishing, 2007.

⁸ BEUS, C. E. Competing paradigms: an overview and analysis of the alternative-conventional

do agronegócio que nos permite identificá-los como territórios diferentes e opostos.
(ver quadro 01)

Quadro 01 – Elementos estruturais do agronegócio e do campesinato	
Agronegócio	Campesinato
Centralização	Descentralização
<ul style="list-style-type: none"> • Controle centralizado da produção, processamento e mercado; • Produção concentrada, estabelecimentos agrícolas maiores e em menor número, o que acarreta em um menor número de agricultores e comunidades rurais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Maior ênfase na produção, processamento e mercado locais/regionais; • Produção pulverizada (maior número de agricultores e estabelecimentos), controle da terra recurso e capital.
Dependência	Independência
<ul style="list-style-type: none"> • Abordagem científica e tecnológica para reprodução; dependência de experts; • Dependência de fontes externas de energia, insumos e crédito; • dependência de mercados muito distantes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Unidades de produção menores, menor dependência de insumos, fontes externas de conhecimento, energia e crédito; • Maior auto-suficiência individual e da comunidade; • Ênfase prioritária em valores, conhecimentos e habilidades pessoais.
Competitivo	Comunitário
<ul style="list-style-type: none"> • Competitividade e interesse próprio; • Agricultura é considerada um negócio; • Ênfase na eficiência, flexibilidade, quantidade e crescimento da margem de lucro. 	<ul style="list-style-type: none"> • Maior cooperação; • Agricultura é considerada um modo de vida e um negócio; • Ênfase em uma abordagem holística da produção, otimizando todas as partes do agroecossistema.
Domínio da natureza	Harmonia com a natureza
<ul style="list-style-type: none"> • O ser humano é separado e superior à natureza; • A natureza consiste principalmente em recursos a serem utilizados para o crescimento econômico; • Imposição das estruturas e sistemas do tempo humano aos ciclos naturais; • Produtividade maximizada através de insumos industrializados e modificações científicas; • Apropriação de processos naturais por meios científicos e substituição de produtos naturais pelos industriais. 	<ul style="list-style-type: none"> • O ser humano é parte e dependente da natureza; • A natureza provê recursos e também é valorizada para o próprio bem; • Trabalha com uma abordagem ecológica/de ambiente fechado – desenvolvendo um sistema diferenciado e balanceado; • Incorpora mais produtos e processos naturais; • Usa métodos culturais para cuidar do solo.

agriculture debate. Research in rural sociology and development. n.6, [S.l.: s.n.], 1995. p.23-50.

Especialização	Diversidade
<ul style="list-style-type: none"> • Base genética limitada utilizada na produção; • Predominância da monocultura; • Separação entre agricultura e pecuária; • Sistemas de produção padronizados; • Predominância de uma abordagem científica especializada. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ampla base genética; • Incorporação da policultura, rotações complexas; • Integração entre agricultura e pecuária; • Heterogeneidade de sistemas agrícolas; • Interdisciplinaridade (ciências naturais e sociais), sistema participativo (inclusão e agricultores).
Exploração	Abdicação
<ul style="list-style-type: none"> • Ênfase nos resultados de curto prazo em detrimento a consequências ambiental e social de longo prazo; • Dependência de recursos não renováveis; • Consumismo impulsiona o crescimento econômico; • hegemonia do conhecimento científico e da abordagem industrial sobre conhecimento e cultura indígenas/locais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Custo total contabilizado; • Resultados de curto prazo igualmente importantes; • Amplo uso de recursos renováveis e conservação de recursos não renováveis; • Consumo sustentável, estilo de vida mais simples; • Acesso equitativo a necessidades básicas; reconhecimento e incorporação de outros conhecimentos e práticas permitindo uma base de conhecimento mais homogênea.

Fonte: Desmarais, 2007, p.69-70. Apud Girardi, 2008

Esses elementos são bastante genéricos e remontam uma realidade um tanto quanto “romântica” em alguns aspectos como, por exemplo, a questão da cooperação e sistema participativo dos camponeses que sabemos ser uma grande dificuldade das comunidades, sobretudo as dos assentamentos. A questão da abdicação no que diz respeito ao estilo de vida mais simples que de fato acontece, mas que muitas das vezes não por escolha dos camponeses e sim pelas condições em que se encontram.

Outra dificuldade dos assentamentos é conseguir incorporar a policultura, rotações complexas e garantir o desenvolvimento científico e tecnológico com participação dos agricultores. Alguns esforços são realizados por movimentos como o MST e o MPA para garantir a produção e autonomia dos territórios camponeses seguindo esses princípios tão caro a territorialidade camponesa.

No entanto fazemos questão de destacar que a característica fundamental para a diferenciação do território camponês do território capitalista é a questão do trabalho. No território capitalista o que predomina é o **trabalho assalariado** e no território camponês o **trabalho familiar**.

O agronegócio e o campesinato formam territórios opostos. Segundo Martins (1991) é a terra de negócio versus terra de trabalho. Martins caracteriza a propriedade capitalista como aquela que com base no capital explora o trabalhador e a renda da terra e tende a assegurar ao capital o direito de explorá-los. Diferente da propriedade familiar que não explora o trabalhador e é propriedade direta de instrumentos de trabalho e de moradia e não forma de exploração da mais-valia e do lucro. E destaca:

Seus resultados sociais são completamente distintos, porque neste caso a produção e reprodução das condições de vida dos trabalhadores não é regulada pela necessidade de lucro do capital, porque não se trata de capital no sentido capitalista da palavra. O trabalhador e lavrador não recebem lucro. Os seus ganhos são ganhos do seu trabalho e do trabalho de sua família e não ganhos de capital, exatamente porque esses ganhos não provêm da exploração de um capitalista sobre um trabalhador expropriado dos instrumentos de trabalho. (MARTINS, 1991. p. 54).

Por esse motivo destacamos que esses territórios são distintos com suas territorialidades também distintas, com seus respectivos modelos de desenvolvimento. O território capitalista do agronegócio com base em seu modelo de desenvolvimento tende a produzir *commodities*, enquanto o território camponês também produz *commodities*, mas privilegia a produção de alimentos. Segundo o censo agropecuário de 2006⁹ os camponeses foram responsáveis pela produção de 70% do feijão, 87% da mandioca, 38% do café, 46% do milho e 34% do arroz.

Os assentamentos são território camponês e estão dentro de uma lógica de reprodução camponesa, no entanto como é resultado do processo de espacialização e territorialização dos movimentos camponeses na luta pela terra se faz necessário a reeducação dos militantes e camponeses, uma vez que uma grande parcela dos assentados esteve muito tempo afastado da terra. Essa é uma realidade de desafios, superações e limites para o desenvolvimento dos territórios camponeses.

Para a *Via Campesina*¹⁰ o atual modelo agrícola, o agronegócio, tem como principais características:

⁹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo Agropecuário 2006 – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

¹⁰ Via Campesina é uma organização internacional de movimentos camponeses que tem por objetivo defender os interesses do campesinato. No Brasil os movimentos que estão organizados juntamente a Via Campesina são: (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, Movimento de Mulheres

- Organizar a produção agrícola sob controle dos grandes proprietários de terra e empresas transnacionais, que exploram os trabalhadores agrícolas e têm o domínio sobre: produção, comércio, insumos e sementes.
- Priorizar a produção na forma de monocultivos extensivos, em grande escala, que afetam o ambiente e exige grandes quantidades de venenos, que prejudicam a saúde e a qualidade dos alimentos. O Brasil consome mais de um bilhão de litros de veneno por ano, se transformando no maior consumidor mundial!
- Organizar o monocultivo florestal, como o de eucalipto e pinus, que destroem o ambiente, a biodiversidade, estragam a terra, geram desemprego, destinando a produção para exportação, dando lucro para as transnacionais e nos deixando a degradação social e ambiental.
- Incentivar a **ampliação da área de monocultivo de cana-de-açúcar para produção de etanol, para exportação**. Novamente, causando prejuízos ao ambiente, elevando o preço dos alimentos, a concentração da propriedade da terra e desnacionalizando o setor da produção do açúcar e álcool.
- Difundir o uso das sementes transgênicas, que destroem a biodiversidade e eliminam todas as nossas sementes nativas. As sementes transgênicas não conseguem conviver com outras variedades e contaminam as demais, resultando, a médio prazo, a existência de apenas sementes controladas por empresas transnacionais. Com o controle das sementes, essas empresas cobram *royalties*, vendem agrotóxicos de suas próprias indústrias e pressionam governos a adotarem políticas dos seus interesses.
- Incentivar o desmatamento da floresta amazônica e a destruição dos babaçuais, através da expansão da pecuária, soja, eucalipto e cana, e para exportação de madeira e minérios. Somos contra a lei que autoriza a exploração privada das florestas públicas.

Os movimentos camponeses da *Via Campesina* propõem outro modelo para a agricultura brasileira¹¹, um modelo baseado nas seguintes diretrizes: que priorize a soberania alimentar do Brasil, estimule a produção de alimentos saudáveis, diversificação da agricultura, democratização da propriedade da terra com a realização de uma ampla reforma agrária, fixação da população no meio rural, entre outras.

O cooperativismo é um importante instrumento para a inserção da produção camponesa no mercado de forma não subordinada ao capital. No Pontal do Paranapanema temos a experiência da COCAMP.

A Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados de Reforma Agrária do Pontal (COCAMP)¹² foi a primeira tentativa de construção de cooperação entre os assentados para a orientação e destinação da produção na região do Pontal do Paranapanema, no entanto no final da década de 1990 houve uma série de acusações de desvio de verbas e as atividades da cooperativa foram paralisadas. As atividades estão sendo retomadas através de um novo projeto em que está previsto o beneficiamento de frutas (maracujá e acerola) e leite produzidos pelos assentados.

Algumas experiências estão sendo criadas pelos movimentos camponeses também para a produção de agrocombustíveis, umas das experiências que vale destacar é a em desenvolvimento no Pontal do Paranapanema que acontece no âmbito da Federação das Associações de Assentados e Agricultores Familiares do Oeste Paulista (FAAFOP) sob a coordenação de José Rainha Jr¹³.

A criação da FAAFOP aconteceu com a dissidência de José Rainha e outras lideranças do MST. A Federação reúne diversos movimentos camponeses, sindicatos e oitenta associações filiadas integrantes de trinta assentamentos da região do Pontal do Paranapanema. Suas estratégias visam a diversificação e “*agroindustrialização*” com objetivo de aumentar a renda dos assentados através de

¹¹ <http://www.mst.org.br/Via-Campesina-apresenta-plataforma-para-agricultura>

¹² Para o conhecimento do surgimento da cooperativa, das políticas e dos desdobramentos territoriais ver:

RIBAS, Alexandre Domingues. **Gestão Político-territorial dos assentamentos, no Pontal do Paranapanema (SP): Uma “Uma leitura” a partir da COCAMP (Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) FCT/UNESP. Presidente Prudente. 2002.

¹³ Entrevista cedida em 31 de agosto de 2009.

um sistema cooperativista de produção. A Federação controla a Cooperativa de Produção de Biodiesel do Oeste Paulista – (COOPERBIOESTE). A Cooperativa mantém uma política de produção diversificada e está projetando a construção de um laticínio para a industrialização do leite. Outro projeto da Cooperativa é a produção consorciada de culturas alimentares e de produção de energia como o pinhão manso e a mamona para a produção de biodiesel. O plantio de culturas para a produção de biodiesel é discutido pelos assentados na região do Pontal desde 1994. Todavia, os projetos não tiveram êxito durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. No governo Luis Inácio Lula da Silva, a direção da FAAFOP vem mantendo e discutindo a possibilidade de construção de usinas para a produção de biodiesel na região do Pontal.

A produção de mamona está sendo realizada por 760 produtores que plantaram um hectare cada. A produção de 2009 rendeu 800 toneladas de mamona que foram negociados com a empresa *Bertin*, com sede em Lins – SP. Segundo Rainha um acordo foi feito com a empresa, no qual o grupo compra produção de 2009 e de 50% da produção de 2010, que esta prevista para 1600 toneladas. A negociação com a empresa foi realizada pelo interesse no Selo Combustível Social.

O selo Combustível Social é parte do Programa Nacional de Produção e Uso de Biocombustíveis (PNPB), criado em 2004 visando a inclusão e desenvolvimento social a partir da participação da agricultura familiar na produção de culturas com característica camponesa como a mamona e o dendê para a produção de óleos combustíveis, que é misturado ao diesel em uma proporção de 3%, visando chegar a 5% em 2013. O resultado da inclusão da agricultura familiar é assegurado pelo Selo Combustível Social, um atrativo para as empresas comprar parte da matéria prima da agricultura familiar em troca de redução dos impostos.

Os resultados do PNPB em escala nacional se apresentam de forma tímida no setor social e com resultados relevantes no setor econômico. Até 2010 foram incluídas no programa 109 famílias das 200 mil previstas no projeto. Nesses seis anos de existência foi investido dezenas de bilhões de reais e hoje o parque industrial levantado do zero produz nas 62 duas usinas existentes em quinze estados das diferentes regiões brasileira 14,4 mil metros cúbicos de óleo combustível por dia, com participação camponesa em torno de 11%. No entanto as famílias reivindicam: mais autonomia e participação nas decisões e etapas do desenvolvimento do projeto do PNPB; mais diversificação nas matérias-primas para

a produção do biodiesel, uma vez que mais de 99% do óleo combustível produzido é o proveniente da soja advinda do agronegócio apoio do governo e da iniciativa privada para a organização dos trabalhadores para uma efetiva inclusão dos camponeses nas diversas fases de produção para por fim a subordinação dos camponeses em relação às grandes empresas e ao mercado, uma vez que os camponeses fazem apenas o papel de fornecedor de matéria prima. (SAKAMOTO, 2010)

No caso da *Bertin*, a empresa oferece máquina, adubo e calcário. A expectativa da FAAFOP é atender mais de 1.200 produtores para a produção de mamona e amendoim. A política de produção da federação não é ser somente fornecedor de matéria prima, mas também processar a mamona e fazer óleo lubrificante e biodiesel. O projeto da FAAFOP é a criação de uma unidade industrial para o processamento dos 50% da produção além do reaproveitamento da torta como adubo verde. Segundo Rainha a expectativa para o projeto da construção de uma unidade de processamento está paralisada por causa da política da Petrobrás, e sabemos que também por causada da política do governo federal, que é de favorecimento dos grandes empreendimentos em detrimento dos pequenos, como o caso da agroindústria proposta pelos camponeses do Pontal do Paranapanema.

Os princípios da FAAFOP também associam a produção de alimentos às culturas para a produção de energia. No Pontal do Paranapanema a produção de óleo é a mamona está autorizada e a federação aguarda a liberação do governo para expandir as áreas de produção de do pinhão-manso. A proposta da Federação é produzir agrocombustível para abastecer o mercado local. Estas experiências enfrentam diversos obstáculos. Desde os movimentos camponeses aprofundarem os debates sobre as formas de participação na produção de agrocombustíveis até convencer o governo da importância de investimentos diretos na construção de uma política de desenvolvimento com a criação de um conjunto de sistemas cooperativos e associativos para produção, industrialização e comercialização de alimentos e agrocombustíveis. Enquanto as experiências dos movimentos camponeses desenvolvem-se em escalas microrregionais, as experiências do agronegócio se desenvolvem em escala nacional e internacional.

Capítulo 2

Espacialização e territorialização dos movimentos camponeses

A luta pela terra e a ação dos movimentos socioterritoriais no Brasil alterou profundamente a realidade do campo brasileiro e se tornou referência para muitos movimentos de países da América Latina. Segundo o DATALUTA aconteceram no Brasil no período de 1988 – 2009 8.128 ocupações nas quais participaram 1.156.408 famílias.

As ocupações de terras tornaram-se parte da estratégia dos movimentos socioterritoriais para a conquista da terra, são através das ocupações que os movimentos expõem a realidade agrária brasileira e a urgência para a realização da reforma agrária. As ocupações de terra se tornaram a principal forma do campesinato brasileiro conquistar a terra e se reproduzir.

Segundo o DATALUTA existem no Brasil até o ano de 2009 8.642 assentamentos, onde estão assentadas 1.021.292 famílias em uma área de 79.751.836 hectares. Esses assentamentos são resultado da conflitualidade entre agronegócio, latifúndio e campesinato. Em Gonçalves (2008) apresentamos a tipologia dos assentamentos e sua territorialização, pela qual chegamos ao número de 18 tipos de assentamentos. O principal tipo de assentamento são os Projetos de Assentamentos Federais (PA) que representa 77% do total, ou em números absolutos 6.674 assentamentos, 750.319 famílias e 32.205.504 hectares. Esse tipo de assentamento é responsabilidade do INCRA e geralmente são resultados de desapropriações por causa da ação dos movimentos camponeses que contestam a situação jurídica das terras, produtividade e função social da terra.

Outro dado relevante é a existência de 95 movimentos atuantes no período de 2000/2009, sendo que em 2009 foram atuantes 11 movimentos. Esse dado nos revela a espacialização da luta pela terra, uma vez que outros movimentos estão atuantes seguindo caminhos e obtendo experiências diferentes, que por sua vez serão resgatadas em outros momentos da luta pela terra.

Essa é a realidade atual de alguns elementos que configuram a questão agrária e a luta pela terra, no entanto, sabemos que a luta pela terra é dinâmica e que para compreendê-la devemos considerá-la um processo constante de resistência contra o a territorialização do capital monopolista na agricultura e de monopolização do território pelo capital monopolista. (OLIVEIRA, 1999)

A seguir expomos nosso entendimento sobre os movimentos camponeses e partiremos para análise do processo de espacialização e territorialização destes,

bem como da luta pela terra na escala nacional, estadual e na região do Pontal do Paranapanema.

Para isso partiremos da leitura de Fernandes (2000 e 2005) e Mitidiero (2005) que propõem analisar os movimentos sociais através de referenciais geográficos e nas categorias espaço e território.

Processos geográficos: espacialização e territorialização

Entendemos os movimentos camponeses como *movimentos socioterritoriais* em processo constante de espacialização e territorialização. O conceito *movimento socioterritorial* foi cunhado por (FERNANDES, 2000) com o objetivo de colaborar com as análises das ações dos movimentos sociais através de referenciais teóricos geográficos, dando atenção aos processos de construção dos espaços e territórios e não somente as formas sociais de organização desses movimentos.

Para Fernandes os *movimentos socioterritoriais* são movimentos sociais que lutam pela terra realizando ocupações de terras. Esses movimentos têm a conquista do território como objetivo da luta e como trunfo. É objetivo, pois os camponeses lutam pela terra porque precisam dela para a sua sobrevivência e é trunfo porque a conquista do território possibilita a espacialização e territorialização da luta e fortalece os movimentos socioterritoriais para a conquista de outros territórios.

Primeiro momento da luta é a espacialização, quando são formados os espaços onde os movimentos expõem suas demandas, objetivos e estratégias na luta pela terra. Fernandes (1996) apoiado em Tarelho (1988)¹⁴ e Grzybowski (1987)¹⁵ apresenta o *espaço de socialização política* e seus dimensionamentos (*espaço comunicativo, espaço interativo e espaço de luta e resistência*). Segundo Fernandes 2005:

Os espaços produzidos pelos movimentos socioterritoriais são diversos e são constituídos de acordo com as suas ações. Esses movimentos fazem-se nos espaços de socialização política e espaços de socialização propositiva, onde geram as práticas políticas de seu desenvolvimento. A construção de espaços políticos, sociais, culturais e outros acontecem em diferentes lugares e territórios.

¹⁴ TARELHO, L. C. Da consciência dos direitos à identidade social: os sem terra de Sumaré. São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) Programa de Pós- Graduação de Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

¹⁵ GRZYBOWSKI C. Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo. Petrópolis: FASE/Vozes, 1987.

A construção desses espaços e seus dimensionamentos são essenciais para as ações dos sujeitos que procuram transformar a realidade. Não existe transformação da realidade sem a criação de espaços. (p.32)

Esse primeiro momento da luta pela terra é a espacialização, pois é o momento em que os movimentos camponeses criam novos espaços ou deixam marcas nos espaços existentes através de ocupações seguidas de acampamentos, caminhadas, marchas e passeatas, ocupações de prédios públicos, a reocupação de terras após reintegração de posse e os acampamentos nas “beiras” das rodovias. É a fase da luta onde a criação de condições para o seguimento da luta se faz necessário. Nessa fase se trabalha a conscientização política e ideológica do movimento para com os militantes e a população em geral. O processo de espacialização é o embate com o capital na dimensão política e simbólica que visa a conquista do território.

A territorialização é a fase superior da luta pela terra, pois acontece quando é criado o assentamento rural, ou seja, é conquistado o território e se inicia uma nova territorialidade, agora sob a territorialidade camponesa. O principal desafio a partir da conquista dos assentamentos é seu desenvolvimento territorial.

A espacialização e territorialização dos movimentos socioterritoriais é um processo concreto da ação em sua reprodução no espaço e na construção dos territórios. Para isso concebemos as ocupações e assentamentos como as principais formas de territorialização do campesinato no Brasil, são através destes que os camponeses pressionam os governos e conquistam assentamentos garantindo sua reprodução. (FERNANDES, 2000)

Ocupações de terras

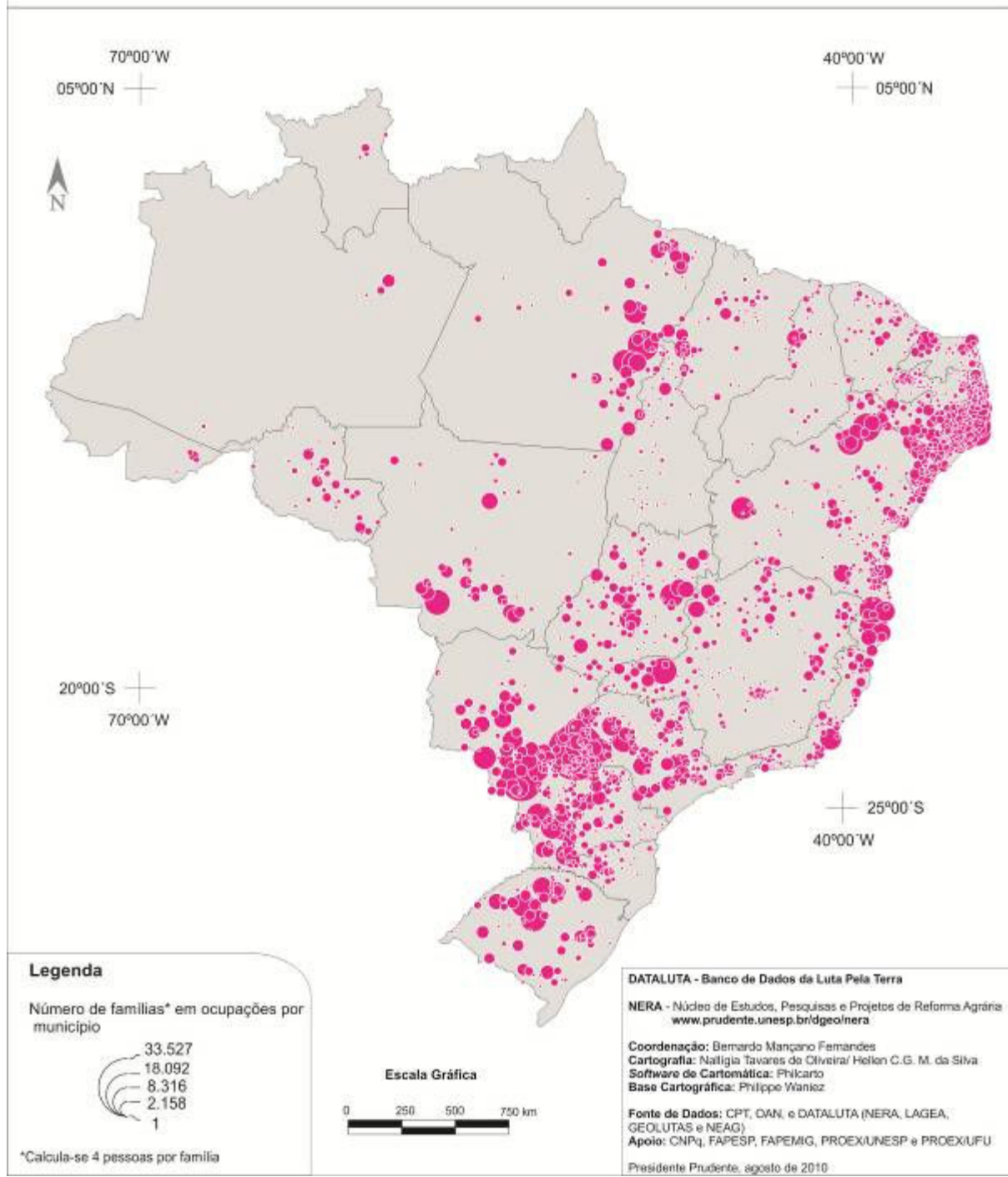
Segundo o Banco de Dados da Luta Pela Terra – DATALUTA, como podemos verificar na tabela 01 e no mapa 03, aconteceram no Brasil desde 1988 até 2009 8.128 ocupações, nas quais participaram 1.156.408 famílias. As regiões que mais contam com ocupações no período foram as regiões nordeste e sudeste que contabilizaram 37,56% e 26,24% respectivamente, nessas regiões os estados que mais contabilizaram ocupações de terras foram São Paulo e Pernambuco que por sua vez somaram 16% e 14% respectivamente.

**Tabela 01 - Número de ocupações e famílias por estado e macrorregiões
1988-2009**

REGIÃO/UF	Nº OCUPAÇÕES	%	Nº FAMÍLIAS	%
NORTE	768	9,45	104.740	9,06
AC	21	0,26	1.991	0,17
AM	11	0,14	2.886	0,25
AP	2	0,02	120	0,01
PA	517	6,36	79.577	6,88
RO	108	1,33	13.479	1,17
RR	11	0,14	1.463	0,13
TO	98	1,21	5.224	0,45
NORDESTE	3.053	37,56	414.098	35,81
AL	555	6,83	64.716	5,60
BA	552	6,79	92.020	7,96
CE	105	1,29	11.149	0,96
MA	110	1,35	17.732	1,53
PB	181	2,23	18.969	1,64
PE	1.200	14,76	156.970	13,57
PI	77	0,95	9.696	0,84
RN	129	1,59	16.542	1,43
SE	144	1,77	26.304	2,27
CENTRO-OESTE	1.112	13,68	186.232	16,10
DF	42	0,52	5.898	0,51
GO	398	4,90	55.103	4,77
MS	533	6,56	87.712	7,58
MT	139	1,71	37.519	3,24
SUDESTE	2.133	26,24	280.998	24,30
ES	95	1,17	12.775	1,10
MG	631	7,76	61.254	5,30
RJ	95	1,17	13.453	1,16
SP	1.312	16,14	193.516	16,73
SUL	1.062	13,07	170.340	14,73
PR	674	8,29	86.782	7,50
RS	214	2,63	60.135	5,20
SC	174	2,14	23.423	2,03
BRASIL	8.128	100,00	1.156.408	100,00

Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2010. www.fct.unesp.br/nera

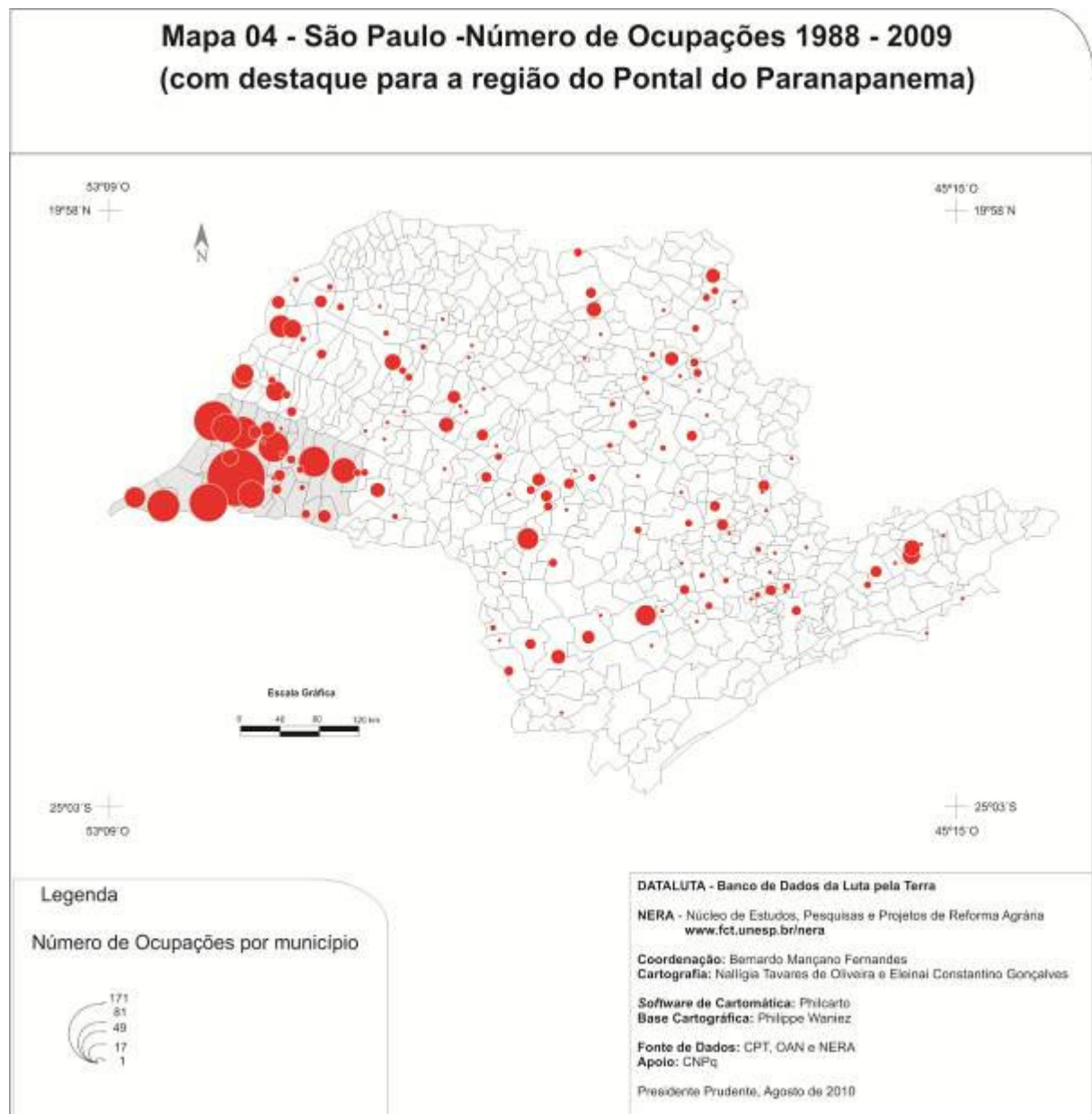
Mapa 03 - Brasil - Geografia das Ocupações de Terra - 1988-2009 Número de Famílias em Ocupações



Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2010. www.fct.unesp.br/nera

No Estado de Pernambuco a região que mais conta com ocupações de terras é a microrregião geográfica denominada Zona da Mata Pernambucana, em número de ocupações só fica atrás da região do Pontal do Paranapanema onde já aconteceram 742 ocupações, 56% das ocupações que aconteceram em São Paulo e se consolida como a região com maior número de ocupações do Brasil, inclusive

número maior que de vários estados. Verifica-se no mapa 04, abaixo, a relevância para a região do Pontal do Paranapanema em relação as ocupações ocorridas no Estado de São Paulo no período.



Assentamentos rurais

Como dissemos as ocupações é a principal forma dos movimentos camponeses conquistarem a terra. A política de implantação de assentamentos rurais acontece por causa das ações contestadoras dos movimentos camponeses, principalmente após o início das ocupações empreendidas pelo MST em 1979.

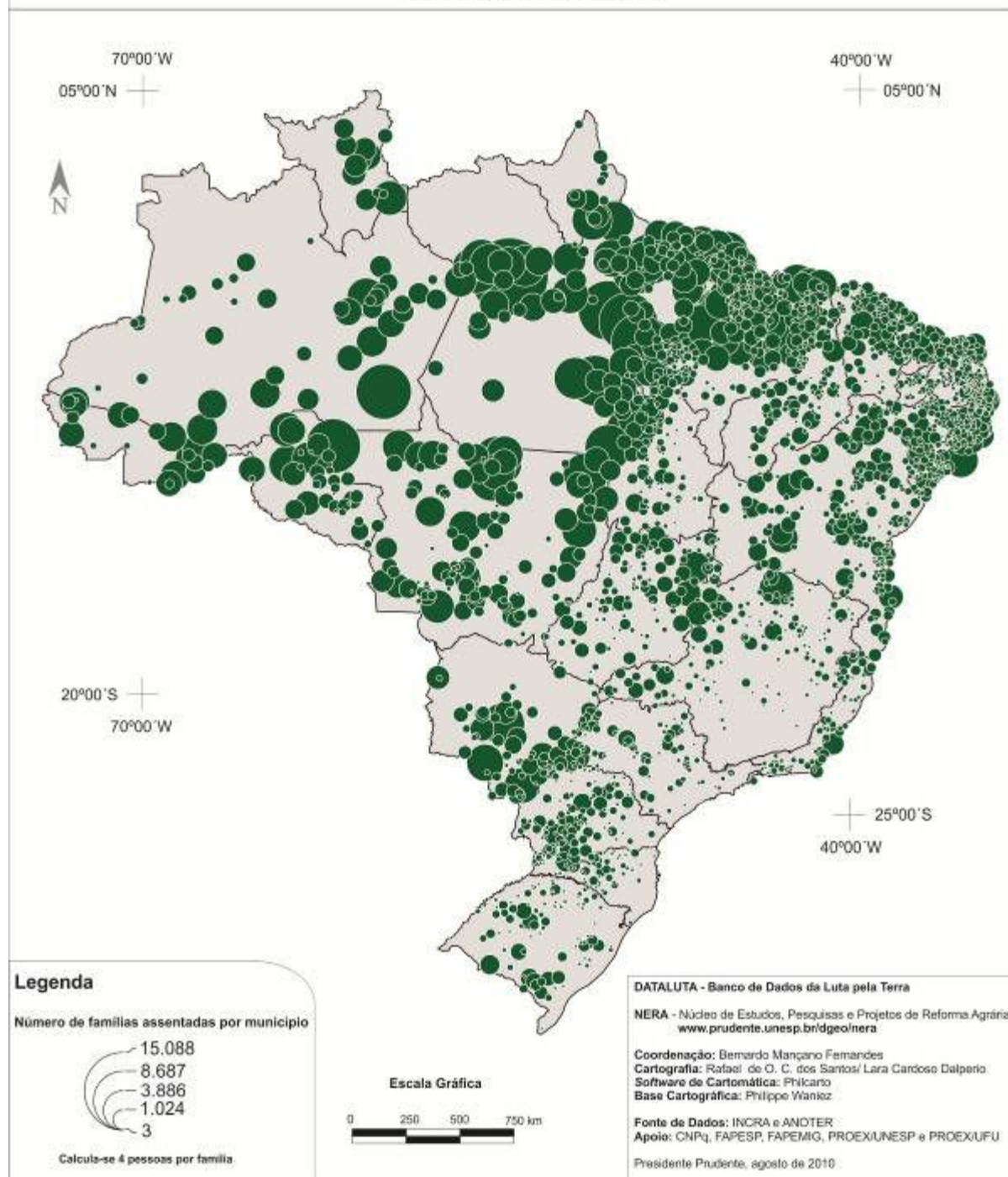
Abaixo, na tabela 02 e no mapa 04, apresentamos a distribuição dos assentamentos rurais por estado.

Tabela 02 - Número de assentamentos rurais, famílias e área por estado e macrorregião - 1979-2009

Região/UF	Assentamentos	%	Famílias	%	Área	%
NORTE	1.920	22,3	437.456	43,1	57.137.003	74,2
AC	144	1,7	26.433	2,6	5.116.255	6,6
AM	122	1,4	47.703	4,7	25.771.897	33,5
AP	38	0,4	12.440	1,2	2.120.387	2,8
PA	1.027	11,9	254.509	25,1	18.040.883	23,4
RO	165	1,9	52.076	5,1	3.277.454	4,3
RR	51	0,6	20.138	2,0	1.575.598	2,0
TO	373	4,3	24.157	2,4	1.234.529	1,6
NORDESTE	3.964	46,0	330.002	32,5	9.850.376	12,8
AL	154	1,8	13.557	1,3	103.630	0,1
BA	648	7,5	49.456	4,9	1.738.894	2,3
CE	416	4,8	24.724	2,4	877.247	1,1
MA	959	11,1	130.594	12,9	4.302.136	5,6
PB	271	3,1	14.037	1,4	256.156	0,3
PE	553	6,4	34.291	3,4	537.650	0,7
PI	478	5,5	33.541	3,3	1.340.064	1,7
RN	288	3,3	20.385	2,0	524.071	0,7
SE	197	2,3	9.417	0,9	170.529	0,2
CENTRO-OESTE	1.176	13,6	159.732	15,7	7.818.193	10,2
DF	11	0,1	746	0,1	5.290	0,0
GO	407	4,7	24.914	2,5	996.668	1,3
MS	195	2,3	32.099	3,2	692.413	0,9
MT	563	6,5	101.973	10,0	6.123.822	8,0
SUDESTE	764	8,9	49.828	4,9	1.404.349	1,8
ES	88	1,0	4.447	0,4	47.793	0,1
MG	371	4,3	23.434	2,3	960.689	1,2
RJ	61	0,7	5.373	0,5	69.184	0,1
SP	244	2,8	16.574	1,6	326.683	0,4
SUL	796	9,2	38.900	3,8	791.438	1,0
PR	311	3,6	19.416	1,9	405.350	0,5
RS	327	3,8	13.535	1,3	284.113	0,4
SC	158	1,8	5.949	0,6	101.975	0,1
BRASIL	8.620	100,0	1.015.918	100,0	77.001.370	100,0

Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2010. www.fct.unesp.br/nera

Mapa 05 - Brasil - Geografia dos Assentamentos Rurais - 1979-2009 Famílias Assentadas



Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2010. www.fct.unesp.br/nera

Como podemos verificar existem no Brasil 8.620 assentamentos rurais, onde estão assentadas 1.015.918 famílias em 77.001.370 hectares. Os Estados do Pará, Maranhão e Mato Grosso são as unidades da federação que mais possuem assentamentos e que mais conta com famílias assentadas. No entanto pela diferença entre os tipos dos assentamentos rurais existem diferenças em relação às

famílias assentadas e na área ocupada pelos assentamentos. A região Nordeste conta 46% dos assentamentos, região com maior número de assentamentos, mas em relação ao número de famílias e área fica atrás da região Norte que conta com 43,1% das famílias assentadas e 74% da área total dos assentamentos. Essa diferença existe porque a predominância na região norte é dos assentamentos do tipo RESEX – Reserva Extrativista, FLONA – Floresta Nacional cujas características são de grandes áreas e uma quantidade grande de famílias assentadas.

Em outras regiões os assentamentos que predominam são do tipo PA e PE que em sua maioria são conquistados através da luta pela regularização das terras e para o cumprimento social das propriedades, são em maior número, no entanto contam com uma área menor e, portanto uma quantidade inferior de famílias assentadas. Na região do Pontal do Paranapanema a luta são para retomar as terras ocupadas pelo latifúndio *grileiro*.

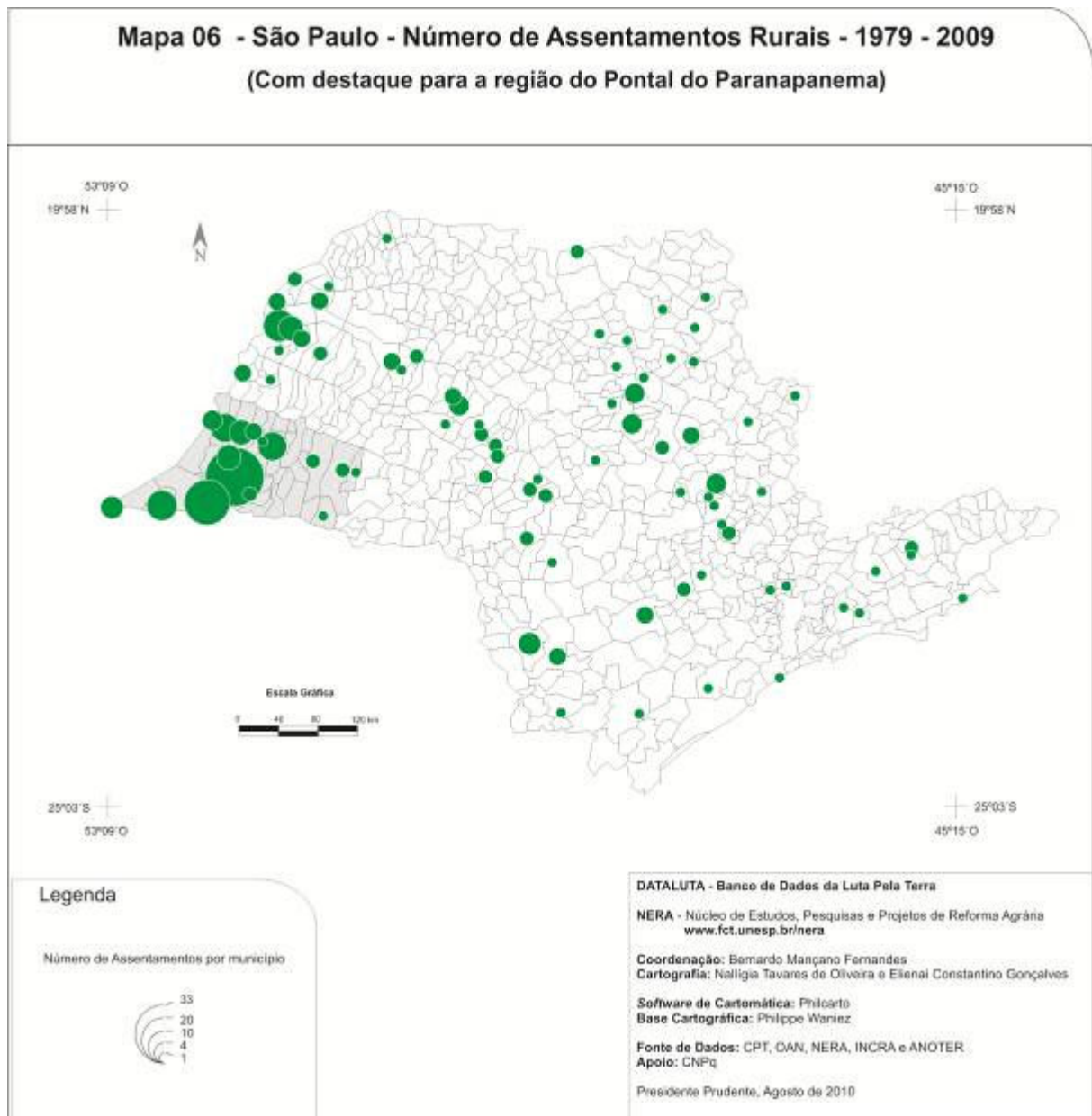
O Estado de São Paulo conta com 244 assentamentos, 2,8% do total, onde estão assentadas 16.574 famílias (1,6%) e uma área de 326.684 hectares (0,4%). Esses assentamentos estão divididos em 4 tipos: AQ – Assentamento Quilombola, PA – Assentamento Federal, PE – Assentamento Estadual e PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável. Na tabela 03 e no mapa 06 apresentamos a distribuição desses assentamentos no Estado de São Paulo, ressaltando a região do Pontal do Paranapanema como a região com o maior número de assentamentos.

Tabela 03 – Número de assentamentos rurais e famílias por tipo de assentamento do Estado de São Paulo - 1979-2009

	Assentamentos	%	Famílias	%	Área	%
AQ ¹⁶	1	0,41	53	0,32	890	0,27
PA	97	39,75	8.867	53,50	162.625	49,78
PE	133	54,51	6.875	41,48	149.135	45,65
PDS	13	5,33	779	4,70	14.033	4,30
	244	100,00	16.574	100,00	326.683	100,00

Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2010. www.fct.unesp.br/nera

¹⁶ Segundo o ITESP existem em no estado de São Paulo 27 comunidades remanescentes quilombolas e 6 em processo de reconhecimento.



Org. Elienai Constantino Gonçalves, 2010.

Movimentos socioterritoriais

A partir de 2000 a CPT começou a registrar no cadastro das ocupações quais foram os movimentos que as realizaram. No período que compreende os anos de 2000 a 2009 101 movimentos realizaram ocupações no Brasil. Abaixo apresentamos no quadro 02 e no mapa 07, a relação dos movimentos que atuaram no período por estado da federação.

Quadro 02 – Brasil – nome dos movimentos socioterritoriais e estado onde atuaram em 2000 – 2009

Nº	SIGLA	NOME DO MOVIMENTO SOCIOTERRITORIAL	ESTADOS
1	ACRQ	ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOLAS	MG, PE
2	AMIGREAL	ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DAS MICRORREGIÕES DE ALAGOAS	AL
3	ASPARMAB	ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES RURAIS DE MARABÁ	PA
4	AST	ASSOCIAÇÃO DE SEM TERRA	PA
5	ASTECA	ASSOCIAÇÃO TÉCNICA DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA	MT
6	ASTST*	ASSOCIAÇÃO DOS SEM TERRA E SEM TETO	MG
7	ASTT	-	MG
8	ACRQBC	ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO BREJO DOS CRIoulos	MG
9	ACUTRMU	ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES	MG
10	ADT	ASSOCIAÇÃO EM DIREITO DA TERRA	GO
11	AMPA	ASSOCIAÇÃO DO MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES	AP
12	ARST	ASSOCIAÇÃO RENOVAÇÃO DOS SEM TERRA	SP
13	ASA	ASSOCIAÇÃO SANTO ANTÔNIO	MT
14	ATUVA	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES UNIDOS DA VILA APARECIDA	PA
15	CAA	CENTRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA	MG
16	CAR	CENTRAL DOS ASSENTADOS DE RORAIMA	RR
17	CCL	CENTRO DE CIDADANIA E LIDERANÇA	MG
18	CETA	COORDENAÇÃO ESTADUAL DE TRABALHADORES ASSENTADOS	BA
19	CLST	CAMINHO DE LIBERTAÇÃO DOS SEM TERRA	MG
20	CONAQ	COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOS	ES
21	CONLUTAS	COORDENAÇÃO NACIONAL DE LUTAS	SP
22	CONTAG	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA	AL, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PE, PI, RJ, RN, SC, SE, SP, TO
23	COOTERRA	COOPERATIVA DOS LAVRADORES NA LUTA PELA TERRA	BA
24	CPT	COMISSÃO PASTORAL DA TERRA	AL, BA, CE, MS, MT, MG, PA, PB, PE RN
25	CTV**	CENTRO TERRA VIVA	SP
26	CUT	CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES	AC, MS, PB, SP
27	FATRES	FUNDAÇÃO DE APOIO AOS/AS TRABALHADORES/AS RURAIS, AGRICULTORES/AS FAMILIARES DA REGIÃO DO SISAL E SEMIÁRIDO DA BAHIA	BA

28	FERAESP	FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS RURAIS ASSALARIADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO	SP
29	FETRAF	FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR	DF, GO, MG, PA, PI, PE, SP
30	FST	FÓRUM SOCIAL DO TRIÂNGULO	MG
31	FUVI	FAMÍLIAS UNIDAS DO VALE DO VILHEMA	MS
32	GRUPO XAMBRE	GRUPO XAMBRÊ	PR
33	LCC	LIGA CAMPONESA CORUMBIARA	RO
34	LCP	LIGA DOS CAMPONESES POBRES	PA, MG, RO
35	LOC	LIGA OPERÁRIA CAMPONESA	MG
36	MAB	MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS	MT, RS
37	MAST	MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM TERRA	PR, SP
38	MATR	MOVIMENTO DE APOIO AOS TRABALHADORES RURAIS	DF
39	MBUQT	MOVIMENTO BRASILEIROS UNIDOS QUERENDO TERRA	SP
40	MCC	MOVIMENTO CAMPONÊS DE CORUMBIARA	RO
41	MCNT	MOVIMENTO CONQUISTANDO NOSSA TERRA	PA
42	MCST	MOVIMENTO DOS CARENTES SEM TERRA	SP
43	MLST	MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DOS SEM TERRA	AL, BA, GO, MG, PE, PR, RN, SP
44	MLSTL	MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DOS SEM TERRA DE LUTA	MG
45	MLT	MOVIMENTO DE LUTA PELA TERRA	BA, MG, SP
46	MLTRST	MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA	PE
47	MLUPT	MOVIMENTO LUTA UNIDA PELA TERRA	MG
48	MMA	MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS	SC
49	MMC	MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS	AL
50	MNF	MOVIMENTO SEM TERRA NOVA FORÇA	SP
51	MPA	MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES	PA
52	MPRA	MOVIMENTO POPULAR PELA REFORMA AGRÁRIA	MG
53	MPST	MOVIMENTO POPLAR DOS SEM TERRA	MG
54	MPT	MOVIMENTO PACÍFICO PELA TERRA	SP
55	MLSTL	MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DOS SEM TERRA DE LUTA	MG
56	MRC	MOVIMENTO RESISTÊNCIA CAMPONESA	BA, PI
57	MSO	MOVIMENTO SOCIAL ORGANIZADO	PR
58	MSONT	MOVIMENTO SONHO DA TERRA	PR
59	MSST	MOVIMENTO SOCIAL DOS SEM TERRA	AL, PR, RJ
60	MST	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA	AL, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, , PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SE, SP, TO
61	MST*	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - DE BASE	SP

62	MSTA	MOVIMENTO DOS SEM TERRA DO AMAZONAS	AM
63	MT	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES	AL, PE
64	MTA	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES ASSENTADOS	MT
65	MTAA/MT	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES ACAMPADOS E ASSENTADOS DO MATO GROSSO	MT
66	MTB	MOVIMENTO TERRA BRASIL	PE, PR, SP
67	MTBST	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES BRASILEIROS SEM TERRA	PE
68	MTD	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES DESEMPREGADOS	BA, DF, RJ
69	MTL	MOVIMENTO TERRA TRABALHO E LIBERDADE	AL, BA, GO, MG, PB, PE, RJ
70	MTR	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS	MG, MS, PR
71	MTRST	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA	ES
72	MTRSTB	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA BRASILEIROS	SP
73	MTRSTP	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA DO PARANÁ	PR
74	MTRUB	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS E URBANOS	PE
75	MTS	MOVIMENTO POR UMA TENDÊNCIA SOCIALISTA	RJ
76	MTST	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA	SP
77	MTSTCB	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA E CENTRAL DO BRASIL	SP
78	MTV	MOVIMENTO TERRA VIDA	SP
79	MUB	MOVIMENTOS UNIDOS BRASIL	SP
80	MUST	MOVIMENTO UNIDO DOS SEM TERRA	SP
81	MUT	MOVIMENTOS UNIDOS PELA TERRA	PR
82	OAC	ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA CAMPONESA	PR
83	OITRA	ORGANIZAÇÃO DE INCLUSÃO DE TRABALHADORES PELA REFORMA AGRÁRIA	SP
84	OLC	ORGANIZAÇÃO DA LUTA NO CAMPO	PE
85	OLST	ORGANIZAÇÃO PARA A LIBERTAÇÃO DOS SEM TERRA	MG
86	OTC*	ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES NO CAMPO	CE, GO, MG, PA, PR, RO, RS, SP, TO
87	RACAA-SUL	REDE DE ASSISTENCIA DOS ACAMPADOS E ASSENTADOS DO SUL DA BAHIA	BA
88	SEM SIGLA	FRUTO DA TERRA	SC
89	SEM SIGLA	GERAZEIROS	MG
90	SEM SIGLA	ÍNDIOS	AL, AM, BA, CE, ES, GO, MG, MS, MT, PB, PE, PR, RO, RS, SC, SP, TO
91	SEM SIGLA	QUILOMBOLAS	ES, MG, PR, PE
92	SEM SIGLA	UNIDOS PELA TERRA	SP
93	SEM SIGLA	VIA CAMPESINA	PR, PI, RS

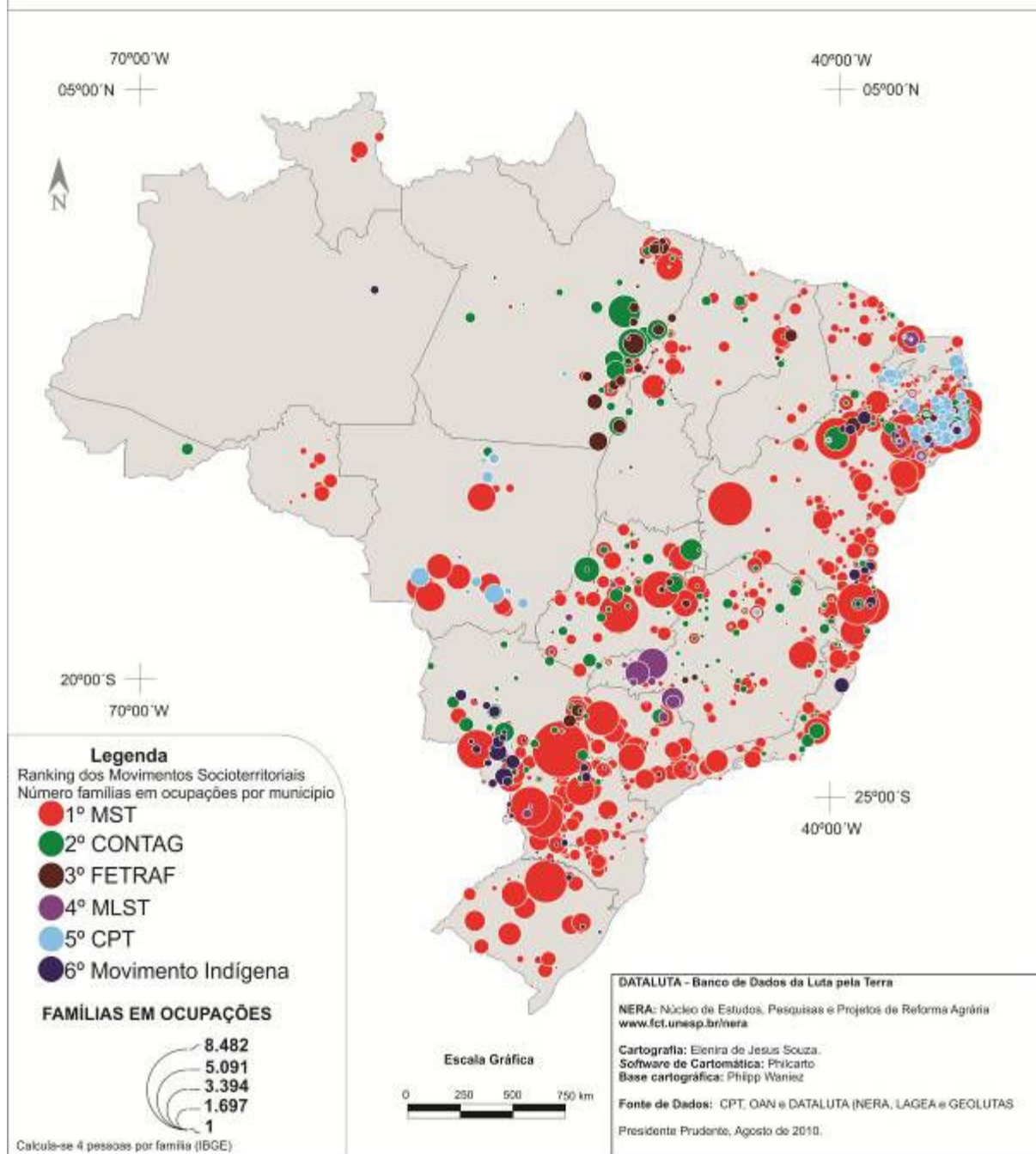
94	SINPRA	SINDICATO DOS PEQUENOS E MÉDIOS PRODUTORES RURAIS ASSENTADOS	PA
95	STL	SINDICATO DOS TRABALHADORES NA LAVOURA	RN
96	TUPÃ 3E	TRABALHADORES DO MUNICÍPIO DE TUPANCIRETÃ	RS
97	UAPE	UNIÃO DOS AGRICULTORES DE PERNAMBUCO	PE
98	UNASFP	UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE FUNDO DE PASTO	BA
99	UFT	UNIAO FORÇA E TERRA	MS
100	UNITERRA	UNIÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PELA TERRA	SP
101	USST	UNIÃO DOS SANTANENSES SEM TERRA	RS

Fonte: DATALUTA - Banco de Dados de Luta pela Terra, 2010. www.fct.unesp.br/nera

*As siglas foram criadas, pela CPT, utilizando as letras iniciais das entidades para identificar aquelas cujo nome é apresentado por extenso.

** Denominação dada ao movimento organizado por José Rainha Junior

Mapa 07 - Brasil - Geografia dos Movimentos Socioterritoriais - 2000-2009
Número de famílias em ocupações - por município



Verifica-se no mapa acima que o movimento que mais mobilizou famílias para ocupações de terras em todas as regiões do Brasil foi o MST, porém com destaque para a CONTAG no Estado do Pará.

A questão agrária na região do Pontal do Paranapanema é reconhecida pelo processo de ocupação que aconteceu de forma devastadora para as populações nativas e para a natureza, e o processo de *grilagem* é bastante marcante na região,

para concebermos essa realidade recorreremos a Leite (1991), Antonio (1990), Monbeig (1984).

A região do Pontal do Paranapanema é internacionalmente reconhecida pelas ações dos movimentos camponeses na luta pela terra. É a região do Brasil que mais ocorreu ocupações de terras, sobretudo após a chegada do MST em 1990, no entanto, já aconteciam disputas pelas terras da região.

Segundo Antonio, 1990 as lutas dos camponeses para as conquistas das glebas Rebojo (1964), Santa Rita (1968), Ribeirão Bonito (1972) e Lagoa São Paulo (1980) foram resultados dos conflitos sociais entre camponeses e supostos proprietários de grandes extensões de terras na região do Pontal do Paranapanema. Essas lutas aconteceram em períodos e situações de conflitualidade específicas, no entanto, apresentam em comum a denúncia do processo de ocupação irregular das terras, e a posterior concentração e monopolização do território rural. Essas lutas não foram pela reforma agrária, foi pela posse da terra, foi de origem espontânea. A luta foi uma reação contra a violência dos grileiros e latifundiários.

Em 24 de março de 1964 foi desapropriados através do decreto nº 53.830 3.3327 hectares da fazenda Rebojo. A desapropriação aconteceu por causa da tensão e conflitos existentes entre camponeses e os “supostos” proprietários dessa gleba.

O primeiro momento do movimento social rural Rebojo, se caracterizou com o confronto armado entre camponeses, posseiros, parceiros, arrendatários, latifundiários e ocorreu oficialmente quando a polícia militar foi convocada para atender uma liminar da justiça para reintegração de posse a um único latifundiário que se dizia proprietário das terras, em detrimento de cento e oitenta famílias de camponeses. Esses, sem desocupar as referidas posses, através de resistência e de pressão junto ao governo federal, procuravam provar que as escrituras eram falsas, griladas, e que eles também tinham o direito de ocupar essas terras devolutas. (ANTONIO, 1990. p. 39)

O projeto de assentamento Gleba Rebojo foi reconhecido pelo governo em 1968 muito mais para eliminar as tensões e não para viabilizá-lo. O Estado tinha motivos políticos e ideológicos para assistir esses camponeses, era um regime autoritário promovido pelo golpe militar, mas preconizava a paz social a qualquer custo.

A origem dos conflitos da gleba Santa Rita e Ribeirão Bonito, localizadas no município de Teodoro Sampaio surgiu porque os proprietários para legitimarem e

suas posses arrendaram as terras para médios e grandes arrendatários. Esses por sua vez arrendaram aos camponeses, que derrubaram a mata e cultivavam em troca do pagamento de uma renda. Mesmo assim os grileiros não conseguiram regularizar essas terras, mas fizeram com que entrassem em litígio e que arrolam na justiça até os dias atuais.

No final da década de sessenta e início da década de setenta os conflitos se acentuaram. Outros latifundiários também promoveram confrontos e expulsaram várias famílias de camponeses, posseiros e arrendatários. A título de exemplos citam-se as fazendas Alcídia, Água Sumida, Areia Branca, Bandeirantes, entre tantas outras. (ANTONIO, 1990)

A construção das três usinas hidrelétricas Rosana (1980 – 1987); Taquaruçu (1989); e Eng. Sérgio Mota (1980 – 2003), além da Destilaria de Álcool Alcídia S/A causaram mudanças na paisagem da região, por exemplo, a transformação de 15.000 hectares de matas, de paliteiros e pastagens em áreas de plantio de cana-de-açúcar. A construção das usinas e da destilaria desarticulou em partes os movimentos sociais, como das fazendas Ribeirão Bonito e Água Sumida.

Em 1980 a CESP promoveu o reassentamento de 548 famílias provenientes da Reserva Florestal Lagoa São Paulo, em Presidente Epitácio, que foi inundada em 1996, com a formação do reservatório da hidrelétrica Eng. Sérgio Mota (Porto Primavera), no rio Paraná. A história dessa gleba e da reserva florestal está ligada a outra gleba a Caiuá-Veado muito disputada por grileiros desde a década de 1920. (ANTONIO, 1990)

Em 1983 após o fechamento das obras das usinas hidrelétricas (Rosana, Taquaruçu e Engenheiro Sérgio Mota) a região do Pontal passou a contar com um grande contingente de trabalhadores desempregados. Segundo Fernandes (1996: 109):

Além das lutas de resistência dos posseiros, no início da década de oitenta, emerge, também no Pontal, um novo personagem na luta pela terra: o trabalhador expropriado, expulso, excluído, marginalizado que faz parte da reserva de mão-de-obra à disposição dos capitalistas, que no movimento da luta foi se denominando trabalhador sem-terra.

Em 15 de novembro de 1983 esses trabalhadores sem-terra ocuparam as fazendas Tucano e Rosanela, de “propriedade” da construtora Camargo Corrêa e da

empresa Vicar S/A Comercial e Agropastoril. Foram cerca de 350 famílias das quais 46,5 % eram trabalhadores desempregados das obras das hidrelétricas, 37,5% eram bóias-frias demitidos da Destilaria de Álcool Alcídia e 16% eram posseiros ilhéus e ribeirinhos atingidos pelos alagamentos causados pela construção das barragens.

Após uma semana os trabalhadores foram despejados, então acamparam na SP-613, e em março de 1984 o governador assinou os primeiros decretos de desapropriação de uma área de 15.100 hectares para assentar aproximadamente 466 famílias. Estava obtida a área para a criação do Assentamento Estadual Gleba XV de Novembro, o maior e mais antigo assentamento da região, além de ser o território de referência para a luta e conquista das terras da região. Hoje o assentamento possui uma área de 13.310 hectares e contam com 572 famílias, está localizado nos municípios de Rosana e Euclides da Cunha. A criação desse assentamento acirrou os ânimos dos latifundiários que criaram a União Democrática Ruralista - UDR¹⁷ paulista e ameaçavam invadir o Morro do Diabo. Os ruralistas se organizaram para defender seus interesses e combater os movimentos sociais que lutam pelo acesso a terra.

Outra ocupação que resultou em criação de assentamento foi a ocupação da fazenda Água Sumida, que aconteceu em setembro de 1985 quando 200 pessoas ocuparam a fazenda sem o apoio de partidos políticos, sindicatos ou a igreja. Vale lembrar que o então presidente Sarney acabara de aprovar o I PNRA que previa o pagamento pelas benfeitorias no ato da desapropriação. Em 1988 foi criado o assentamento na área da fazenda Água Sumida, onde foram assentadas 121 famílias. No mesmo ano também foi criado o assentamento Areia Branca no município de Marabá Paulista, esta fazenda foi desapropriada por interesse social, pelo governo federal no final de 1987.

Após essas ocupações bem sucedidas a região que concentrava trabalhadores sem terras e uma grande área de terras devolutas ou em discriminação, sob controle dos latifundiários, foi um convite para a chegada do MST que iniciava sua territorialização pelo Brasil e encontrara no Pontal condições

¹⁷ Para conhecimento do processo de criação da UDR contamos com as seguintes referências: BRUNO, R. A. L. **Senhores da Terra, Senhores da Guerra (a nova face política das elites agroindustriais no Brasil)**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária/ Editora Universidade de Brasília, 1997. Simon, C. G. B. **Os campos dos senhores : UDR e elite rural 198**. Londrina : Ed. da UEL, 1998.

propícias para a organização de milhares de famílias e realização de centenas de ocupações.

A primeira ocupação do MST na região foi em 14 de julho de 1990, quando 400 famílias ocuparam a fazenda Nova Pontal no município de Teodoro Sampaio. O grupo que realizou essa ocupação demorou seis meses para se formar, e foi formado por famílias de municípios do Pontal e do norte do Estado do Paraná.

A partir de então iniciou-se a espacialização e territorialização do MST. Outras ocupações e momentos de luta marcaram a espacialização do movimento, como podemos encontrar em Fernandes (1996).

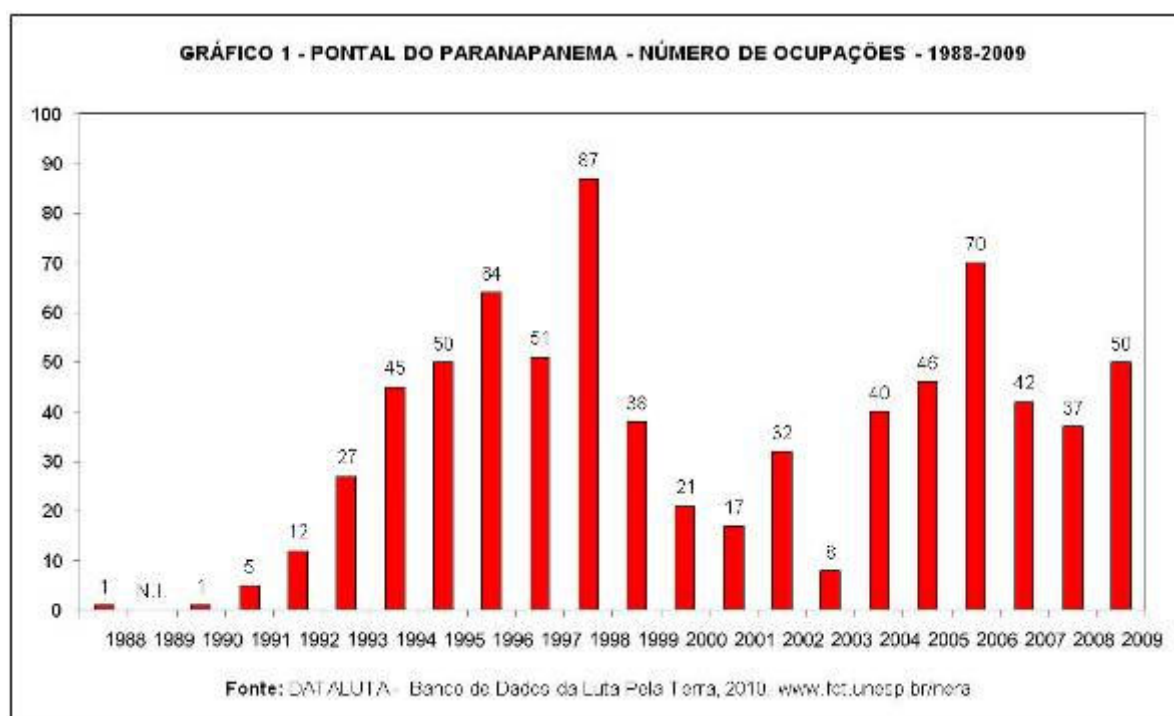
Em 23 de março de 1991 os “sem terra” saíram de Teodoro Sampaio e ocuparam a fazenda São Bento em Mirante do Paranapanema. Estava sob posse de Antonio Sandoval Neto, conhecido grileiro da região. A fazenda tinha 5.200 hectares sendo que 2.872 hectares já haviam sido classificados pelo INCRA como latifúndio por exploração em 25 de novembro de 1986 (Decreto número 94.161). Em março do mesmo ano veio a reintegração de posse. A ocupação da Fazenda São Bento é bastante importante e contribuiu bastante para a espacialização e consolidação da luta pela terra na região. A fazenda foi ocupada novamente em 27 de fevereiro de 1993, e no dia 08 de março do mesmo ano desocuparam obedecendo a ordem de reintegração de posse. Saíram da fazenda e montaram acampamento no ramal desativado da FEPASA. Essas famílias montam um único acampamento: O União da Vitória.

Este acampamento novo, então o maior acampamento na história da luta pela terra no Estado de São Paulo, já reunia em torno de 1.800 famílias de trabalhadores bóias-frias, arrendatários, meeiros, parceiros, etc, procedentes de 10 municípios da microrregião da Alta Sorocabana de Presidente Prudente: Mirante do Paranapanema, Teodoro Sampaio, Sandovalina, Estrela do Norte, Tarabaí, Pirapozinho, Narandiba, Presidente Bernardes, Alvares Machado, Presidente Prudente e de 18 municípios do norte do estado do Paraná: Jardim Olinda, Colorado, Santa Inês, Centenário do Sul, Cafeara, Cruzeiro do Sul, Guaraci, Iguarucu, Itaguajé, Paracity, Porecatu, Paranapoema, Santa Fé, Santo Antonio do Caiuá, Santo Inácio, Nossa Senhora das Graças, Maringá e Nova Londrina. (FERNANDES, 1994. p. 151)

A fazenda São Bento foi ocupada 25 vezes antes de se tornar assentamento em abril de 1998. Hoje é um assentamento em que estão assentadas 182 famílias em uma área de 5.190 hectares.

Nesse intervalo de tempo, em 1º de setembro de 1991 famílias provenientes do mesmo acampamento ocuparam parte dos 5.000 hectares da Fazenda Santa Clara, também em Mirante do Paranapanema, e após 5 dias com o despejo por ordem de reintegração de posse, montam acampamento na área da FEPASA. O acampamento é batizado de 1º de Setembro. Depois de idas e vindas na negociação em janeiro de 1993, o fazendeiro é indenizado pelos 900 hectares e começa o assentamento de 315 famílias. Essa foi a primeira conquista do MST no Pontal do Paranapanema, depois de dois anos e meio de luta. O assentamento foi denominado de Che Guevara.

Essa e outras lutas foram desenvolvidas na região. Como pode-se verificar no gráfico 01 no período de 1990 a 2009 foram realizadas 742 ocupações com destaque para o ano de 1998 quando chegou a marca de 87 ocupações no ano.



Os municípios que mais contabilizaram ocupações nesse período foram Mirante do Paranapanema, Presidente Epitácio e Teodoro Sampaio respectivamente.

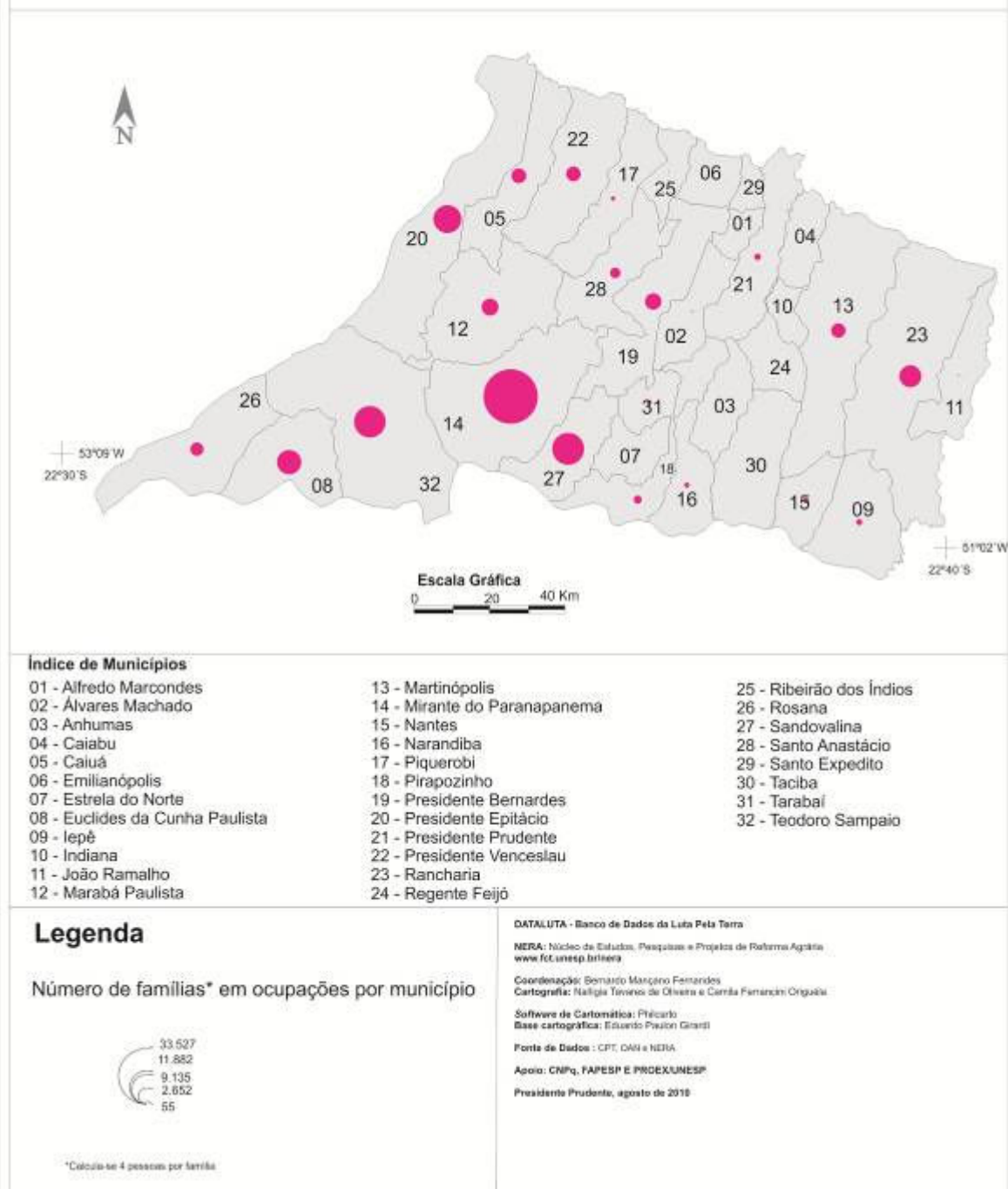
Tabela 04 - Número de ocupações e de famílias por município da região do Pontal do Paranapanema¹⁸ - 1988-2009

MUNICÍPIO	Nº OCUPAÇÕES	%	Nº FAMÍLIAS	%
Alfredo Marcondes	0	0,00	0	0,00
Alvares Machado	2	0,27	94	0,09
Anhumas	0	0,00	0	0,00
Caiabu	0	0,00	0	0,00
Caiuá	43	5,78	2.746	2,71
Emilianópolis	1	0,13	0	0,00
Estrela do Norte	0	0,00	0	0,00
Euclides da Cunha Paulista	54	7,26	6.966	6,88
Iepê	9	1,21	526	0,52
Indiana	0	0,00	0	0,00
João Ramalho	3	0,40	74	0,07
Marabá Paulista	13	1,75	3.484	3,44
Martinópolis	49	6,59	2.580	2,55
Mirante do Paranapanema	171	22,98	33.527	33,10
Nantes	4	0,54	465	0,46
Narandiba	5	0,67	417	0,41
Piquerobi	9	1,21	302	0,30
Pirapozinho	7	0,94	900	0,89
Presidente Bernardes	48	6,45	3.300	3,26
Presidente Epitácio	81	10,89	9.135	9,02
Presidente Prudente	4	0,54	620	0,61
Presidente Venceslau	54	7,26	2.652	2,62
Rancharia	33	4,44	5.750	5,68
Regente Feijó	3	0,40	55	0,05
Ribeirão dos Índios	1	0,13	60	0,06
Rosana	23	3,09	2.197	2,17
Sandovalina	38	5,11	11.882	11,73
Santo Anastácio	12	1,61	1.424	1,41
Santo Expedito	0	0,00	0	0,00
Taciba	2	0,27	190	0,19
Tarabaí	1	0,13	400	0,39
Teodoro Sampaio	74	9,95	11.529	11,38
TOTAL	744	100,00	101.275	100,00

Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2010. www.fct.unesp.br/nera

¹⁸ Segundo classificação da UNIPONTAL

Mapa 08 - 1988-2009 Número de Famílias em Ocupações - Pontal do Paranapanema - SP



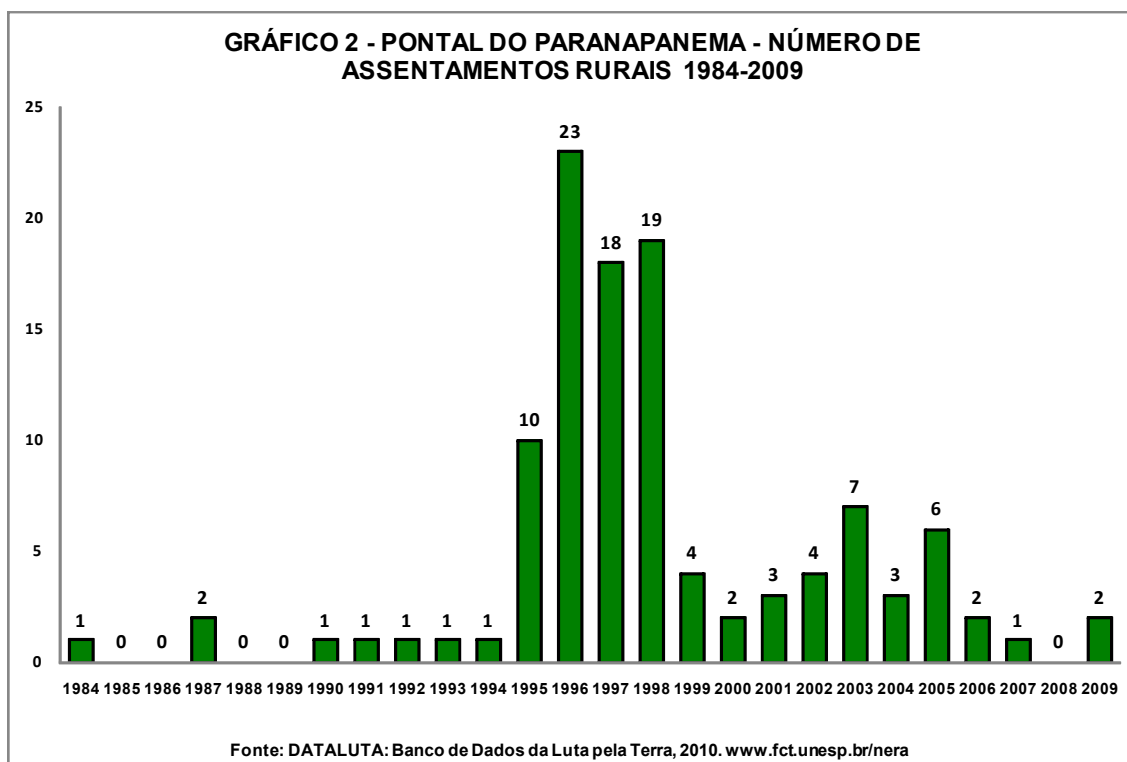
Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2010. www.fct.unesp.br/nera

Em relação aos assentamentos rurais os municípios que mais contam com assentamentos são Mirante do Paranapanema e Teodoro Sampaio. (ver mapa Presidente Epitácio que foi o segundo município em números de ocupações, possuem apenas 5 assentamentos).

Tabela 05 – Número de Assentamentos, famílias e área por município da região do Pontal do Paranapanema - 1984-2009

MUNICIPIOS	Assentamentos	%	Famílias	%	Área	%
Caiuá	8	7,2	445	7,3	10.732	7,7
Euclides da Cunha Paulista	9	8,1	517	8,5	10.933	7,8
Iepê	1	0,9	50	0,8	68	0,0
João Ramalho	1	0,9	40	0,7	54	0,0
Marabá Paulista	6	5,4	260	4,3	6.479	4,6
Martinópolis	2	1,8	124	2,0	2.744	2,0
Mirante do Paranapanema	33	29,7	1.625	26,6	34.984	24,9
Piquerobi	3	2,7	84	1,4	2.594	1,8
Presidente Bernardes	8	7,2	266	4,4	7.189	5,1
Presidente Epitácio	4	3,6	342	5,6	7.533	5,4
Presidente Venceslau	6	5,4	342	5,6	7.702	5,5
Rancharia	2	1,8	178	2,9	4.264	3,0
Ribeirão dos Índios	1	0,9	40	0,7	852	0,6
Rosana	5	4,5	815	13,3	19.432	13,9
Sandovalina	2	1,8	198	3,2	4.017	2,9
Teodoro Sampaio	20	18,0	856	14,0	22.681	16,2
TOTAL	111	100	6.111	100	140.272	100

Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2010. www.fct.unesp.br/nera



No período 2000/2009 a CPT e a OAN registrou 25 movimentos socioterritoriais que realizaram ocupações na região. No ano de 2009 estiveram atuantes 11 movimentos, como podemos verificar no quadro 03 (CONTAG, CUT, FERAESP, FETRAF, MAST, MLST, MLT, MST, MST da base e UNITERRA).

O MST foi o primeiro movimento em atuação na região do Pontal do Paranapanema e após dissidência de parte de seus líderes formou-se o Movimento dos Agricultores Sem Terra – MAST, que por sua vez conta com movimentos integrados (MTE – Movimento Terra da Esperança, MPST – Movimento da Paz Sem Terra, MUST, ABU– Movimento Unidos Sem Terra, QT – Associação Brasileiros Querendo Terra, MTB, MTC – Movimento Terra e Cidadania , MC – Movimento Central, MTP – Movimento Terra e Pão, MSTP – Movimento Sem Terra Pontal, MB – Movimento dos Barraqueiros, MP – Movimento Paz, MUP – Movimentos Unidos Pela Paz, MEV – Movimento Esperança Viva e MSTR – Movimento Sem Terra de Rosana) e movimentos desagregados (MTV, UNITERRA, MNF e MRSTB).

Como podemos comparar na classificação de Lima (2006) e do levantamento feito pela CPT, (apresentados no quadro 03) os movimentos desagregados do MAST, salvo o MTB, não estiveram atuantes no período posterior ao ano 2000. Já os movimentos desagregados continuaram atuantes.

Quadro 03 - Pontal do Paranapanema – nome dos movimentos socioterritoriais que atuaram em 2000 – 2009

Nº	SIGLA	NOME DO MOVIMENTO SOCIOTERRITORIAL	MUNICIPIOS
1	ARST	Associação Renovação dos Sem Terra	Presidente Epitácio
2	CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	Euclides da Cunha Paulista, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Piquerobi, Pres. Bernardes, Pres. Epitácio, Pres. Venceslau, Rosana, Teodoro Sampaio
3	CTV*	Centro Terra Viva	Teodoro Sampaio

4	CUT	Central Única dos Trabalhadores	Euclides da Cunha Paulista, Martinópolis, Mirante do paranapanema, Piquerobi, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Venceslau, Rosana, Teodoro Sampaio
5	FERAESP	Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo	Euclides da Cunha Paulista, Piquerobi
6	FETRAF	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar	Euclides da Cunha Paulista, Iepê, Martinópolis, Piquerobi, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Venceslau, Teodoro Sampaio
7	MAST	Movimento dos Agricultores Sem Terra	Caiuá, Euclides da Cunha Paulista, Iepê, Martinópolis, Piquerobi, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Venceslau, Rosana, Teodoro Sampaio
8	MBUQT	Movimento Brasileiros Unidos Querendo Terra	Presidente Epitácio, Caiuá, Presidente Venceslau
9	MCST	Movimentos dos Carentes Sem Terra	Teodoro Sampaio
10	MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra	Presidente Epitácio
11	MLT	Movimento de Luta pela Terra	Martinópolis
12	MNF	Movimento Sem Terra Nova Força	Presidente Epitácio
13	MPT	Movimento Pacífico pela Terra	Mirante do Paranapanema
14	MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	Alvares Machado, Caiuá, Presidente Venceslau, Euclides da Cunha Paulista, Iepê, João Ramalho, Marabá Paulista, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Narandiba, Piquerobi, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Rosana, Rancharia, Sandovalina, Santo Anastácio, Teodoro Sampaio

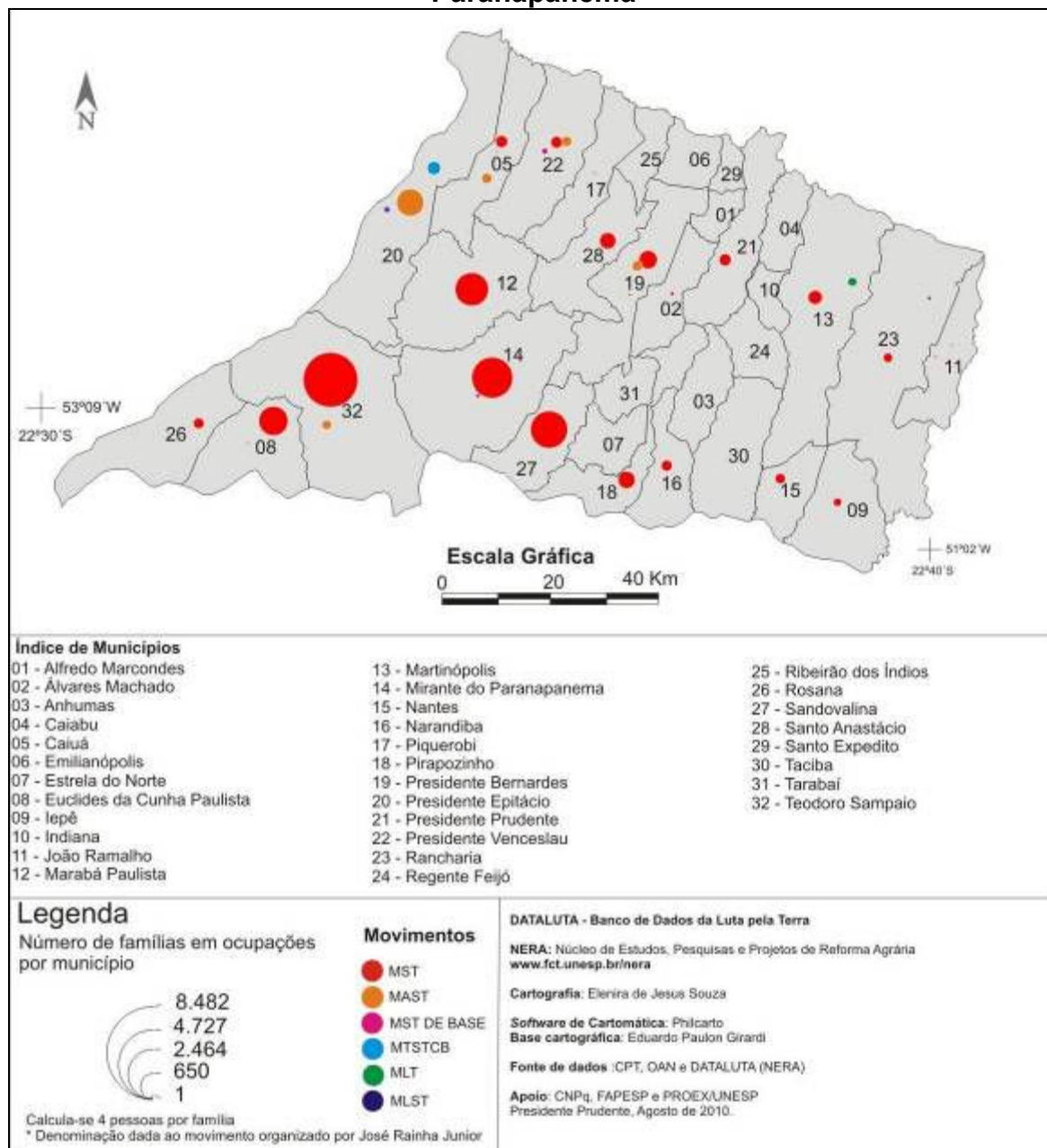
15	MST**	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - de Base	Euclides da Cunha Paulista, Iepê, João Ramalho, Martinópolis, Piquerobi, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Venceslau, Teodoro Sampaio
16	MTB	Movimento Terra Brasil	Euclides da Cunha Paulista, Iepê, Martinópolis, Piquerobi, Presidente Bernardes, Presidente Venceslau, Presidente Epitácio, Teodoro Sampaio
17	MTRSTB	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra Brasileiros	Presidente Epitácio
18	MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra	Caiuá, Emilianópolis, Euclides da Cunha Paulista, Iepê, Martinópolis, Regente Feijó, Mirante do Paranapanema, Piquerobi, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Venceslau, Rancharia, Santo Anastácio, Teodoro Sampaio
19	MTSTCB	Movimentos dos Trabalhadores sem Terra e Central do Brasil	Presidente Epitácio
20	MTV	Movimento Terra Vida	Euclides da Cunha Paulista
21	MUB	Movimento Unidos Brasil	Caiuá
22	MUST	Movimento dos Trabalhadores Unidos dos Sem Terra	Narandiba
23	Sem Sigla	Unidos pela Terra	João Ramalho
24	UNITERRA	União dos Movimentos Sociais Pela Terra	Euclides da Cunha Paulista, Iepê, Martinópolis, Piquerobi, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Venceslau, Teodoro Sampaio
25	Sem Sigla	Via Campesina	Mirante do Paranapanema

Fonte: DATALUTA - Banco de Dados de Luta pela Terra, 2010. www.fct.unesp.br/nera

*As siglas foram criadas, pela CPT, utilizando as letras iniciais das entidades para identificar aquelas cujo nome é apresentado por extenso.

** Denominação dada ao movimento organizado por José Rainha Junior

Mapa 09 – Famílias em ocupações por movimento – 2000 – 2009 – Pontal do Paranapanema



Fonte: DATALUTA - Banco de Dados de Luta pela Terra, 2010. www.fct.unesp.br/nera

Como podemos verificar na tabela 06, abaixo, e no mapa 09, acima, os principais movimentos que ocuparam terra no Pontal do Paranapanema foram o MST, MAST e O MST da base. No mapa podemos verificar que as ocupações do MST da base estão divididas entre os municípios de Caiuá, Euclides da Cunha, Mirante do Paranapanema, Álvares Machado, Presidente Bernardes e Piquerobi. Por causa do número de famílias em ocupações do MST da base não ser tão alto quando dos outros movimentos, na representação proporcional dos círculos o MST da base, repare que aparece somente como um ponto na área desses municípios.

Vale destacar que as ocupações realizadas em conjunto que somam 83 ocupações e a participação 5.154 famílias foram realizadas pelo MAST, MST da Base com a participação dos outros movimentos, o MST não realizou ocupações em conjunto no período.

TABELA 6 - MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS NA REGIÃO DO PONTAL DO PARANAPANEMA, 2000-2009

	1°		2°		3°		4°		5°		6°		Ocup. Conj.		OUTROS		N.I.*		TOTAL			
	MST	Fam	MST	Fam	MST*	Fam	MTSTCB	Fam	MLT	Fam	MLST	Fam	Ocup	Fam	Ocup	Fam	Ocup	Fam	Ocup	Fam		
Alfredo Marcondes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0
Álvares Machado	1	44	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	44
Anhumas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0
Caiabu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0
Caiuá	7	414	7	290	1	12	-	-	-	-	-	-	4	215	1	0	-	-	-	-	20	931
Emilianópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0	-	-	-	-	-	-	1	0
Estrela do Norte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0
Euclides da Cunha Paulista	18	2.440	-	1	1	14	-	-	-	-	-	-	9	316	1	25	1	0	-	-	30	2.796
Iepê	2	200	-	-	1	0	-	-	-	-	-	-	3	221	-	-	-	-	-	-	6	421
Indiana	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0
João Ramalho	1	20	-	-	1	14	-	-	-	-	-	-	-	-	1	40	-	-	-	-	3	74
Marabá Paulista	10	3.159	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	3.159
Martinópolis	10	578	-	-	1	0	-	-	2	60	-	-	9	556	-	-	-	-	-	-	22	1.194
Mirante do Paranapanema	27	4.777	-	-	1	50	-	-	-	-	-	-	4	365	1	2	-	-	-	-	33	5.194
Nantes	1	300	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	300
Narandiba	3	348	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	19	-	-	-	-	4	367
Piquerobi	1	13	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	5	217	-	-	-	-	-	-	7	232
Pirapozinho	6	840	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	60	-	-	-	-	-	-	7	900
Presidente Bernardes	20	959	4	300	2	22	-	-	-	-	-	-	7	352	-	-	-	-	-	-	33	1.633
Presidente Epitácio	12	977	15	1.966	1	0	1	135	-	-	2	59	17	1276	7	113	-	-	-	-	55	4.526
Presidente Prudente	3	420	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	420
Presidente Venceslau	13	398	3	280	4	94	-	-	-	-	-	-	10	504	-	-	-	-	-	-	30	1.276
Rancharia	5	254	-	-	1	0	-	-	1	50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	304
Regente Feijó	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	310	-	-	-	-	-	-	3	310
Ribeirão dos Índios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0
Rosana	3	330	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	475	-	-	1	160	-	-	6	965
Sandovalina	17	3.938	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17	3.938
Santo Anastácio	7	754	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	70	-	-	-	-	-	-	9	824
Santo Expedito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0
Taciba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0
Tarabai	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0
Teodoro Sampaio	44	8482	3	240	-	-	-	-	-	-	-	-	6	217	1	1	1	422	-	-	55	9.362
TOTAL	211	29.645	33	3.079	13	194	1	135	3	110	2	59	83	5.154	13	200	3	582	363	39.170		

Fonte: DATALUTA - Banco de Dados de Luta pela Terra, 2010. www.fct.unesp.br/nera

*N.I. - Não Informado - correspondente ao registro de ações onde não foi possível identificar o nome do movimento socioterritorial

* Denominação dada ao movimento organizado por José Rainha Junior

O MAST e o “MST da Base”

Para o entendimento das dissensões e criação do Movimento dos Agricultores Sem-Terra – MAST e da criação do grupo liderado por José Rainha Jr. partimos das leituras de (FELICIANO, 1999; LIMA; 2006 e SOBREIRO FILHO, 2010).

O MAST foi fundado em 19 de março de 1998 na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, no município de Rosana. O movimento foi concretizado através da articulação da SDS – Social Democracia Sindical. Os princípios desse movimento estão baseados nas concepções teóricas da social-democracia. Os eleitos presidente (Sr. Lino), o vice presidente (Sr. Moisés) e o tesoureiro (Sr. Cícero) fazem parte da SDS.

O movimento foi criado a partir da articulação com os novos movimentos sociais no Pontal do Paranapanema, em sua maioria dissidentes do MST: Movimento Sem-Terra de Rosana, Brasileiro Unidos Querendo Terra (Presidente Epitácio), Movimento Esperança Viva (Mirante do Paranapanema, Movimento da Paz (Regente Feijó), Movimento Terra Brasil (Presidente Venceslau), Movimento Unidos pela Paz (Tarabai), Movimento da Paz Sem-Terra (Taciba), Movimento Sem Terra do Pontal (Teodoro Sampaio) e Movimento Terra da Esperança (Presidente Bernardes). (FELICIANO, 1999)

Esses movimentos são formados por dissidentes do MST por não concordarem com as posturas tomadas pelo movimento durante a luta pela terra que são contra as políticas do Governo Federal (Fernando Henrique Cardoso) e do Governo Estadual (Mário Covas). A justificativa que levou a criação do MAST por esses dissidentes (filiação a Social-Democracia) foi a facilidade defendidas por eles para conseguir terras e recursos por estarem mais próximos do governo.

Segundo (FELICIANO, 1999. p.111)

“essas pessoas estavam conscientemente ou não usando dos mesmos argumentos e artifícios dos fazendeiros e do próprio governo quando questionados sobre as condutas do MST, mas englobando todos os sem-terra. Ou seja, estão assumindo uma posição que é contrária a eles mesmos. É o uso intencional das idéias de muitos desses trabalhadores que não concordam com o MST, para acabar desmoralizando-o na tentativa de

abafar e novamente tirar de cena a questão da reforma agrária no Brasil”

O “MST da base”¹⁹ é um grupo que acompanha José Rainha após seu afastamento do MST, que aconteceu em 2003. Lideranças do MST alegam que o motivo de afastamento quiçá de uma das suas principais lideranças foi o isolamento e o não cumprimento das normas do movimento. Rainha não reconhece o seu afastamento e continua atuar na região do Pontal do Paranapanema realizando ocupações e organizando associações e cooperativas em nome do movimento como, por exemplo, a COOPERBIOESTE que centraliza a produção de mamona das associações de produtores dos assentamentos do Pontal, principalmente do município de Mirante do Paranapanema.

No ano de 2008 e 2009 o “MST da base” organizou 13 ocupações nas quais participaram 194 famílias. Com a ruptura entre o MST e José Rainha entra em voga um novo elemento na luta pela terra na região, pois Rainha e seu grupo assim como o MAST passaram a disputar o território também em sua dimensão imaterial como podemos verificar na atenção dividida entre esses movimentos na mídia e no imaginário das pessoas.

Outro fator importante dessa dissidência é o apoio ao governo de Luíz Inácio Lula da Silva e à candidatura de Dilma Rouseff. Segundo Sobreiro Filho (2010) o “MST da Base” se apresenta como um movimento que apóia o Projeto Político do governo Lula e o fortalecimento da base aliada junto aos trabalhadores rurais.

Exposto isso procuramos evidenciar a complexidade da questão agrária na região do Pontal do Paranapanema, sobretudo as diferenças entre os movimentos socioterritoriais e suas posturas políticas no que tange as disputas territoriais.

¹⁹ Recolhemos informações através da entrevista concedida por José Rainha Jr. em 31 de agosto de 2009.

Capítulo 3

Territorialização do agronegócio canavieiro

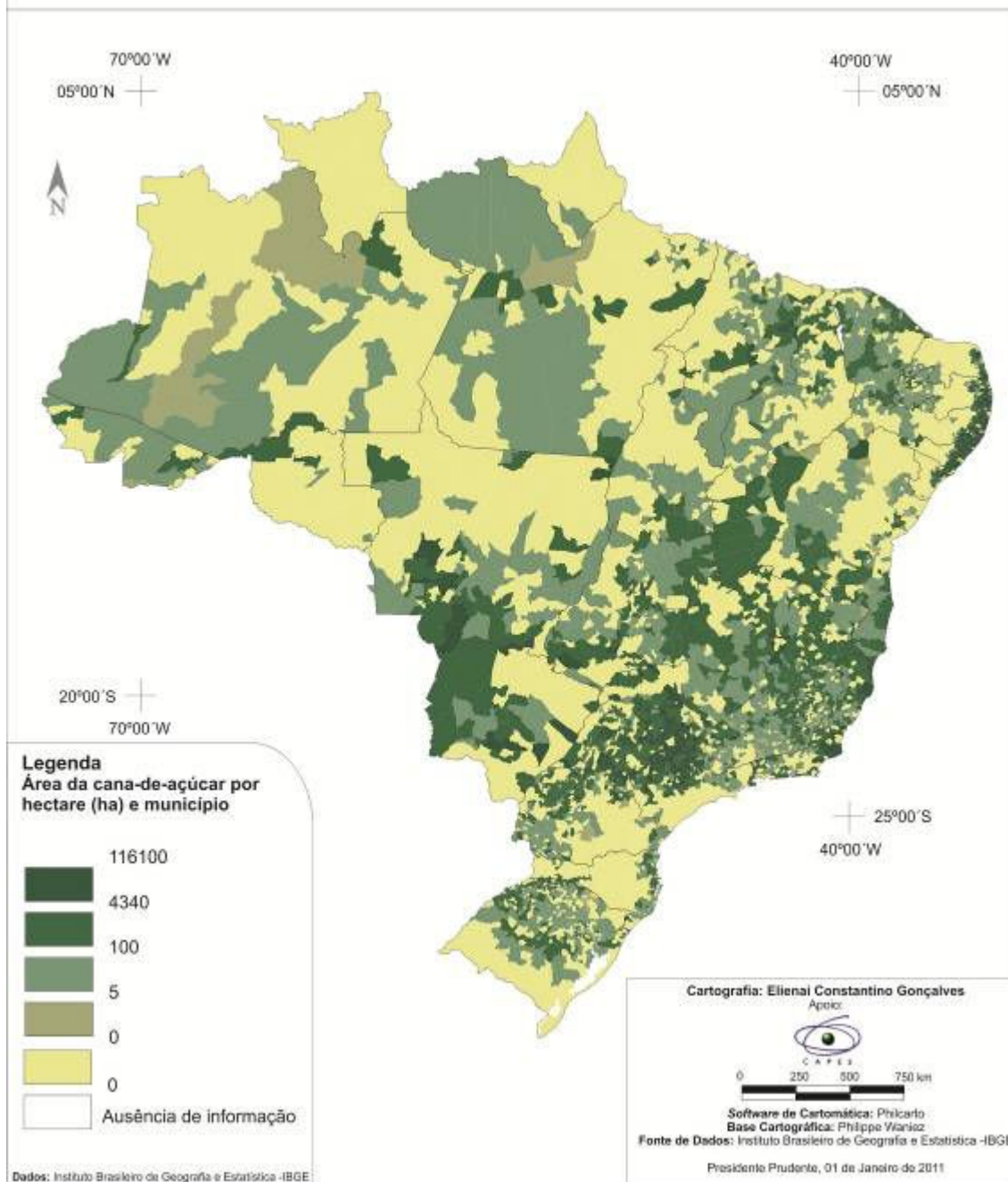
Entendemos o agronegócio como um complexo de sistemas que compreende agricultura, indústria, mercado e finanças. Segundo Fernandes e Welch, 2008 a primeira formulação do conceito de agronegócio (*agrobusiness*) é de Davis e Goldberg (1957)²⁰.

O complexo do agronegócio constitui um modelo de desenvolvimento estritamente econômico controlado por corporações transnacionais, que trabalham com um ou mais *commodities* e atuam em vários outros setores da economia diversificando e garantindo a ampliação do faturamento em as fases da produção.

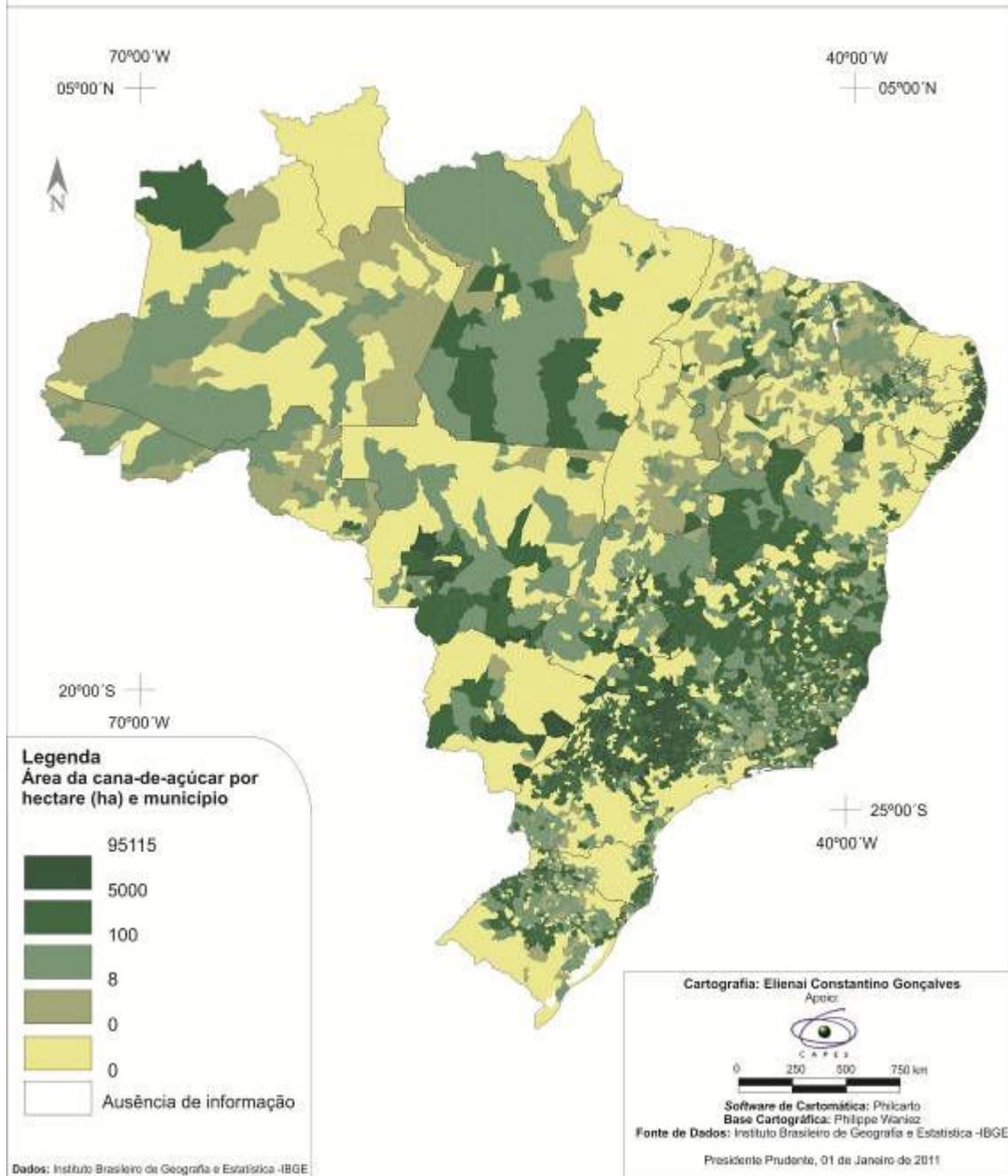
A produção de cana-de-açúcar sempre esteve sob intervenção política do governo brasileiro como podemos verificar em (BRAY, FERREIRA, RUAS, 2000). O PROÁLCOOL foi o principal grande plano do governo brasileiro para o setor canavieiro na década de 1970. A partir de 2003 percebe-se um novo incentivo do governo brasileiro para a ampliação da produção de etanol. Elevou-se o índice de álcool na gasolina e incentivou-se a produção veículos com a tecnologia *flexfuel* visando diminuir a dependência do petróleo. Segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores - Brasil / ANFAVEA, foram fabricados no Brasil em 2003 48.178 veículos, ou seja, 3% do total. Em 2009 esse percentual aumentou para 92% chegando a 2.652.298 veículos. A partir de então a área plantada de todas as regiões brasileiras apresentou aumento significativo. Como se percebe na seqüência de mapas abaixo, que representa a área plantada por município temos um aumento de 103%, em 1990 eram 4.322.299 hectares, em 2009 aumento para 8.784.435 hectares. Vale destacar o aumento nos Estados da região, sudeste, centro oeste e o Estado do Paraná.

²⁰ DAVIS, John; H. GOLDBERG, Ray, A. **A concept of agribusiness**. Boston: Harvard University press, 1957. 143 f.

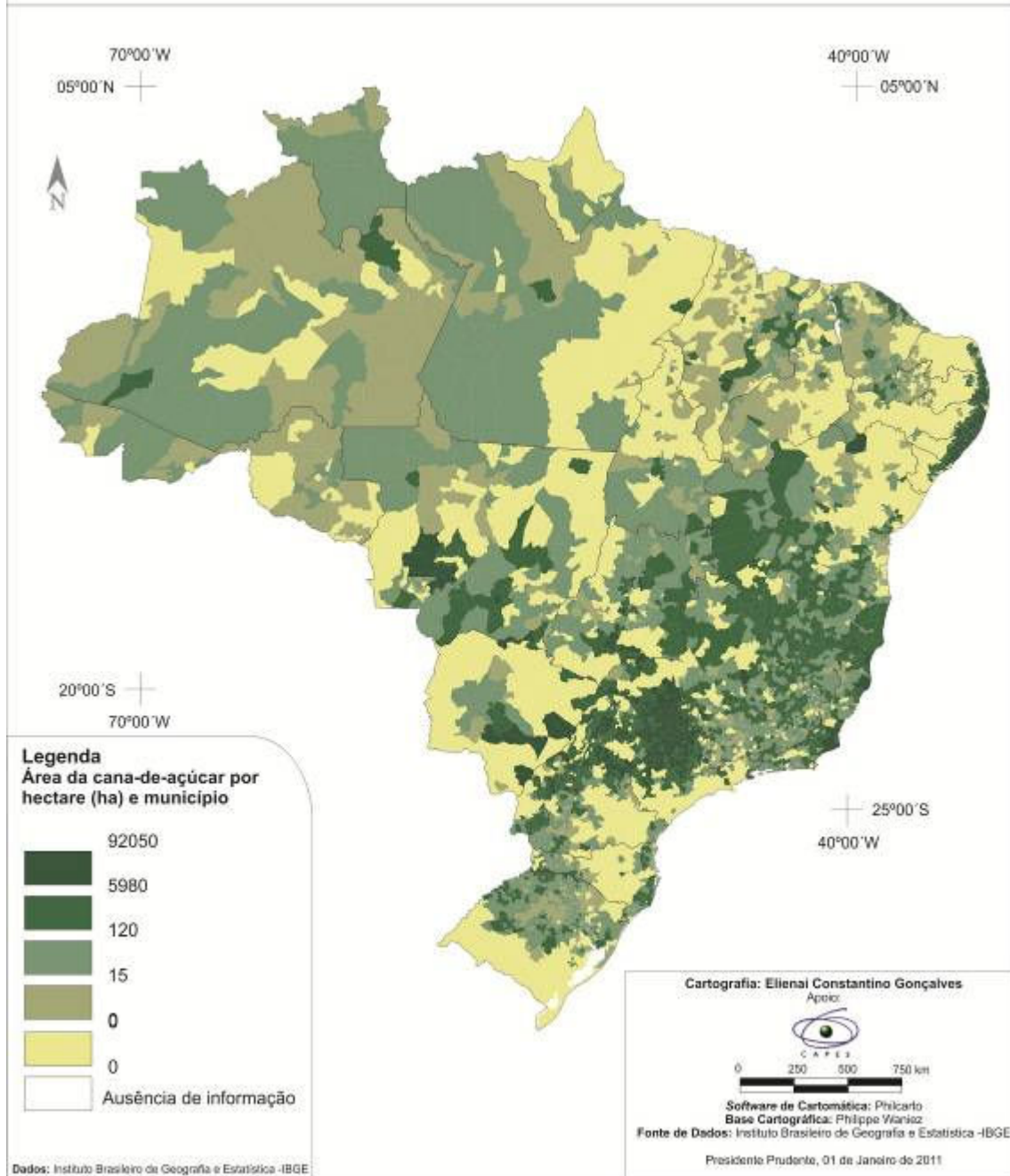
Mapa 10 - Brasil - Área de cana-de-açúcar Safra de 1990



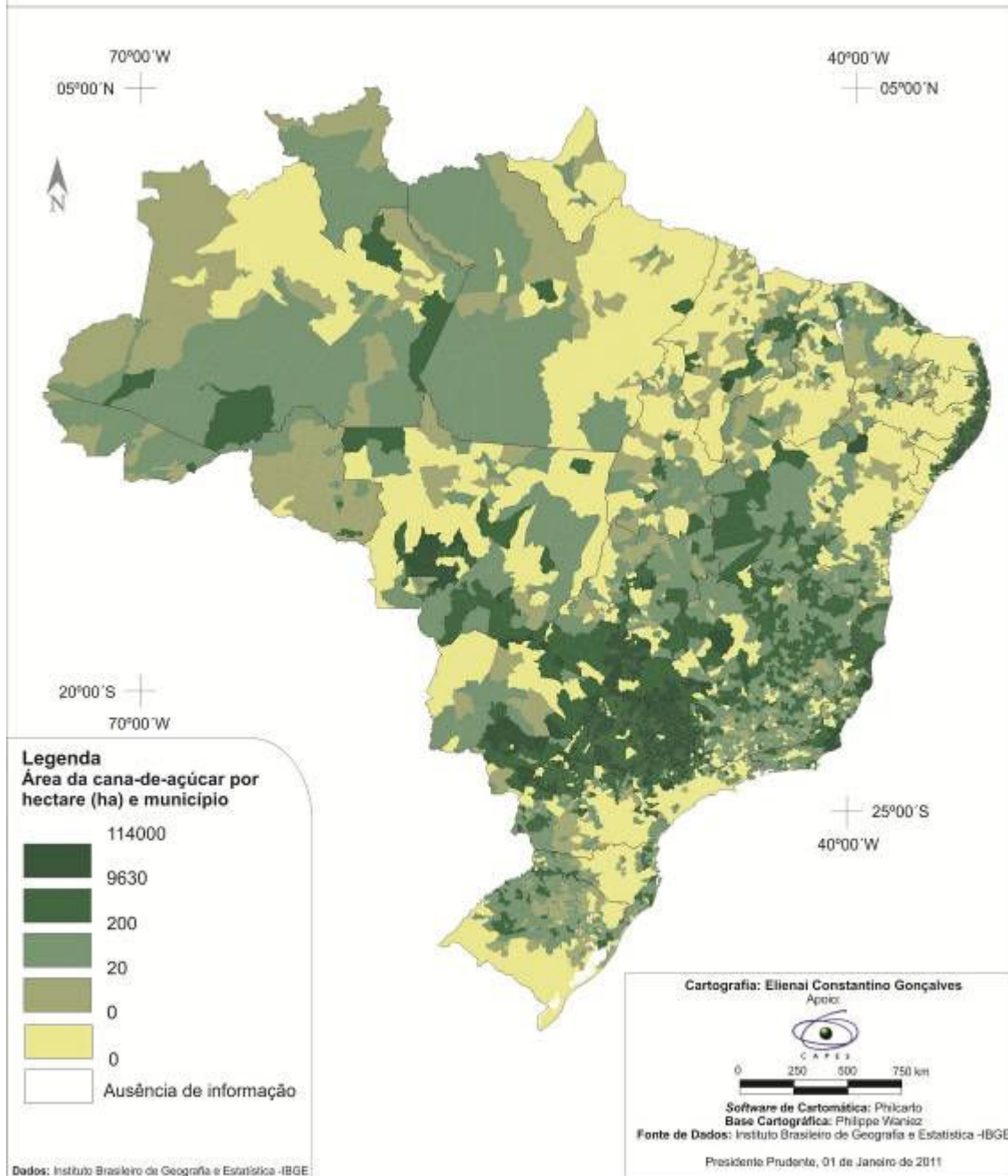
Mapa 11 - Brasil - Área de cana-de-açúcar Safra de 1996



Mapa 12 - Brasil - Área de cana-de-açúcar Safra de 2002



Mapa 13 - Brasil - Área de cana-de-açúcar Safra de 2009



Antes de entrarmos no debate sobre a territorialização do agronegócio canieiro na região do Pontal do Paranapanema fazemos uma breve retomada de outras culturas e atividades agrícolas anteriores a chegada da cana-de-açúcar que se iniciou de forma efetiva somente nesse século.

A região do Pontal do Paranapanema já esteve em destaque na produção agrícola estadual, algumas vezes sobressaia na escala nacional,

como foi o caso da produção algodoeira e do amendoim (Safrá 1967/68)²¹. A região era vanguarda na implantação da policultura. (mamona, cana forrageira, café, milho, arroz, feijão, batata, mandioca, cana industrial, cebola, melancia, soja, girassol, abacaxi, abacate, uva de mesa, alfafa, etc. (LEITE, 1972)

A partir de 1950 a policultura passou a ser substituída pela expansão das invernadas, áreas destinadas a engorda do gado, e a implantação de grandes frigoríficos. Segundo levantamento de Leite (1972) em 1968 as áreas de invernada chegou a ocupar 57,5% das terras da região e como 16% eram cobertos por matas ciliares e corpos d'água restavam 26% da área para a agricultura. Os 26% ocupados pela agricultura eram ocupados pela produção de amendoim, algodão, milho, arroz, mandioca, o café e mamona. Na década de 1970 e 1980 se destacou também a produção de tomate.

A partir de então e a pecuária se tornou a principal atividade na região o que contribuiu para a consolidação da grilagem e posse irregular das terras do Pontal do Paranapanema homogeneizando a paisagem, características do latifúndio pecuarista. Com a urgência da produção de *commodities*, aconteceu também a tentativa da inclusão da região na produção de Soja e Algodão, sobretudo a partir da década de 1990 através de incentivos do governo do Estado de São Paulo como foi o caso do algodão.²²No entanto as tentativas foram relativamente frustradas e não substituiu a área ocupada por pastagens.

A área de pastagens só passará a ser substituída com a territorialização do agronegócio canavieiro. A seguir expomos um breve relato de como a região foi incorporada a produção de cana-de-açúcar e como vem ocorrendo o seu processo de territorialização.

A crise do petróleo em 1973, aliada a crise na exportação de açúcar levou o governo brasileiro a aproveitar o potencial ocioso das usinas e destilarias em funcionamento para a ampliação da produção de álcool

²¹ O Pontal passou por todos os ciclos de produção, se destacando como o maior centro algodoeiro da América do Sul, nas décadas de 40 e 60 (projeto Lupa) SÃO PAULO. Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo - LUPA 2007/2008. São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008.

Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>>. Acesso em: 01/10/2010.

²² OESTE NOTÍCIAS (editorial). Parceria pretende produzir algodão: Governo do Estado e fazendeiros se unem para incentivar cultivo na região do Pontal do Paranapanema. **Oeste Notícias**, Presidente Prudente. 24 abr. 1997. p.2.7

combustível, no entanto a produção não foi o suficiente o que levou, em 1975, a criação do PRÓALCOOL. Esse programa teve como objetivo aumentar a produção de safras para a produção de agrocombustíveis bem como a capacidade de industrialização, visando a obtenção de álcool para a substituição da gasolina. Para isso foram oferecidos aos usineiros financiamentos tanto para a safra como para a industrialização, inclusive a ampliação e construção de novas destilarias e anexação em usinas já existentes.

Segundo (MONTEIRO, 1992. p. 29) o PRÓALCOOL foi:

Resposta governamental à crise do açúcar, para atender aos interesses dos grandes produtores do setor e a forma como este foi direcionado, apesar de se conhecerem as implicações que acarretaria a nível nacional, indica a importância da ação do Estado como agente que intervém neste setor especificamente, de forma clara e decisiva.

Em 1979 com a segunda crise do petróleo, quando o barril chegou a custar U\$ 18, a Comissão Executiva Nacional do Álcool (CENAL) traçou o objetivo de quadruplicar a produção de álcool até 1985, o objetivo era saltar de 3 bilhões de litros para 10 bilhões de litros. Estava estabelecida a segunda fase do PRÓALCOOL (1980 a 1985). (MONTEIRO, 1992)

Os incentivos e o grande mercado consumidor fizeram com que o Estado de São Paulo se tornasse o maior produtor, no entanto essa expansão provocada pelo PRÓALCOOL e os incentivos estatais foi preocupante por causa da expansão concentradora da agricultura canavieira no estado, principalmente nas tradicionais áreas açucareiras e alcooleiras (Ribeirão Preto, Araraquara, Piracicaba, Jaú e Vale do Paranapanema). Essa realidade levou o governo de São Paulo, no ano de 1980, criar o Plano de Desenvolvimento do Oeste do Estado de São Paulo (PRÓ-OESTE). Esse plano tinha como objetivo deslocar os recursos do CENAL para o Oeste do Estado de São Paulo, tendo como meta o equilíbrio econômico regional.

As regiões altamente prioritárias para implantação de destilarias de álcool no Estado de São Paulo foram as regiões de Presidente Prudente, Araçatuba e Bauru, as regiões de São José do Rio Preto e Marília eram mediamente prioritárias. Neste sentido, todos os projetos de implantação de

novas destilarias ou ampliação das já existentes, localizadas nas áreas altamente prioritárias, teriam maiores possibilidades de aprovação. (BRAY, FERREIRA, RUAS, 2000)

Em 1984 foi criado o Conselho Estadual de Energia, tendo como objetivo “estabelecer diretrizes relativas à produção, distribuição e uso de energia no Estado de São Paulo, e acompanhar a execução dessas diretrizes”. Em seu primeiro documento publicado em 1984 sobre diretrizes básicas registrou que:

A expansão da cana-de-açúcar apesar do PRÓ-OESTE continuava a ocorrer com maior intensidade nas regiões consideradas não prioritárias, isto é, nas áreas canavieiras tradicionais do Estado. A expansão canavieira nas áreas tradicionais não prioritárias ocorreu devido à existência de grandes usinas e destilarias, cujos empresários procuram expandir o plantio da cana-de-açúcar e, áreas próximas às unidades industriais. Os grandes usineiros tradicionais, em razão de suas forças econômicas e políticas, conseguiram facilmente os recursos financeiros e as autorizações oficiais para aumentas as suas quotas de produção. Nesse processo, as regiões agrícolas de Campinas, Bauru e Ribeirão Preto, a cana-de-açúcar ocupava em 1984 uma área que variava de 25% a 35% de toda área cultivada. (BRAY, FERREIRA, RUAS, 2000, p. 91)

Do ano de 1975, início do PRÓALCOOL, até 1983 foram aprovados 74 projetos de novas destilarias autônomas no Estado de São Paulo, destes, 52 projetos foram implantados nas áreas prioritárias, ou seja, 70% do total. No entanto na região do Pontal do Paranapanema foram implantadas somente seis usinas como veremos a seguir.

Destilarias e Usinas Implantadas na Região do Pontal do Paranapanema

Hoje estão em funcionamento no Pontal dez usinas, são elas:

Alto Alegre em Presidente Prudente que foi criada inicialmente em 1982 no município de Caiabú, onde ficou até meados de 1995, a partir de então, inicia-se o processo de transferência da unidade produtiva para o distrito de Ameliópolis, em Presidente Prudente. A referida empresa, pertence ao grupo Lincoln Junqueira, o qual é proprietário também das empresas Usina Alto Alegre S/A - Açúcar e Álcool, localizada na fazenda Junqueira, município de

Colorado (PR); da Usina Alta Mogiana Ltda, localizada no município de São Joaquim da Barra (SP). (AZEVEDO, 2005)

Em julho de 2007 o grupo Odebrecht comprou 85% da Destilaria Alcídia, criada em 1975, por 290 milhões de reais, e construiu outra unidade em Mirante do Paranapanema: a Usina “Conquista do Pontal”. O Plano da empresa era a construção de mais duas novas unidades, uma em Euclides da Cunha e outra em Presidente Epitácio, visando colocá-las em funcionamento em 2010 e 2011 respectivamente, no entanto, em fevereiro de 2010 a ETH Bionergia S/A realizou uma fusão com a Brenco, a qual deixará de existir. E as novas usinas que seriam construídas deixaram de fazer partes dos planos. Com a formação da nova empresa, a expectativa da ETH é moer 37 milhões de toneladas de cana, produzir 3 bilhões de litros de etanol e 2.500 gigawatts-hora (GWh) por ano de energia elétrica a partir da biomassa.

A usina Alvorada do Oeste, antiga Destilaria de Álcool Vale do Anastácio-Dalva criada em 1979 foi adquirida em 2003 pelo grupo José Osvaldo Marques, e em seu primeiro ano de funcionamento foram processados 370 mil toneladas de cana.

A Cocal²³, localizada em Narendiba, e sua sede em Paraguaçu Paulista foi criada em 1982 em tempos do PRÓALCOOL. Em 1983, ampliou seu parque industrial, a partir de 1994, a Cocal passou a fabricar açúcar e em 2002 colocou em operação sua Termoelétrica, denominada Cocal Termoelétrica, com capacidade de geração de energia elétrica de 28.2MW, quantidade suficiente para abastecer um município de 100.000 habitantes.

Em Narendiba se localiza também a unidade I da Umoe Bioenergy , que anterior a 14 de novembro de 2004 se chamava Paranapanema I. Em Sandovalina está em funcionamento a Umoe Unidade II, antiga Paranapanema II. A mudança aconteceu, segundo a empresa²⁴, pois o novo nome reflete a forte crença da principal proprietária Umoe em um forte desenvolvimento positivo da companhia, vale lembrar que a principal proprietária é norueguesa.

A destilaria Decasa em Caiuá foi criada em 1980 na fazenda Jaguatirica pelo Grupo Jacinto e seus associados.

²³ <http://www.cocal.com.br/historia.html>

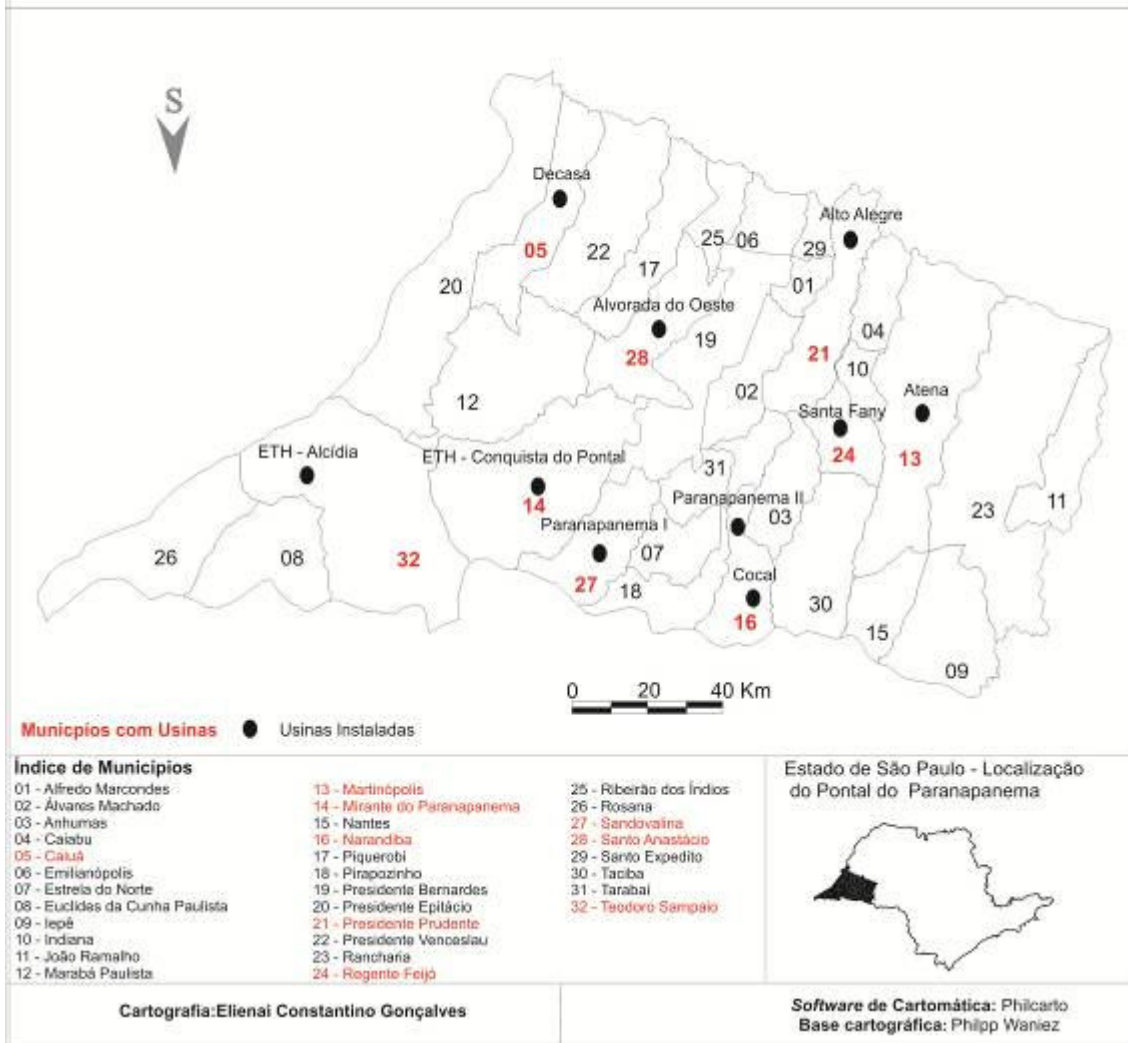
²⁴ Resosta do email enviado em 10 de outubro de 2010

A Usina Santa Fany²⁵, antiga Destilaria Laranja Doce, localizada em Regente Feijó foi fundada em 1981 com recursos do Proálcool. Em 1993 como o governo brasileiro não tinha uma política bem direcionada para o setor canavieiro a Usina paralisou suas atividades. No ano de 1994, visando o futuro do setor, um grupo empresarial paulista comprou a Usina de seus antigos proprietários.

A Usina Atena localizada no município de Martinópolis, até o fechamento desse texto não foram encontradas nenhum tipo de informação e não responderam aos nossos emails e não quiseram gravar entrevista.

²⁵ http://santafany.com.br/sitefany_quemsomos.html

Mapa 14 - Localização das Usinas em Funcionamento na região do Pontal do Paranapanema



Territorialização do agronegócio canavieiro na região do Pontal do Paranapanema

Apesar dos esforços do Estado já mencionados, como o PRÓ-OESTE, foi apenas a partir de 2003 que se iniciou um aumento expressivo da área plantada de cana-de-açúcar nas regiões ao Oeste do Estado de São Paulo, ultrapassando áreas de regiões tradicionais como as centrais e norte do estado. Isso ocorreu por causa do plano do governo para o setor canavieiro elevando o índice de álcool na gasolina e incentivo para a produção de uma frota *flexfuel* visando diminuir a dependência do petróleo.

O aumento da demanda impulsionou a expansão da produção de cana-de-açúcar em todo o Brasil, principalmente nos estados de Goiás, Mato Grosso

do Sul, Mato Grosso Paraná e São Paulo que apresentaram os maiores crescimentos em relação ao período 2003 a 2009. São Paulo manteve-se com a maior área plantada, e vem substituindo áreas de pastagens por cana-de-açúcar, sobretudo nas regiões de Araçatuba, São José do Rio Preto e Presidente Prudente.

Nota-se na tabela a seguir que as regiões administrativas tradicionais do setor canavieiro como Ribeirão Preto, Central e Campinas foram ultrapassadas em relação a área plantada, pelas regiões de Araçatuba e São José do Rio Preto. Essas regiões juntamente com a de Presidente Prudente foram as que mais aumentaram a área plantada em valores absolutos durante as safras 2003/2004 – 2009/2010.

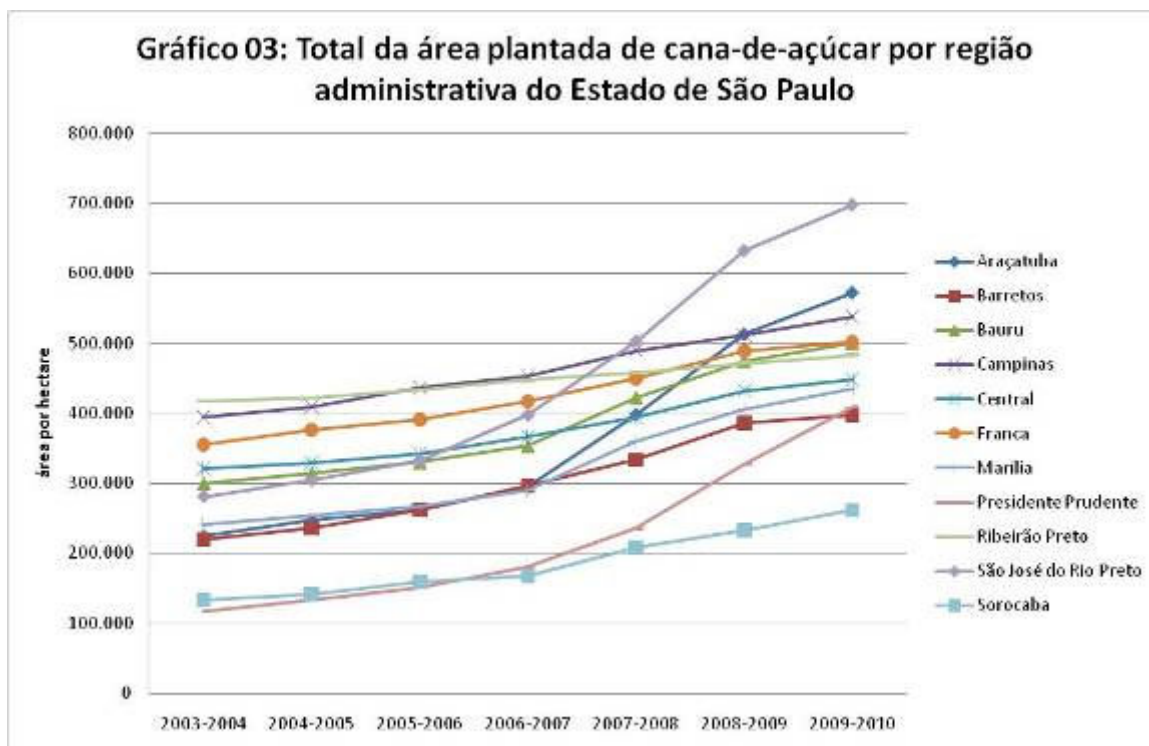
A região administrativa de Presidente Prudente, que é formada pela microrregião de Presidente Prudente mais as microrregiões de Adamantina e Dracena, contabilizavam na safra 2003/2004 116.681 hectares e na safra 2009/2010 aumentou para 327.087, um aumento de 210.406 hectares ou 180%.

Já a região do Pontal do Paranapanema, segundo a UNIPONTAL, que é constituída pela microrregião de Presidente Prudente mais os municípios de Iepê e Nantes, a área plantada aumentou de 71.095 para 266.820 hectares um aumento de 275%.

Tabela 07 - Área plantada (ha) de cana-de-açúcar por Região Administrativa e por safra 2003/2004 a 2009/2010

Região Administrativa	2003-2004	2004-2005	2005-2006	2006-2007	2007-2008	2008-2009	2009-2010
Araçatuba	224.483	246.895	262.278	294.830	397.915	512.603	572.055
Barretos	219.826	236.329	261.661	295.766	333.037	385.591	397.256
Bauru	299.799	314.488	329.911	353.225	422.091	474.151	500.112
Campinas	393.862	408.429	436.434	453.052	489.618	511.023	537.824
Central	320.410	329.345	341.649	366.443	394.313	432.312	448.550
Franca	355.024	376.335	390.467	417.093	449.431	489.061	501.364
Marília	241.325	253.262	266.290	289.144	360.020	405.879	434.924
Presidente Prudente	116.681	133.281	151.382	179.796	235.155	327.087	408.605
Ribeirão Preto	416.882	422.110	433.387	447.351	457.315	471.440	482.832
São José do Rio Preto	280.693	303.658	331.878	396.945	502.555	632.039	697.607
Sorocaba	133.691	141.255	159.367	167.510	208.472	232.754	261.359
TOTAL	3.002.676	3.165.387	3.364.704	3.661.155	4.249.922	4.873.940	5.242.488

Fonte: CANASAT - INPE

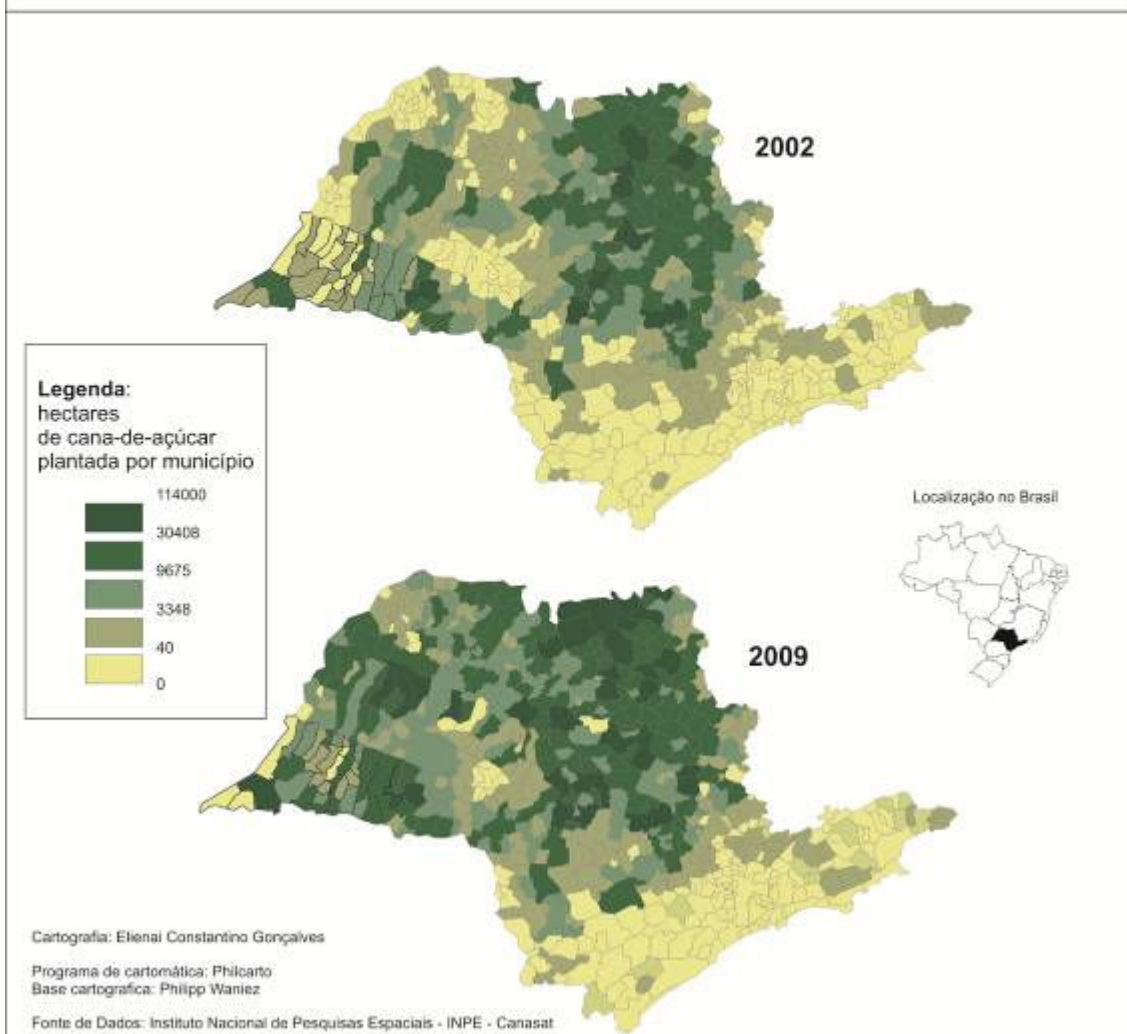


Fonte: CANASAT - INPE. Org. Elienai Constantino Gonçalves, 2010.

O Pontal do Paranapanema possui o maior potencial para a expansão do plantio de cana-de-açúcar do Estado de São Paulo, no entanto a região é formada por terras griladas e o conflito fundiário se arrasta por mais de um século. Acredita-se que há na região em torno de 200 mil hectares de terras públicas, que estão esperando uma definição jurídica. Outro fator importante é que a região - então dominada por latifúndios com pastos degradados - está sendo incorporada pelo agronegócio que os substituí pela cana-de-açúcar. Segundo dados do Projeto Lupa²⁶ - Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo a área de cana-de-açúcar aumentou de 1995/1996 para 2007/2008 9,76% enquanto a área de pastagens diminuiu 11,6%.

²⁶ <http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/>

Mapa 15 - Área plantada de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo no ano de 2002 e 2009, com destaque para a região do Pontal do Paranapanema



Outro estudo relevante foi o realizado por Freitas e Sparovek²⁷, no qual realizaram a classificação das áreas do Pontal por imagens de satélite constataram que existem no pontal 55.443 ha de áreas cobertas por água; 48.632 ha de áreas exploradas com cana-de-açúcar (INPE); 93.939 ha de florestas; 827.031 ha de pastagens e 272.401 ha ocupados com outros usos. E com base no modelo de elevação digital, foram identificadas áreas com declividade inferior a 12% (áreas mecanizáveis). Devido à região do Pontal ser constituída de colinas amplas de baixa declividade (Ditt), essas áreas é quase a totalidade das áreas da região, representando 87.41% da área total do

²⁷ www.simposioreformaagraria.propp.ufu.br/trabalhos/grupo4/4.doc

Pontal. Essas informações serviram de base para a extração das áreas passíveis de expansão agrícola. Essas áreas são constituídas em sua maioria por latifúndios explorados através de pecuária extensiva, as mesmas representam em termos numéricos 713.776 hectares, 49,99% da região do Pontal do Paranapanema.

Detalhando esses dados para os municípios do Pontal notamos a diferença da territorialização da área plantada de cana-de-açúcar entre eles, no que diz respeito ao aumento entre a safra de 2003/2004 e 2009/2010, ver tabela a seguir.

Tabela 08 – área plantada (ha) de cana-de-açúcar nas safras 2002/2003 e 2009/2010 por município da região do Pontal do Paranapanema

Município	Safra 2003/2004	Safra 2009/2010	Aumento
Alfredo Marcondes	0	0	0
Álvares Machado	0	66	66
Anhumas	150	6.427	6.277
Caiabu	5.310	7.714	2.404
Caiuá	58	5.853	5.795
Emilianópolis	1.298	4.346	3.048
Estrela do Norte	0	4.490	4.490
Euclides da Cunha Paulista	1.219	1.533	314
Iepê	6.468	11.949	5.481
Indiana	0	77	77
João Ramalho	2.385	14.520	12.135
Marabá Paulista	961	14.399	13.438
Martinópolis	6.925	27.535	20.610
Mirante do Paranapanema	0	6.350	6.350
Nantes	4.838	5.691	853
Narandiba	591	10.525	9.934
Piquerobi	187	2.997	2.810
Pirapozinho	2.445	19.546	17.101
Presidente Bernardes	582	3.996	3.414
Presidente Epitácio	0	1.391	1.391
Presidente Prudente	7.731	8.473	742
Presidente Venceslau	24	8.635	8.611
Rancharia	8.974	25.466	16.492
Regente Feijó	255	1.413	1.158
Ribeirão dos Índios	0	4.131	4.131
Rosana	17	2.350	2.333
Sandovalina	0	15.080	15.080
Santo Anastácio	1.311	4.671	3.360
Santo Expedito	369	1.715	1.346
Taciba	5.055	15.693	10.638
Tarabai	0	2.047	2.047
Teodoro Sampaio	13.942	27.741	13.799
Total	71.095	266.820	195.725

Fonte: CANASAT - INPE

Através da tabela 04 nota-se que apenas Alfredo Marcondes não possui área plantada e que os municípios que tiveram o maior aumento de área entre a safra de 2003/2004 e 2009/2010 foram Martinópolis, Pirapozinho e Rancharia. Teodoro Sampaio apesar de não ter apresentado um aumento tão expressivo como os outros municípios se manteve como maior produtor de cana-de-açúcar da região seguido de perto por Martinópolis.

Disputa territorial no município de Teodoro Sampaio

Como podemos verificar somente um dos assentamentos que estão em “parceria” o PE Gleba XV de novembro não está no município de Teodoro Sampaio e segundo as seguintes características é o município que podemos melhor trabalhar a questão das disputas territoriais.

- Teodoro Sampaio é o município com a maior área plantada de cana-de-açúcar (23.504 ha).
- É o segundo município com maior número de famílias assentadas (856 famílias), ficando atrás somente de Mirante do Paranapanema,
- É o município onde está localizada a Usina ETH Bioenergy – Destilaria Alcídia, construída em 1975 e recém comprada pelo grupo *Odebrecht*,
- Foi no município que se iniciou as “parcerias” entre assentados e usina em 1993,
- É no município que estão localizados a maioria dos lotes que estão em “parceria” na região.

O município de Teodoro Sampaio tem uma área de 155.700 hectares, 21% dessa área ou 33.845,33 ha são áreas do Parque Estadual Morro do Diabo. O restante da área segundo o Projeto LUPA de 2007/2008²⁸ as terras agricultáveis somam 127.038,8 ha, sendo 64.052 de pastagens, 19.726 de cana-de-açúcar, 486,5 de eucalipto, 392,7 de soja, 215 de mandioca, 167 de milho e o restante com culturas como mamona, sorgo, café e outras em menor escala que dividem o restante das terras. Como podemos perceber a maioria das áreas são de cultivo de monoculturas de *commodities*.

Com dados atualizados da área de cana-de-açúcar essa cultura ocupou na safra 2008/2009 23.504 ha enquanto os 20 assentamentos do município

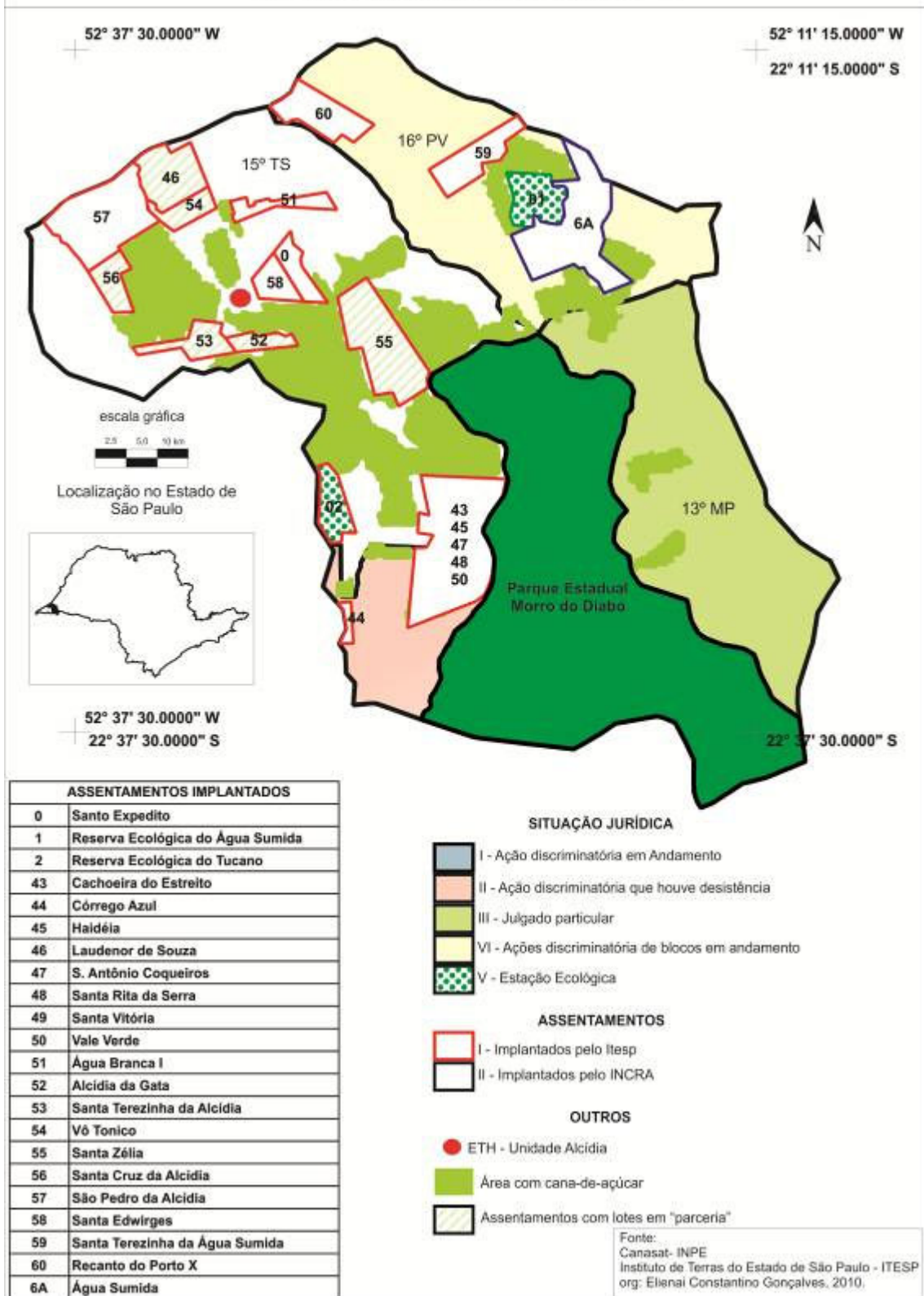
²⁸ <http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/dadosmunicipais/pdf/t600.pdf>

somam uma área de 22.681 ha, onde estão assentadas 856 famílias. Ver mapa abaixo. Todos esses assentamentos são resultado das ocupações empreendidas pelos movimentos camponeses. Os assentamentos que estão em parceria foram resultado de ocupações em fazendas que já possuíam cana plantada para a Destilaria Alcídia, ou seja, com as ocupações de terras e conquista dos assentamentos houve a desterritorialização da cana-de-açúcar nessas áreas.

Outro fator importante que podemos verificar é a situação jurídica das terras do município. Segundo o ITESP no município de Teodoro Sampaio, como podemos verificar no mapa, 24.423 ha foi julgado particular, 8.870,7 ha que já houve desistência da ação discriminatória, 27.738 ha está em discriminação em bloco e em andamento e 57.264,6 ha está com ação discriminatória em andamento, nota-se que essa última é a maior área que se espera definição jurídica e é justamente onde estão concentradas as áreas de plantação de cana-de-açúcar e os assentamentos rurais.

Exposto esses elementos da configuração territorial do município destacamos a importância de estudar as disputas territoriais, pois com a realidade da expansão das áreas de cana-de-açúcar haverá uma disputa para a ocupação dessas terras, terá que haver medidas reguladoras para a preservação dos recursos naturais e para evitar impactos negativos nas áreas reformadas, além dos impactos ambientais, preservar os sistemas de produção já implementados nos assentamentos (pecuária de leite e agricultura diversificada voltada para auto-consumo e comercialização).

Mapa 16: Área de cana-de-açúcar (Safrá 2009) e assentamentos rurais no município de Teodoro Sampaio - SP



Capítulo 4

Disputa territorial

As disputas territoriais entre o movimento camponês e o agronegócio canavieiro acontecem de duas formas: pelo processo de T-D-R - territorialização, desterritorialização e reterritorialização, quando a territorialização de um significa a desterritorialização do outro. A territorialização do agronegócio expropria o camponês, desterritorializando-o, e a conquista dos assentamentos através das ocupações de terras empreendidas pelos movimentos socioterritoriais, desterritorializa parte do agronegócio ou impede o agronegócio se apoderar dessas terras, por isso os movimentos socioterritoriais e as ocupações são constantemente criminalizadas.

Outra forma de disputa territorial é quando se busca o controle do acesso ou formas de uso dos territórios, essa realidade é encontrada quando temos a territorialidade do agronegócio no território camponês. Esta é uma forma de controle do território pela subordinação, que no caso da cana-de-açúcar foi chamada de “parceria”. A “parceria” entre camponeses assentados e o agronegócio canavieiro é um exemplo da territorialidade do agronegócio em território camponês, ou seja, a determinação da forma de uso de parte do lote, que no caso acontece pelo plantio de cana-de-açúcar destinado a produção de açúcar e álcool pela ETH - Alcídia. Os camponeses não têm controle sobre as verbas do financiamento para a produção da cana-de-açúcar; tão pouco conhecimento sobre a tecnologia para a produção de cana em seu território. Esta é uma completa relação de subordinação.

Territorialidade do agronegócio em território camponês

As parcerias entre as agroindústrias e os assentados no estado de São Paulo já foram amplamente analisados e os resultados publicados, como exemplo temos os trabalhos: (FERRANTE, V.L.S.B, 2007), (FERRANTE, V.L.S.B, BARONE, L.A. e DUVAL, H.C., 2008), que analisaram as “tramas de tensões” que o processo de parceria enquadrou as famílias assentadas em parceria, o trabalho monográfico de (FERREIRA JUNIOR, 2007), que analisou a parceria como uma política pública para o desenvolvimento do assentamento Santa Terezinha da Alcídia e Alcídia da Gata e (THOMAZ JUNIOR, 2007), que

analisou o avanço do agronegócio canavieiro na região do Pontal do Paranapanema, que além de legitimar as terras devolutas neutraliza os movimentos camponeses em busca da monopolização do território.

Analisaremos essa realidade atentando compreender a dinâmica territorial nesse processo no qual o capital monopolista subordina até mesmo os territórios já conquistados pelos camponeses, como os assentamentos.

A primeira tentativa de produzir cana-de-açúcar em lotes de assentamentos rurais da região do Pontal do Paranapanema teve início em 1993 quando a Destilaria Alcídia apresentou ao ITESP um projeto para o plantio de cana-de-açúcar em 11 lotes dos 121 lotes do assentamento Água Sumida no município de Teodoro Sampaio. Estava implantada a “parceria” entre INCRA/ITESP –Banespa – Assentados e a Destilaria Alcídia S/A.

A Destilaria Alcídia elaborou em 4 de setembro de 1995 uma avaliação da “parceria”, no qual diz que os resultados obtidos estavam dentro do previsto no projeto elaborado em 1993. A empresa ainda destacou que os objetivos que nortearam a “parceria” que eram: “mostrar que é possível o plantio de cana em pequenas propriedades de forma rentável; proporcionar uma retirada mensal durante toda a vida produtiva do canavial (48 meses); e fixar efetivamente o assentado no lote, de forma que a força familiar não seja obrigada a procurar sustento em outras atividades fora do lote”, foram alcançados. A Destilaria Alcídia informou ainda que por motivos diversos como: a implantação do Plano Real, aumento dos juros, mudanças de regras do financiamento agrícola e políticas de preços desfavoráveis o resultado econômico da “parceria” não foi o esperado pelo projeto. No entanto o financiamento junto ao banco foi pago integralmente ao final da colheita. (anexo)

Em Ofício, com data de 21 de Dezembro de 1995, o Departamento de Assentamento Fundiário, do ITESP, solicitou ao Departamento de Geografia da UNESP de Presidente Prudente, um parecer sobre a viabilidade da introdução da cana de açúcar nos assentamentos, tendo como base o projeto piloto, envolvendo a Destilaria Alcídia e o assentamento Água Sumida. Segundo o ITESP a “parceria” teria “provocado muita polêmica em torno do interesse para o desenvolvimento sócio-econômico destes assentamentos”, como por exemplo, a “pressão por parte da usina e de políticos da região, para expandir o plantio de cana para os demais assentados da Água Sumida e de outros

assentamentos, principalmente a Gleba XV de novembro”, por isso a importância do Parecer Técnico.

Um grupo de geógrafos realizou pesquisa de campo junto aos assentados e a empresa para elaborar o parecer técnico-científico sobre a viabilidade da cana de açúcar nos projetos de assentamentos do Pontal do Paranapanema – SP. No parecer relataram a contradição representada pelo cultivo da cana-de-açúcar em assentamentos rurais por exigir grandes investimentos, infra-estrutura e tecnologia adequada para essa cultura o que os assentados não possuem. Observaram ainda que o número de fornecedores diminuiu por causa da baixa rentabilidade na produção. Os pesquisadores deram o parecer sobre os interesses dos envolvidos na “parceria”, tanto da Destilaria Alcídia S/A quanto dos assentados do assentamento Água Sumida. Em relação ao interesse da usina o parecer destaca quatro questões a serem analisadas:

- *Falta de rentabilidade da cana não atrai os grandes proprietários da região para a cultura da cana;*
- *A Destilaria Alcídia viabiliza a exploração de pequenas áreas, utilizando-se de terras dos camponeses da reforma agrária para não ter de pagar a renda pelo uso da terra;*
- *O Assentamento Água Sumida é próximo à Destilaria Alcídia, tornando a relação economicamente viável;*
- *Que o financiamento ao assentado sai em condições favoráveis para a empresa, uma vez que o financiamento sai em nome do produtor assentado, no entanto é repassado diretamente para a usina, que gerencia a utilização durante a produção.*

E em relação aos interesses dos assentados:

- *Confere a eles certa tranquilidade econômica. Uma vez que recebem mensalmente um adiantamento em dinheiro,*
- *A assistência técnica da Destilaria,*
- *a venda da sua produção é garantida desde o momento inicial do processo produtivo,*

- *A cana-de-açúcar é uma cultura que não exige uma jornada de trabalho familiar extensa como as outras culturas.*

A parceria é entendida pelos pareceristas como uma alternativa para os assentados, uma vez que não se efetiva políticas públicas para a geração de renda e desenvolvimento desses assentamentos. No entanto os pareceristas de forma conclusiva destacam:

Ao mesmo tempo em que a cana-de-açúcar oferece uma saída única para a viabilidade econômica aos produtores assentados, também os condena a dependência, a não participação, a perda da autonomia, a alienação e a sujeição aos critérios impostos pela Destilaria.

Está é, mais uma vez, a face perversa do processo de modernização da agricultura brasileira, que agora se reflete nas propostas de implantação da cultura de cana-de-açúcar nos projetos de assentamentos de reforma agrária. (ANTONIO, FERNANDES, SILVEIRA, 1995, p.6)

Após o projeto de “parceria” entre a Destilaria Alcídia e o assentamento Água Sumida não se realizou mais parcerias. No entanto em 2002 o ITESP argumentou a necessidade de garantir a participação dos assentados na economia dos municípios e “suprir as indústrias de matéria-prima de fonte agrícola, além de aumentar, paralelamente a área plantada com gêneros essenciais à alimentação, consolidar os sistemas de produção existentes e até implantar unidades artesanais para o processamento dos produtos.” (Portaria Itesp nº. 75 de 24/10/2002). O ITESP passa permitir que até 30% do lote seja utilizado para a plantação de cana-de-açúcar.

Em 24 de outubro de 2002 o ITESP lançou a portaria nº 075 que permite a locação de serviços dos assentados ao agronegócio. Isso ocorreu logo após o governo federal articular uma série de medidas para reverter um quadro de crise. O governo tentava conter a redução de gastos com combustíveis, a diminuição de seu preço, o aumento da produção agrícola para estimular as exportações e o aproveitamento da batente do álcool feito a partir da cana-de-açúcar. Foi nesse contexto que, após alguns anos sem contratos firmados, a *Destilaria Alcídia* voltou a firmá-los em 2002. Dessa vez assinou a suposta “parceria” com 119 famílias assentadas, pelo prazo de cinco anos.

Após a subida abusiva do preço do petróleo e uma série de medidas do governo para estimular a produção de álcool nos anos de 2002 e 2003²⁹, o ITESP, no dia 27 de julho de 2004, relança e revisa na portaria nº. 77 (anexo) as medidas antes estabelecidas pela portaria nº. 75/2002. Nela o instituto considera, dentre várias questões, a “necessidade de harmonizar as políticas públicas de incentivo à agroindústria, leia-se agronegócio, e à produção agrícola”, a permissão para que os projetos de assentamento, implantados nos termos da legislação estadual, realizem o plantio de culturas para as agroindústrias. Determinou que, a requerimento do interessado via projeto técnico, poderão ser implantadas em até 50% das áreas dos lotes com menos de 15 hectares e em até 30% das áreas dos lotes com dimensão superior a 15 hectares (ITESP, 2004).

Segundo o ITESP estão em “parceria”, respaldados pela portaria nº 77 de 27 de julho de 2004, 500 (quinhentos) lotes, tanto na região de Araraquara e Ribeirão Preto, quanto na região do Pontal do Paranapanema. Ver tabela 01

²⁹ Segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores - Brasil / ANFAVEA, foram fabricados no Brasil em 2003 48.178 veículos, ou seja, 3% do total. Em 2008 esse percentual aumentou para 91%.

Tabela 09 – Relação de contratos com enquadramento na Portaria nº 77 de 27/07/2004 – Abril de 2009

Município	projeto de assentamento	Nº de contratos	Cultura
Araraquara	Bueno de Andrada	16	Cana-de-açúcar
Araraquara	Monte Alegre III	26	Cana-de-açúcar
Araraquara	Monte Alegre VI	35	Cana-de-açúcar
Bebedouro	Reage Brasil	46	Cana-de-açúcar
Birigui	São José I	4	Soja
Brejo Alegre	Salvador	4	Soja
Matão	Silvânia	77	Cana-de-açúcar
Motuca	Monte Alegre I	43	Cana-de-açúcar
Motuca	Monte Alegre II	36	Cana-de-açúcar
Motuca	Monte Alegre IV	27	Cana-de-açúcar
Motuca	Monte Alegre V	21	Cana-de-açúcar
Pitangueiras	Ibitiúva	37	Cana-de-açúcar
Pradópolis	Guarani	1	Cana-de-açúcar
Rosana e Euclides da Cunha	Gleba XV de Novembro	39	Cana-de-açúcar
Teodoro Sampaio	Alcídia da Gata	14	Cana-de-açúcar
Teodoro Sampaio	Laudenor de Souza	7	Cana-de-açúcar
Teodoro Sampaio	Santa Cruz da Alcídia	7	Cana-de-açúcar
Teodoro Sampaio	Santa Terezinha da Alcídia	24	Cana-de-açúcar
Teodoro Sampaio	Santa Zélia	34	Cana-de-açúcar
Teodoro Sampaio	Vô Tônico	2	Cana-de-açúcar
Total		500	

Fonte: Instituto de Terras do Estado de São Paulo - Itesp

Em todo o Estado de São Paulo esses 500 lotes com contratos de “parceria” com as agroindústrias equivalem a 3,8% do total de 13.035 lotes. Detalhando os dados percebemos que na região do Pontal do Paranapanema são 127 lotes em “parceria”, o que equivale somente 2,2% do total de 5.564 lotes. Área em parceria na região é de 1.400 hectares o que equivale a somente 0,4% da área dos assentamentos de São Paulo. Os municípios do Pontal do Paranapanema que tem assentamentos com contrato de “parceria” são Euclides da Cunha/Rosana e Teodoro Sampaio. Abaixo estão detalhados os dados dos assentamentos que estiveram em parceria em Teodoro Sampaio (tabela 02). Os assentamentos que mais tiveram lotes em “parceria” com a Destilaria Alcídia foram PE Alcídia da Gata e PE Santa Terezinha da Alcídia, com 77,7% e 92,3% dos lotes, respectivamente.

Tabela 10 - Relação dos projetos com lotes que estiveram em “parceria” no município de Teodoro Sampaio – SP – 2002 à 2009

Projeto de Assentamento	total de lotes	em parcerias	Área total do assentamento (ha)	área em parceria (ha)	% da área total em parceria
PE Alcídia da Gata	18	14	462	84	18,18
PE Laudenor de Souza	60	7	1.545	42	2,72
PE Santa Cruz da Alcídia	28	7	712	42	5,90
PE Santa Terezinha da Alcídia	26	24	1.345	144	10,71
PE Santa Zélia	103	34	2.730	204	7,47
PE Vô Tônico	19	2	550	12	2,18
Total	254	88	7.344	528	7,18

Fontes: Instituto de Terras do Estado de São Paulo – Itesp e DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra.

“parceria” ou arrendamentos?

Os contratos de “parceria” entre assentados e a Destilaria Alcídia terminaram no ano de 2009. Em pesquisa de campo realizada em 24 de agosto de 2009 percorremos os assentamentos que estiveram em parceria no município de Teodoro Sampaio e encontramos uma realidade bastante homogênea, um grande descontentamento com o processo de parceria que estava se encerrando. O primeiro assentamento visitado foi o Santa Terezinha da Alcídia e entrevistamos o responsável pelo Lote 06, durante a entrevista, o assentado e sua companheira demonstraram profundo descontentamento com a experiência da “parceria” e ressaltaram que nunca mais iriam querer plantar cana. Essa realidade nos excitou em conhecer o processo de “parceria” e quais os seus resultados para os assentados.

Por falta de alternativas para a geração de renda, dificultada pela falta de projetos e financiamentos, os assentados aceitaram em 2002 o contrato de “parceria” proposto pela usina e pelo Itesp durante duas safras – 2002 a 2009, período em que ficariam arrendados 30% do lote, em média seis hectares. Segundo entrevistas realizadas nos assentamentos Laudenor de Souza, Vô Tônico e Santa Terezinha da Alcídia, dos 20 entrevistados 8 disseram que a iniciativa da parceria foi da usina, 7 iniciativa do ITESP, 4 não responderam e 1 apenas disse que a iniciativa foi dos próprios assentados. Em relato alguns

assentados disseram que funcionários da usina entregaram uma carta convite para uma reunião onde seria expostos aos assentados a possibilidade dos contratos e os termos da parceria.

No contrato constava a concessão para a usina fazer o empréstimo junto ao Banco do Brasil através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF do tipo A em nome do assentado. Foram adquiridos em média, R\$ 15.000 por família. Os recursos - como todo o processo - foram gestados pela usina sem qualquer transparência e conhecimento dos assentados.

Segundo consulta realizada em documentos apresentados pelos assentados (ver documento em anexo) a usina diz ter gastado em média R\$ 2.700 reais para a formação de um hectare de cana-de-açúcar. Esses gastos foram com preparo, conservação e correção do solo R\$ 550; plantio R\$ 1.891; e com o trato da cultura R\$ 282. Esses foram os gastos iniciais com a parceria. Após a formação do canavial, surgiram outros gastos como, aplicação de insumos, transporte da produção da cana para a usina, limpeza do canavial entre outros. Para realizar o pagamento os assentados tiveram apenas que assinar uma autorização redigida pela própria usina autorizando a transferência do dinheiro. (anexo)

O último corte se realizaria no ano de 2009, no entanto em 2008 a usina parou de cortar, abandonando a cana plantada. A justificativa para deixar de fazer o corte foi que a produtividade da cana nesses lotes já não era mais satisfatória e que não pagaria o trabalho do corte. No contrato de parceria está exposto que a usina se encarregaria de fazer o tratamento do solo antes do plantio visando uma maior produção e posteriormente deixar o solo utilizado corrigido, se atentando para o teor de fertilidade. No entanto não foi o encontramos nos lotes visitados como podemos ver nas fotos abaixo.

Encontramos áreas que estiveram ocupadas pela cana-de-açúcar abandonadas, não restando alternativa ao assentado deixar a área para o gado pisotear e pastar. O solo ficou degradado e precisará passar por um intenso processo de recuperação.

A justificativa da baixa produtividade da cana foi utilizada para o baixo rendimento e o não pagamento referentes aos últimos cortes. Segundo os assentados só foi pago pela usina os primeiros cortes. E quando foi pago, os

valores foram irrisórios, o valor máximo pago foi R\$ 2.400 anuais na última safra 2007/2008, no entanto as duas primeiras safras, quando a cana apresentava melhores condições foram pagas, no caso do Sr. Pedro R\$ 240 reais na safra 2003/2004 e somente 17,72 reais na safra 2004/2005 (ver anexos). Lembramos que os assentados nunca tiveram acesso às informações sobre quantidade e qualidade produzida e dentre os 20 assentados entrevistados somente 3 disseram ter conhecimento das despesas e lucros durante a produção de cana-de-açúcar em seus lotes.

O discurso de integrar e gerar renda veio abaixo com essas experiências. A intenção da Destilaria Alcídia foi utilizar o território camponês em uma conjuntura de falta de terra para expandir a produção. Ficou evidente que o objetivo não era o de geração de renda para os camponeses e sim aproveitar o empréstimo em nome deles para conseguir condições especiais de crédito e terra para produzir cana-de-açúcar. Esta afirmação pode ser comprovada com o fato de a usina deixar de realizar os últimos cortes da cana, abandonando-a deixando os prejuízos para os camponeses.



Fotografia 1. Assentamento Santa Terezinha da Alcídia Teodoro Sampaio - Área abandonada pela usina e sendo pisoteada pelo gado no Foto: Elienai Constantino Gonçalves, 2009



Foto 2. Área abandonada pela usina no Assentamento Santa Teresinha da Alcídia – Lote 06. Sr. Pedro
Foto: Elienai Constantino Gonçalves, 2009.



Foto 3. Área abandonada pela usina no Assentamento Santa Teresinha da Alcídia – Lote 03 – Sr. Ananias.
Foto: Elienai Constantino Gonçalves, 2009.



Foto 4. Assentamento Gleba XV de Novembro em Euclides da Cunha - Área abandonada pela usina.
Foto: Elienai Constantino Gonçalves, 2009.



Foto 5. Assentamento Gleba XV de Novembro em Euclides da Cunha Área abandonada pela usina.
Foto: Elienai Constantino Gonçalves, 2009.

Como dissemos algumas obrigações do Itesp e da usina prescritas na portaria 77 não foram cumpridas durante a “parceria”. No artigo 8º parágrafo II diz: *“Elaborar, por meio do Grupo Técnico de Campo, laudos trimestrais de acompanhamento e fiscalização”*. Apenas dois assentados entre os vinte entrevistados confirmaram a presença de técnicos do Itesp acompanhando o processo durante a “parceria”, no entanto não souberam dizer se foram periódicas as visitas. Pelo que podemos interpretar não ocorreu.

No artigo 9º parágrafo VII diz: *Compromisso da empresa, no caso de plantio de cana-de-açúcar, da recuperação do solo após o encerramento do ciclo da cana, com a destruição da soqueira, sem ônus para o assentado e especial atenção para o teor da matéria orgânica.*

O que percebemos nos assentamentos foi que o prescrito nesse parágrafo também não foi respeitado. A soqueira não foi retirada dos lotes, inclusive vários lotes visitados não foram nem colhida a cana da última safra 2008/2009. Frente a essa realidade nos recorreu de que também não havia sido dispensada atenção para o teor da matéria orgânica.

Logo, conjuntamente com o Profº Dr. João Oswaldo Rodrigues Nunes responsável pelo Laboratório de Sedimentologia e Análise de Solos e sua orientanda do curso de bacharelado em geografia Nívea Massareto. Retiramos amostragens de solo dos lotes para a análise química e física a fim de conhecer qual situação que o solo dos lotes que estiveram em parceria foram entregues pela usina. Os resultados também foram utilizados no trabalho de conclusão de curso da Nívea Massareto, intitulado “Impactos do plantio da cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema – SP: alterações físico-químicas nos solos dos assentamentos rurais Santa Teresinha da Alcídia, Laudenor de Souza e Vô Tônico”.

No assentamento Santa Terezinha da Alcídia foram retiradas amostras de solo de sete lotes dos vinte e quatro que estavam em “parceria”. No assentamento Laudenor de Souza foram coletadas amostras de quatro lotes dentre os sete que estiveram em parceria. No assentamento Vô Tônico recolhemos amostra dos dois lotes que estiveram em parceria. As amostras recolhidas foram de uma área que estava plantada a cana e de outra área que não foi utilizada durante a “parceria”, em dois horizontes, a vinte centímetros e a quarenta centímetros. Foi adotado o mesmo procedimento para todos os lotes e amostras. As amostras foram recolhidas no período compreendido entre outubro de 2009 a abril de 2010.

As amostras foram analisadas pelo Laboratório de Fertilidade do Solo vinculado ao Departamento de Recursos Naturais da Faculdade de Ciências Agrônomicas FCA/Unesp de Botucatu, e as análises físicas no Laboratório de Sedimentologia e Análise de Solos da Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/Unesp de Presidente Prudente.

Em relação a análise física dos solos dos três assentamentos analisados, como pode se verificar nos resultados que estão em anexo, podemos afirmar que os solos, tanto os que tiveram cana plantada como os que não tiveram plantio de cana, predominam grande percentual da fração

areia, superior a 90%. “Solos com estas características, quando mal manejados e conservados, em períodos de elevados índices pluviométricos tendem a formar um sério quadro de degradação, gerando intensos processos erosivos laminares e lineares (ravinas e voçorocas)” (MASSARETO, 2010, p. 88).

Isso demonstra um dos motivos da insatisfação dos assentados, que por não possuírem condições para aplicação de recursos para a correção do solo de seus lotes, visando diversificação da produção, terminaram por arrendar parte de seus lotes para o plantio da cana-de-açúcar a fim de melhorarem suas rendas e ainda poderem contar com a aplicação de melhorias no solo após a parceria, o que não ocorreu, pelo contrário agora terão um dispêndio maior do que se tivesse corrigido o solo antes da plantação da cana.

Em relação a análise química do solo, vale destacar que atentamos para o teor dos macronutrientes pois esses são importantes para determinar o grau de fertilidade do solo e são:

[...] utilizados em quantidades relativamente grandes. Nitrogênio, Fósforo e Potássio são geralmente fornecidos ao solo por meio de estrume ou de fertilizante comercial. Cálcio e magnésio são geralmente aplicados como calagem, com um dos objetivos de diminuir a acidez do solo. Enxofre, além do existente nas águas das chuvas, é adicionado ao solo como ingrediente casual em alguns fertilizantes. Já os micronutrientes são utilizados pelos vegetais em quantidades muito pequenas, mas isso não significa que são menos importantes. (MASSARETO, 2010, p. 90)

Para análise dos macronutrientes encomendamos ao Laboratório de Fertilidade do Solo da Universidade Estadual Paulista – Campus de Botucatu – SP a “Análise Química Simples”, ou seja, foram analisados os elementos: fósforo (P), potássio (P), cálcio (Ca), magnésio (Mg) e também a capacidade de troca catiônica (CTC), soma de bases (V%), pH e matéria orgânica (M.O.) de todas as amostras coletadas, tanto a vinte centímetros quando a quarenta centímetros.

Ao todo foram analisadas noventa amostras de solo, para este trabalho fizemos uma média por assentamento dos elementos analisados, no entanto todos os resultados podem ser conferidos nos anexos e os procedimentos metodológicos no trabalho de monografia de Nívea Massareto supracitado.

Ao analisar os resultados percebemos que a condição de fertilidade é melhor nas áreas em que foi plantada a cana durante a parceria do que em áreas que não foram utilizadas, contrariando nossa percepção inicial da pesquisa. No entanto essa melhora é imperceptível em termos reais, uma vez que o solo apresenta baixa taxa de fertilidade em todos os elementos analisados e em todas as amostras.

A análise química realizada nos faz afirmar que o artigo 9º da portaria foi respeitado, pois o solo foi devolvido pela usina nas mesmas condições de fertilidade ou melhores. No entanto acreditamos que a usina não se preocupou com esse fator, porque poderia ter feito mais, uma vez que os índices estão bem abaixo do ideal e que poderia ter sido melhorado com investimento em adubação, calagem e conservação das curvas de nível como realizado ao início da “parceria” para a formação dos canaviais.

Vale lembrar também que a área desses assentamentos outrora era área de plantio da própria Destilaria Alcídia antes de se tornar assentamentos o que explica a baixa fertilidade e degradação do solo, que pode ser verificada tanto nas áreas que não foram arrendadas quanto as que foram utilizadas.

Considerações Finais

A “parceria” entre os assentados e a Destilaria Alcídia é mais uma forma da monopolização do território pelo capital monopolista. O agronegócio canavieiro no caso das parcerias não desterritorializou os camponeses, mas controlou a forma de uso e determinou a política de desenvolvimento territorial a serem adotadas por esses territórios. Foi a incorporação da territorialidade do agronegócio canavieiro em território camponês.

Contraditoriamente esses camponeses recriados através da luta pela terra em oposição a expropriação e a exploração do modelo capitalista no campo, por falta de políticas de desenvolvimento territorial se viram pressionados a aceitarem a “parceria” para geração de renda. Ou seja, aceitaram o projeto de desenvolvimento proposto pela Destilaria Alcídia. A conquista do território pelos camponeses, os assentamentos rurais, quando não é acompanhada de uma política de desenvolvimento territorial em suas múltiplas dimensões (social, cultural, política, econômica, lazer, etc) não significa autonomia e condições para a reprodução da territorialidade camponesa.

Como demonstrado nesse trabalho os resultados dessa parceria foi irrelevante para o assentado, não acrescentou renda nem desenvolvimento para o seu território, só acrescentou insatisfação e sentimento de subordinação por parte dos assentados. A parceria foi um arrendamento de terras públicas e mais beneficiado foi a Destilaria Alcídia. Confirmamos ainda que não se respeitaram todos os artigos da portaria nº 77 do ITESP, a qual regulamentou a parceria.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Função social da propriedade e desenvolvimento sustentável: camponeses versus agronegócio. In: PAULINO, Eliane Tomiasi.; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 303-326.

ANTONIO, Armando Pereira. **O Movimento social e a organização do espaço rural nos assentamentos populacionais dirigidos pelo Estado :os exemplos na Alta Sorocabana no período de 1960-1990**. 1990. 177 folhas. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente.

ANTONIO, Armando Pereira, FERNANDES, Bernardo Mançano; SILVEIRA Fátima Rotundo. **Parecer Técnico-Científico sobre a viabilidade da cana de açúcar nos projetos de assentamentos do Pontal do Paranapanema – SP**. Presidente Prudente, 1995.

AZEVEDO, José Roberto. **Configuração do capital canavieiro no Pontal do Paranapanema e Alta Paulista: as tramas territoriais do agronegócio em questão**. 2005. Trabalho conclusão de curso (Bacharelado em Geografia) Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MILANEZ, Artur Yabe; BARROS, Nereida Rezende; FILHO, Paulo de Sá Faveret. O Perfil do Apoio do BNDS ao Setor Sucroalcooleiro. In: **BNDS Setorial**, Rio de Janeiro, n. 28p. 3-36, set. 2008.

BRAY, Sílvio Carlos.; FERREIRA, Enéas Rente.; RUAS, Davi Guilherme Gaspar. **As políticas da agroindústria canavieira e o Proálcool no Brasil**. Marília: Unesp – Marília Publicações, 2000.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política Compensatória de Assentamentos rurais como negação da Reforma Agrária**. Revista NERA, Ano 07, n.5. Presidente Prudente, 2004, p. 113-122

CHAYANOV, Alexander V. **La Organización de La Unidad Económica Campesina**. Bueno Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.

COCA. Estevan L. de F. **Análise e mapeamento dos tipos de assentamentos no Brasil: compreender a diversidade e a atualidade da reforma agrária brasileira - estudo dos assentamentos das regiões Norte e Nordeste**. Relatório Final. FAPESP - Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado de São Paulo. Presidente Prudente, 2008.

FELICIANO, Carlos Alberto. **A Geografia dos Assentamentos Rurais no Brasil: O MST e MAST no Pontal do Paranapanema/SP**. 131 f. Monografia (curso de Geografia) Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo. 1999.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Territórios em disputa: Terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema**. 2009. 575 folhas. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia Humana, Departamento de Geografia da

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

FELÍCIO, Munir Jorge. **A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês.** Revista de Geografia Agrária – Campo Território, v.1, n.2, p.14-30, Universidade Federal de Uberlândia, 2006 b.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: Formação e territorialização em São Paulo.** São Paulo: Hucitec, 1996. 285 pp.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2000. 319 pp.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 8, número 6, p. 14-34, janeiro/junho. 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos Territórios do Território. In: PAULINO, E.T.; FABRINI, J.E. (orgs.) **Campesinato e territórios em disputas.** São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-302.

FERNANDES, Bernardo Mançano.; WELCH, Clifford Andrew. Agricultura e mercado: campesinato e agronegócio da laranja os EUA e Brasil. In: PAULINO, Eliane Tomiasi.; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008b. p. 161-190.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia dos territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio, SPOSITO, Eliseu Savério (org). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-215.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Reconceitualizando a Reforma Agrária. **Boletim DATALUTA**, Presidente Prudente, 2010.
Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta>> Acesso em: 10 de set. 2010.

FERREIRA JÚNIOR, Antonio Carlos. **Ações e Políticas Públicas para o desenvolvimento dos Assentamentos Rurais Santa Terezinha da Alcídia da Gata em Teodoro Sampaio – SP.** Presidente Prudente: Unesp, 2007. (Monografia)

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena. **Revista Nera.** Presidente Prudente, ano 10, nº. 11, jan.-jun./2008.

FILHO, José Sobreiro. **Os “MST’S” do Pontal do Paranapanema: dissensão na formação dos movimentos camponeses.** FAPESP - Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado de São Paulo. Presidente Prudente, 2010.

FREITAS, Flávio Luiz Mazzaro de; SPAROVEK, Gerd. **Avaliação dos efeitos da entrada da cana-de-açúcar em áreas de assentamentos da região do Pontal do Paranapanema – SP**. Simpósio “Reforma Agrária: balanço crítico e perspectivas”. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 10 a 12 de abril de 2006.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós – Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008

GONÇALVES, Elienai Constantino. Análise e mapeamento dos tipos de assentamentos no Brasil: Compreender a diversidade e a atualidade da reforma agrária. In: **XV Encontro Nacional de Geógrafos**, 2008, São Paulo. Anais do XV ENG (CD Rom), 2008.

HAESBAERT Rogério. **O mito da desterritorialização. Do fim dos territórios a multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio, SPOSITO, Eliseu Savério (org). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 95-120.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Conflitos territoriais na estratégia de preservação da natureza. In: SAQUET, Marcos Aurélio e SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LEITE, José Ferrari. **A alta Sorocabana e o espaço polarizado de Presidente Prudente**. Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente. 1972.

LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec, 1998.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LIMA, Edvaldo Carlos de. **Os movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária no Pontal do Paranapanema (SP): dissidências e dinâmica territorial**. Presidente Prudente, 2006. 132 pp. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

MARQUES, Marta Inês. Agricultura no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: PAULINO, Eliane Tomiasi.; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 49-78.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo, Hucitec, 1991.

MAZZINI, Eliane de Jesus Teixeira. **Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema - SP**: uma política de desenvolvimento regional ou de compensação social?. 2007. 324 folhas. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente.

MITIDIERO JUNIOR, M. A. **Territorialização: conceito explicativo da luta pela terra?**. Klepsdra, São Paulo, v. 3, 2001.
<http://www.klepsidra.net/klepsidra9/territorializacao.html>

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MONDRAGÓN, Héctor. Colômbia: a “colheita” paramilitar. In: PAULINO, Eliane Tomiasi.; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 121-138.

MONTEIRO, Ana Victória Vieira Martins. **O processo de reprodução capitalista na agricultura da Alta Sorocabana**: A implantação de destilaria e a mudança das relações de Trabalho. 1992. 113 folhas. Dissertação (Mestrado em Geografia) Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: **Novos caminhos da geografia**. CARLOS, Ana F. A. (org.). São Paulo: Contexto, 1999. p. 63-137.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Territórios em disputa e agricultura. In: PAULINO, Eliane Tomiasi.; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 212-238.

PAULINO, Eliane Tomiasi.; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Terra e território**: a questão camponesa no capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

RAIJ, B.van. et al. **Análise química para avaliação da fertilidade de solos tropicais**. Campinas: Instituto Agrônomo, 2001.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Questão agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006)**. 2008. 410 folhas. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Presidente Prudente.

RIBEIRO, Raphael Medina. **Questão agrária e territórios em disputa: Embates políticos entre o agronegócio e a agricultura camponesa/familiar**. 2009. 151 folhas. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

SAKAMOTO, Leonardo et al, "**A agricultura familiar e o programa nacional de biodiesel: Retrato do presente, perspectivas de futuro.**" Disponível em: www.reporterbrasil.org.br/agrocombustiveis. Acessado em 25. abr. 2011.

SANTOS, Milton. O retorno do território. **Observatorio Social de América Latina (OSAL)**. Buenos Aires, Año 6, nº. 16, p. 251-261. Jun. 2005

SANTOS, Rafael de Oliveira C. ROCHA. Herivelto Fernandes "**Análise das políticas de obtenção dos Assentamentos Rurais no Brasil de 1985 a 2009: estudo dos assentamentos reconhecidos pelo INCRA no Estado de São Paulo**". FAPESP - Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado de São Paulo. Presidente Prudente, 2010.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio, SPOSITO, Eliseu Savério (org). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. IN: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org). **Geografia: conceitos e temas**. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995. p. 77-116.

SOUZA, Marcelo José Lopes. "Território" da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurélio, SPÓSITO, Eliseu Savério (org). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 57-72.

TEUBAL, Miguel. O campesinato frente á expansão dos agronegócios na América Latina. 2008. In: PAULINO, Eliane Tomiasi.; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 139-160.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Agronegócio *Alcoolizado* e *Culturas* em Expansão no Pontal do Paranapanema! Legitimação das Terras Devolutas e Neutralização dos Movimentos Sociais. **Anais**: III Jornadas de Estudos em Assentamentos Rurais. **Anais**: Feagri/Unicamp, Campinas, 2007.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Trabalho e territórios em disputa: algumas considerações. In: PAULINO, Eliane Tomiasi.; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 327-354.

VELTMEYER, Henry.; PETRAS, James. Camponeses numa era de globalização neoliberal: América Latina em movimento. In: PAULINO, Eliane Tomiasi.; FABRINI, João Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. Mondragón, 2008. p. 79-120.

Outras referências:

DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra. Presidente Prudente, Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, 2010.

ITESP. Fundação Instituto de Terras e São Paulo “José Gomes da Silva”. **Portaria Itesp – 75, de 27-10-2002**. Plantio de Culturas.

ITESP. Fundação Instituto de Terras e São Paulo “José Gomes da Silva”. **Portaria Itesp – 77, de 27-7-2004**. Plantio de Culturas.

Anexos



Destilaria Alcida S.A.

Teodoro Sampaio, 4 de Setembro de 1.995.

Ilmo Sr.
Manoel Bizerra Sergio
Sítio Nossa Senhora Aparecida

Ref.: Projeto Cana de Açúcar - Gleba Água Sumida
2ª Safra

Concluímos em agosto último a segunda colheita de cana de açúcar dentro do assentamento Água Sumida e cumpre-nos informar que os resultados obtidos estiveram mais uma vez dentro do que foi planejado quando da formalização do projeto em janeiro de 1.993.

Cabe relembra alguns objetivos que nortearam a criação da parceria INCRA/ITESP - Banespa - Assentados - Alcida para plantio de cana em assentamentos:

- Mostrar que é possível o plantio de cana em pequenas propriedades de forma rentável.
- Proporcionar uma retirada mensal durante toda a vida produtiva do canavial (48 meses).
- Fixar efetivamente o assentado no lote, de forma que a força familiar não seja obrigada a procurar sustento em outras atividades fora do lote.

Infelizmente, as condições financeiras impostas pela implantação do plano Real não permitiram que o resultado econômico da operação tivesse um resultado mais expressivo para participantes. Como todos sabem, a política de juros altos praticados pelo governo prejudicou vários setores da economia, principalmente aqueles voltados a produção.

A mudança de regras do financiamento agrícola nestes 3 anos do projeto também não colaborou para um melhor resultado. A TR, que quando da criação do programa, mediu efetivamente a inflação, passou a representar uma sobre taxação astronômica nos juros pactuados.

De outro lado, a política de preços praticados pelo governo ao setor (cana e álcool são considerados preços públicos) ficou comprimida. De julho de 94 até agosto de 95, quando da colheita, a cana subiu 12,39% enquanto que os custos envolvidos subiram de 30 à 40%.

Lembramos ainda que apesar de o resultado econômico ter ficado abaixo da expectativa geral, o financiamento junto ao Banespa (investimento e custeio) foi pago integralmente quando da colheita. As despesas de colheita também foram integralmente pagas no seu real valor, da mesma forma que os impostos envolvidos.



Destilaria Alcídia S.A.

Do ponto de vista técnico operacional pudemos constatar que mais uma vez o assentado cumpriu dignamente com suas responsabilidades, pois os lotes, sem exceção, estavam devidamente cuidados e limpos. A variação de resultados individuais se deve parte aos cuidados que a cana recebeu desde o plantio até a presente data, parte ao clima, parte à diferença de solo ou até a sua utilização no passado.

Como já foi dito, o resultado de uma cultura agrícola não pode ser medido pelo tamanho da área plantada ou pelo ganho em um ano de seu proprietário. Haja visto o caso de lotes que sofreram geadas ou má competição na safra passada proporcionando ganhos abaixo da média e que este ano se recuperaram bem.

Não podemos esmorecer nem desanimar. Se chegamos até aqui, temos que preparar condições para que a próxima safra seja melhor do que esta que ora se finda.

O governo já vem acenando com a queda dos juros altos e a revisão dos preços públicos, fatos estes que certamente proporcionarão uma safra mais rentável no próximo ano.

Temos que repetir todas as operações agrícola no tempo certo. Assim que as condições climáticas permitirem iniciaremos os tratamentos culturais da soca para permitir que o desenvolvimento da cana seja o melhor possível.

O sucesso do programa iniciado por 11 arrojadados assentados pode ser medido não só pelo resultado destas 2 safras colhidas, mas também pelo interesse provocado na região:

- Em 1.995 outras 27 famílias abraçaram o projeto em Água Sumida fazendo com que a área plantada passasse dos 93 ha no ano passado para 345 ha.
- Estamos sendo procurados por prefeitos e líderes de glebas na região que querem estender já em 1.996 o plantio de cana em outras glebas do Pontal.

Podemos afirmar, hoje quando o projeto se tornou realidade, que todos os envolvidos - INCRA/ITESP - BANESPA - ASSENTADOS - ALCÍDIA, cresceram muito com a troca de informações e o convívio diário.

Do nosso lado, pudemos concluir que a realidade sofrida dos assentamentos, quando levada a sério, com recursos e tecnologia adequadas, deixando de lado chavões ideológicos, pode ser revertida pois vontade e capacidade de trabalho existem em grande quantidade.

Atenciosamente,

MARCELO CAMARGO PACHECO Fº
SUPERINTENDENTE GERAL

DESTILARIA ALCIDIA S.A.

13

CNPJ 06 448 270/0004-03 (ARRA AGRICOLA) IE 490 005 712
110
FAZENDA ALCIDIA - TEODORO SAMPAIO (SP) - CAIXA POSTAL 81 - CEP 19.280-000 - FONE/FAX: 19-382.1099
alcidiaagricola@bol.com.br

Teodoro Sampaio, 23 de abril de 2003

De: Carlos Eduardo (Destilaria Alcidia)

Para: Sr. Felipe Fogaça da Silva

Lote 06

Assentamento Santa Teresinha da Alcídia

Referente: Projeto Plantio de Cana-de-açúcar.

Peço comparecer ainda hoje (²⁵24/04) no Escritório Agrícola da Destilaria Alcídia S.A., para darmos início urgente na elaboração do Projeto a ser encaminhado para o Banco do Brasil S.A. e ITESP - Instituto de Terras do Estado de São Paulo.

Temos pouquíssimo tempo para efetuar o plantio, portanto não deixe de vir e trazer os documentos relacionados abaixo:

1. Carteira de Identidade - RG
2. Cartão do C.P.F.
3. Talão de Produtor Rural
4. Relação de seu gado e demais animais.

Atenciosamente,

Nome da mulher
CPF

RECIBO DE PAGAMENTO

DESTILARIA ALCIDIA S/A

Declaro ter Recebido da Empresa Acima a Importancia Abaixo:

Valor (R\$).....: QUATRO REAIS E QUARENTA E TRES CENTAVOS 4,43

Referente.....: PAGTO. REF. 3/3 PARCELA DE FORNECIMENTO DE CANA
Cheque Numero.....: 15657
Banco.....: BRASIL - T. SAMPAIO
Fornecedor.....: GLEBA SANTA TEREZINHA

Teodoro Sampaio, 18 novembro 2004

PEDRO BEZERRA DA SILVA
GLEBA SANTA TEREZINHA

RECIBO DE PAGAMENTO

DESTILARIA ALCIDIA S/A

Declaro ter Recebido da Empresa Acima a Importancia Abaixo:

Valor (R\$).....: QUATRO REAIS E QUARENTA E TRES CENTAVOS 4,43

Referente.....: PAGTO. REF. 4/4 PARC.DE FORNECIMENTO DE CANA - SAFRA 2004
Cheque Numero.....: 962683
Banco.....: BANESPA - PRIMAVERA
Fornecedor.....: GLEBA SANTA TEREZINHA

Teodoro Sampaio, 20 dezembro 2004

PEDRO BEZERRA DA SILVA
GLEBA SANTA TEREZINHA

06. ORÇAMENTO:					
IMPLANTAÇÃO DE CANAVIAL EM ÁREA NOVA					
CUSTO PARA FORMAÇÃO DE 1,00 HA DE CANA-DE-ACÚCAR					
DESCRIPTIVO OPERAÇÕES/SERVIÇOS/INSUMOS	BENEFÍCIO OPERACIONAL		NÚMERO OPERAÇÕES	CUSTO(US) BENEFÍCIO(US)	CUSTO TOTAL
	UNIDADE	MAGNITUDE			
PREPARO DE SOLO					
Limpeza e sistemização do terreno	H	1,00	1,00	60,00	60,00
Gradagem pedida	H	1,20	1,00	47,00	56,40
Gradagem média	H	0,83	2,00	47,00	78,33
Gradagem niveladora	H	0,71	1,00	32,00	22,86
Terracamento	H	0,50	1,00	47,00	23,50
Construção de estradas e carroceiros	H	0,30	1,00	78,00	23,40
Distribuição de calcário dolomítico	H	0,67	1,00	32,00	21,33
Calagem - calcário dolomítico - 75% PRNT	T	1,20	1,00	60,00	72,00
Carregamento e descarga de calcário	Hd	0,22	0,00	22,00	0,00
Distribuição de fosfato	H	1,00	1,00	32,00	32,00
Fosfatagem (Fosfato Alvorada)	T	0,625	1,00	124,00	77,50
Carregamento e descarga de fosfato	Hd	0,22	0,00	22,00	0,00
				RS	467,32
PLANTIO					
Sulcação	H	1,20	1,00	64,00	76,80
Fertilizante de Plantio 05-23-15	T	0,40	1,00	765,00	306,00
Cobrição de cana	H	1,11	1,00	32,00	35,52
Adubação de Ca+Mg no sulco de plantio	T	0,50	1,00	65,00	32,50
Controle de <i>Meligethes Fuscus</i> - Recente ovo	kg	0,30	1,00	693,60	208,08
Carregamento e descarga de adubo	Hd	0,22	0,00	22,00	0,00
Carregamento e descarga de calcário	Hd	0,22	0,00	22,00	0,00
Abastecimento de adubadeira plantio/cobrição	Hd	0,22	0,00	22,00	0,00
Corte de mada	Hd	5,50	1,00	22,00	121,00
Fornecimento de mada	T	11,00	1,00	80,00	880,00
Carregamento de mada	T	11,00	1,00	1,02	11,22
Transporte de cana	ha	1,00	1,00	95,00	95,00
Plantio de cana	Hd	4,50	1,00	22,00	99,00
Controle e contagem de sementes	Hd	0,03	1,00	22,00	0,66
				RS	1.865,78
TRATOS CULTURAIS CANA PLANTA					
Aplicação de herbicida	H	0,80	1,00	32,00	25,60
Herbicida - Cenbina	L	1,80	1,00	67,00	120,60
Herbicida - Atracina	L	3,00	1,00	15,60	46,80
Repelente adesivo	L	0,20	1,00	4,10	0,82
Aplicação K ₂ O - manual	ha	1,00	0,00	22,00	0,00
Carregamento e descarga Cloreto de Potássio	Hd	0,20	0,00	22,00	0,00
Cloreto de potássio (KCl)	T	0,10	1,00	688,00	68,80
Controle biológico	T cana	0,02	0,00	32,00	0,00
Controle de ferrugem	kg	0,25	0,00	5,60	0,00
Corpo manual	ha	1,00	1,00	44,00	44,00
				RS	306,62
ASSISTÊNCIA TÉCNICA (ASTEC)				RS	13,19
CUSTO TOTAL PARA FORMAÇÃO DE 1,00 HA DE CANA-DE-ACÚCAR				RS	2.652,91

AUTORIZAÇÃO

Teodoro Sampaio, 11 de Novembro 2004

Eu, Pedro Bezerra da Silva, CPF – 904.683.768-87, agricultor, residente no projeto de assentamento Santa Terezinha da Alcídia, lote 6, **autorizo** o Banco do Brasil S.A, agência 2718-9 de Teodoro Sampaio a debitar em minha conta corrente a importância de **R\$ 2.805,89 (dois mil oitocentos e cinco reais e oitenta e nove centavos)**, referente ao pagamento de insumos agrícolas e cultivo da lavoura de Cana de açúcar em minha propriedade.

O crédito deverá ser transferido para:

AGÊNCIA = 2718-9
CONTA CORRENTE – 11.035-3
BANCO DO BRASIL – TEODORO SAMPAIO
DESTILARIA ALCÍDIA S. A.
FAZENDA ALCÍDIA S/N ROD. SPV24 KM 25
CNPJ – 46.448.270/0001-60

Pedro Bezerra da Silva
PEDRO BEZERRA DA SILVA

DESTILARIA ALCIDIA S/A

Fazenda Alcídia - Caixa Postal 81
Teodoro Sampaio/SP
(XX18)3282-1099
CNPJ: 46.448.270/0004-03

Recibo

R\$ 592,97

Recebi (emos) de : **DESTILARIA ALCÍDIA S/A**

O valor de: quinhentos e noventa e dois reais e noventa e sete centavos

cheque nº.: 34694

BANCO : **BRADESCO S/A**

Referente a: **PAGTO. REF. 2ª PARCELA DO FORNECIMENTO DE CANA - SAFRA 2007/2008.**

Firmo (amos) o presente:

TEODORO SAMPAIO, 15 DE OUTUBRO DE 2007.

PEDRO BEZERRA DA SILVA

Teodoro Sampaio, 11 de novembro de 2008.

Ao Sr(a)
PEDRO BEZERRA DA SILVA
Assentamento Santa Terezinha Alcídia, Lote 06

Prezado Cliente,

Para efetivação da negociação/liquidação de sua dívida de PRONAF junto ao Banco do Brasil, prestamos as seguintes informações:

Nº da operação (PRONAF A): 20/02122-4

Saldo devedor em 11/11/2008: R\$ 13.448,00

VALOR PARA LIQUIDAÇÃO NESTA DATA: R\$ 5.379,00

DATA LIMITE PARA DEPÓSITO: 15/12/2008

OS VALORES APRESENTADOS SÃO PROVISÓRIOS E SERÃO ATUALIZADOS ATÉ A DATA DA EFETIVAÇÃO DA RENEGOCIAÇÃO.

**AGÊNCIA TEODORO SAMPAIO
BANCO DO BRASIL S.A**

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO JOSÉ GOMES DA SILVA

Portaria Itesp - 77, de 27-7-2004

O Diretor Executivo da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" - ITESP,

considerando os fins precípuos da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" - ITESP, que, nos termos da Lei Estadual n. 10.207, de 08 de janeiro de 1999, consistem no planejamento e execução das políticas agrária e fundiária no âmbito do Estado, com a implantação e desenvolvimento de projetos de assentamento de trabalhadores rurais, prestando assistência técnica e promovendo a capacitação dos beneficiários dos planos públicos;

considerando as atribuições da Diretoria Adjunta de Políticas de Desenvolvimento, dentre as quais a implantação de programas que proporcionem o desenvolvimento sustentável das comunidades assentadas;

considerando que a legislação que disciplina os planos públicos prevê o aproveitamento das terras, ensejando a criação de empresa agropecuária ou florestal rentável, propiciando o aumento da produção agrícola e proporcionando ocupação estável, renda adequada e meios de desenvolvimento cultural e social aos seus beneficiários;

considerando a necessidade de estabelecer a forma de exploração dos lotes agrícolas dos Projetos de Assentamento, com culturas destinadas à venda para agroindústrias, de modo a evitar a monocultura e seus efeitos perniciosos ao meio ambiente e à economia;

considerando que a implantação desordenada de culturas para fins industriais poderá gerar indesejável relação de dependência dos produtores para com os empresários;

considerando a necessidade de harmonizar as políticas públicas de incentivo à agroindústria e à produção agrícola com os objetivos perseguidos pela Fundação ITESP, em consonância aos princípios estabelecidos na Lei n. 4.957, de 30 de dezembro de 1985;

considerando, finalmente, a convergência de interesses dos diversos segmentos na formação de parcerias negociais, visando a alocar recursos e dinamizar o processo de capitalização das famílias beneficiárias dos Projetos de Assentamento Estaduais, objetivando sua autonomia, sustentabilidade, maior participação na economia dos municípios e suprimento de matéria-prima para as agroindústrias, além de fomento à organização dos trabalhadores rurais assentados em cooperativas e à implantação de unidades artesanais para o processamento dos produtos agrícolas, resolve:

Artigo 1º - A elaboração de projetos técnicos relativos ao plantio de culturas destinadas à venda para agroindústrias, nos Projetos de Assentamento de Trabalhadores Rurais implantados nos termos da Lei Estadual n. 4.957, de 30 de dezembro de 1985, e legislação complementar, reger-se-á por esta portaria.

Artigo 2º - As culturas para fins de processamento industrial poderão, a requerimento do interessado, ser implantadas nos lotes com área de até 15 (quinze) hectares, ocupando até 50% (cinquenta por cento) da área total, e, nos lotes com área superior a 15 (quinze) hectares, ocupando até 30% (trinta por cento) da área total.

Artigo 3º - Os projetos técnicos, elaborados com observância das normas vigentes relativas aos planos públicos de valorização e aproveitamento dos recursos fundiários, ao apoio à produção agrícola, à defesa da agropecuária e à proteção ao meio ambiente, conterão:

I - A especificação da forma de exploração, que poderá ser realizada individual ou coletivamente, ficando vedada qualquer forma que não permita a participação direta dos beneficiários no planejamento, condução e comercialização da produção.

II - As fases de execução e os recursos financeiros, humanos e materiais a serem empregados.

Artigo 4º - A locação ou arrendamento de máquinas e equipamentos de terceiros deverá ser prevista pelo projeto técnico, anexando-se, oportunamente, cópias dos respectivos contratos.

Artigo 5º - O projeto técnico deverá incluir, ainda, o plantio de gêneros alimentícios, ocupando, no mínimo, a terça parte da área remanescente, considerando a vocação do solo e ouvindo o beneficiário sobre a espécie agrícola a ser cultivada.

Artigo 6º - As culturas para fins de processamento industrial não poderão ser implementadas nas áreas comprometidas com projetos agropecuários financiados pelo Sistema Nacional de Crédito Rural ou programas oficiais de fomento.

Artigo 7º - Fica vedada a elaboração de projetos técnicos para o plantio de culturas destinadas à agroindústria quando se tratar de beneficiários que estejam descumprindo suas obrigações para com a Fundação ITESP.

Artigo 8º - Caberá à Diretoria Adjunta de Políticas de Desenvolvimento:

I - aprovar e acompanhar a execução dos projetos técnicos;

II - elaborar, por meio do Grupo Técnico de Campo, laudos trimestrais de acompanhamento e fiscalização;

III - incentivar o desenvolvimento de ações voltadas à organização da produção e comercialização, fomentando a organização de cooperativas e a implantação de unidades artesanais para o processamento dos produtos agrícolas como alternativa de absorção da produção;

IV - acompanhar os contratos de venda, plantios balizados por cotas e outros instrumentos que regulem a oferta;

V - avaliar, juntamente com os beneficiários, ao final de cada ciclo de cultura, os resultados obtidos com a atividade e as perspectivas futuras, permitindo o planejamento da produção.

Artigo 9º - Os compromissos e os contratos de compra e venda, celebrados entre os assentados e as agroindústrias, instruirão o procedimento de elaboração do projeto e, obrigatoriamente, deverão conter cláusulas que disponham sobre:

I - compromisso de compra da totalidade da produção na época da safra, especificando-se a área e a espécie plantada;

II - preço mínimo de compra dos produtos pelo valor estabelecido pelo governo, quando houver fixação oficial, ou pelo melhor preço da espécie e tipo do produto cotado no mercado da região, em não havendo preço mínimo fixado oficialmente;

III - dever de observar as orientações agronômicas dos supervisores técnicos da Fundação ITESP;

IV - observância das disposições contidas no Termo de Autorização de Uso ou noutro instrumento outorgado pelo Estado ao beneficiário do lote, bem como de toda legislação ambiental pertinente, especialmente no concerne às queimadas (Lei Estadual n. 11.241, de 19 de setembro de 2002, e Decreto Estadual n. 47.700, de 11 de março de 2003);

V - responsabilidade pessoal e exclusiva dos contratantes (empresas e assentados), ficando a Fundação ITESP isenta de qualquer obrigação proveniente desse contrato;

VI - possibilidade da continuidade do negócio, nas mesmas condições e prazo, com o beneficiário sucessor, quando o contratante inicial for excluído do assentamento em razão de inobservância de regra legal;

VII - compromisso da empresa, no caso de plantio de cana-de-açúcar, da recuperação do solo após o encerramento do ciclo da cana, com a destruição da soqueira, sem ônus para o assentado, e especial atenção para o teor da matéria orgânica.

Artigo 10 - A aprovação do projeto e a anuência ao contrato de venda da produção celebrado pelo assentado com as agroindústrias, condicionar-se-á ao compromisso assumido pelas últimas, como contrapartida social, de recuperar as estradas que cortem o assentamento, arcando com os ônus de teraplenagem e outras despesas de manutenção que se façam necessárias.

Artigo 11 - Fica revogada a Portaria Itesp nº 75, de 24-10-2002.

Artigo 12 - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Entrevista com assentados

Assentamento:

Proprietário:

Lote:

1. De quem surgiu a proposta das parcerias?
 Usina Assentados Itesp
2. Houve informação em relação à divisão dos lucros e das despesas?
 Sim Não Parcialmente
3. O Itesp e a Usina se reuniram para uma conversa?
 Sim Não
4. Qual foi o valor do empréstimo?
Valor: R\$
 - 4.1. Em nome de quem foi realizado?
 Usina Assentado
5. Qual a área em que houve o plantio de cana-de-açúcar?
Área:
6. Possui cópia do contrato?
 Sim Não
7. Houve acompanhamento, por parte dos técnicos do Itesp, durante o período de preparação do solo, plantio e colheita, oferecendo auxílio aos assentados?
 Sim Não
8. Após o fim do contrato, os técnicos do Itesp visitaram os assentamentos para verificar como estavam após o plantio e colheita?
 Sim Não
9. Você obteve renda com a parceria?
 Sim Não
10. Como ficou a renda família em relação à situação anterior ao plantio da cana-de-açúcar?
 Melhorou Piorou Ficou na mesma
11. Na sua avaliação houve melhora na qualidade do solo?
 Sim Não Igual
12. Faria a parceria com a usina novamente?
 Sim Não

ASSENTAMENTO LAUDENOR DE SOUZA

Quadro 1. Resposta dos assentados sobre quem sugeriu a proposta das parcerias.

Categoria	Frequência	%
Usina	1	25,0
Itesp	0	0,0
Branco	2	50,0
Assentados	1	25,0
Total	4	100,0

Quadro 2. Resposta dos assentados sobre a existência de informação em relação à divisão dos lucros e das despesas.

Categoria	Frequência	%
Sim	2	50,0
Não	0	0,0
Parcialmente	0	0,0
Branco	2	50,0
Total	4	100,0

Quadro 3. Resposta dos assentados sobre reunião com usina e Itesp.

Categoria	Frequência	%
Sim	2	50,0
Não	0	0,0
Branco	2	50,0
Total	4	100,0

Quadro 4. Resposta dos assentados sobre o valor do empréstimo para a realização da parceria.

Categoria	Frequência	%
6.000,00 – 10.000,00	0	0,0
10.000,00 – 14.000,00	0	25,0
14.000,00 – 18.000,00	2	25,0
Branco	2	50,0
Total	4	100,0

Quadro 4.1. Resposta dos assentados sobre o titular do empréstimo.

Categoria	Frequência	%
Assentado	2	50,0
Usina	0	0,0
Branco	2	50,0
Total	4	100,0

Quadro 5. Resposta dos assentados sobre a área (em hectare) em que foi realizado o plantio da cana-de-açúcar.

Categoria	Frequência	%

Quadro 6. Resposta dos assentados sobre a posse dos contratos.

Categoria	Frequência	%
Sim	2	50,0
Não	0	0,0
Branco	2	50,0
Total	4	100,0

Quadro 7. Resposta dos assentados sobre acompanhamento, por parte dos técnicos do Itesp, durante o período de preparação do solo, plantio e colheita, oferecendo auxílio aos assentados.

Categoria	Frequência	%
Não	2	50,0
Sim	0	0,0
Branco	2	50,0
Total	4	100,0

Quadro 8. Resposta dos assentados sobre visita dos técnicos do Itesp, após o fim do contrato, para verificação dos lotes após o plantio e colheita da cana.

Categoria	Frequência	%
Não	2	50,0
Sim	1	25,0
Branco	1	25,0
Total	4	100,0

Quadro 9. Resposta dos assentados sobre obtenção de renda com as parcerias.

Categoria	Frequência	%
Não	1	25,0
Sim	1	25,0
Branco	2	50,0
Total	4	100,0

Quadro 10. Resposta dos assentados sobre a situação da renda da família após a parceria.

Categoria	Frequência	%
Piorou	1	25,0
Melhorou	1	25,0
Ficou na mesma	0	0,0
Branco	2	50,0
Total	4	100,0

Quadro 11. Resposta dos assentados sobre melhoria da qualidade do solo após o plantio da cana.

Categoria	Frequência	%
Não	0	0,0
Sim	1	25,0
Igual	2	50,0
Branco	1	25,0
Total	4	100,0

Quadro 12. Resposta dos assentados sobre a possibilidade de outra parceria.

Categoria	Frequência	%
Não	2	50,0
Sim	1	25,0
Branco	1	25,0
Total	4	100,0

ASSENTAMENTO SANTA TERESINHA DA ALCÍDIA

Quadro 1. Resposta dos assentados sobre quem sugeriu a proposta das parcerias.

Categoria	Frequência	%
Usina	6	46,15
Itesp	6	46,15
Branco	1	7,7
Assentados	0	0,0
Total	13	100,0

Quadro 2. Resposta dos assentados sobre a existência de informação em relação à divisão dos lucros e das despesas.

Categoria	Frequência	%
Sim	2	28,57
Não	2	28,57
Parcialmente	2	28,57
Branco	1	14,29
Total	7	100,0

Quadro 3. Resposta dos assentados sobre reunião com usina e Itesp.

Categoria	Frequência	%
Sim	6	85,71
Não	0	0,0
Branco	1	14,29
Total	7	100,0

Quadro 4. Resposta dos assentados sobre o valor do empréstimo para a realização da parceria.

Categoria	Frequência	%
6.000,00 – 10.000,00	1	14,29
10.000,00 – 14.000,00	0	0,0
14.000,00 – 18.000,00	5	71,42
Branco	1	14,29
Total	7	100,0

Quadro 4.1. Resposta dos assentados sobre o titular do empréstimo.

Categoria	Frequência	%
Assentado	6	85,71
Usina	0	0,0
Branco	1	14,29
Total	7	100,0

Quadro 5. Resposta dos assentados sobre a área (em hectare) em que foi realizado o plantio da cana-de-açúcar.

Categoria	Frequência	%

Quadro 6. Resposta dos assentados sobre a posse dos contratos.

Categoria	Frequência	%
Sim	6	85,71
Não	0	0,0
Branco	1	14,29
Total	7	100,0

Quadro 7. Resposta dos assentados sobre acompanhamento, por parte dos técnicos do Itesp, durante o período de preparação do solo, plantio e colheita, oferecendo auxílio aos assentados.

Categoria	Frequência	%
Não	4	57,14
Sim	2	28,57
Branco	1	14,29
Total	7	100,0

Quadro 8. Resposta dos assentados sobre visita dos técnicos do Itesp, após o fim do contrato, para verificação dos lotes após o plantio e colheita da cana.

Categoria	Frequência	%
Não	6	85,71
Sim	0	0,0
Branco	1	14,29
Total	7	100,0

Quadro 9. Resposta dos assentados sobre obtenção de renda com as parcerias.

Categoria	Frequência	%
Não	6	85,71
Sim	0	0,0
Branco	1	14,29
Total	7	100,0

Quadro 10. Resposta dos assentados sobre a situação da renda da família após a parceria.

Categoria	Frequência	%
Piorou	6	85,71
Melhorou	0	0,0
Ficou na mesma	1	14,29
Branco	0	0,0
Total	7	100,0

Quadro 11. Resposta dos assentados sobre melhoria da qualidade do solo após o plantio da cana.

Categoria	Frequência	%
Não	3	42,85
Sim	2	28,57
Igual	1	14,29
Branco	1	14,29
Total	7	100,0

Quadro 12. Resposta dos assentados sobre a possibilidade de outra parceria.

Categoria	Frequência	%
Não	6	85,71
Sim	0	0,0
Branco	1	14,29
Total	7	100,0

ASSENTAMENTO VÔ TONICO

Quadro 1. Resposta dos assentados sobre quem sugeriu a proposta das parcerias.

Categoria	Frequência	%
Usina	1	33,33
Itesp	1	33,33
Branco	1	33,33

Assentados	0	0,0
Total	3	100,0

Quadro 2. Resposta dos assentados sobre a existência de informação em relação à divisão dos lucros e das despesas.

Categoria	Frequência	%
Sim	1	50,0
Não	0	0,0
Parcialmente	0	0,0
Branco	1	50,0
Total	2	100,0

Quadro 3. Resposta dos assentados sobre reunião com usina e Itesp.

Categoria	Frequência	%
Sim	1	50,0
Não	0	0,0
Branco	1	50,0
Total	2	100,0

Quadro 4. Resposta dos assentados sobre o valor do empréstimo para a realização da parceria.

Categoria	Frequência	%
6.000,00 – 10.000,00	0	0,0
10.000,00 – 14.000,00	0	0,0
14.000,00 – 18.000,00	0	0,0
Branco	2	100,0
Total	2	100,00

Quadro 4.1. Resposta dos assentados sobre o titular do empréstimo.

Categoria	Frequência	%
Assentado	1	50,0
Usina	0	0,0
Branco	1	50,0
Total	2	100,0

Quadro 5. Resposta dos assentados sobre a área (em hectare) em que foi realizado o plantio da cana-de-açúcar.

Categoria	Frequência	%

Quadro 6. Resposta dos assentados sobre a posse dos contratos.

Categoria	Frequência	%
Sim	0	0,0
Não	1	50,0
Branco	1	50,0
Total	2	100,0

Quadro 7. Resposta dos assentados sobre acompanhamento, por parte dos técnicos do Itesp, durante o período de preparação do solo, plantio e colheita, oferecendo auxílio aos assentados.

Categoria	Frequência	%
Não	1	50,0
Sim	0	0,0
Branco	1	50,0
Total	2	100,0

Quadro 8. Resposta dos assentados sobre visita dos técnicos do Itesp, após o fim do contrato, para verificação dos lotes após o plantio e colheita da cana.

Categoria	Frequência	%
Não	1	50,0
Sim	0	0,0
Branco	1	50,0
Total	2	100,0

Quadro 9. Resposta dos assentados sobre obtenção de renda com as parcerias.

Categoria	Frequência	%
Não	1	50,0
Sim	0	0,0
Branco	1	50,0
Total	2	100,0

Quadro 10. Resposta dos assentados sobre a situação da renda da família após a parceria.

Categoria	Frequência	%
Piorou	1	50,0
Melhorou	0	0,0
Ficou na mesma	0	0,0
Branco	1	50,0
Total	2	100

Quadro 11. Resposta dos assentados sobre melhoria da qualidade do solo após o plantio da cana.

Categoria	Frequência	%
Não	1	50,0
Sim	0	0,0
Igual	0	0,0
Branco	1	50,0
Total	2	100,0

Quadro 12. Resposta dos assentados sobre a possibilidade de outra parceria.

Categoria	Frequência	%
Não	1	50,0
Sim	0	0,0
Branco	1	50,0
Total	2	100,0

Resultado da Análise Química do Solo por lotes dos assentamentos: Santa Teresinha da Alcídia, Vô Tônico e Laudenor de Souza

Como as análises foram feitas para noventa amostras, será exposto uma média dos resultados por assentamento. Os resultados obtidos através do Laboratório de Fertilidade do Solo da Universidade Estadual Paulista – Campus de Botucatu, SP, têm como metodologia de análise a obra: “Análise Química para Avaliação de Fertilidade de Solos Tropicais” Raij et al. (2001), a qual também foi utilizada neste trabalho.³⁰

Ph (CaCl₂)

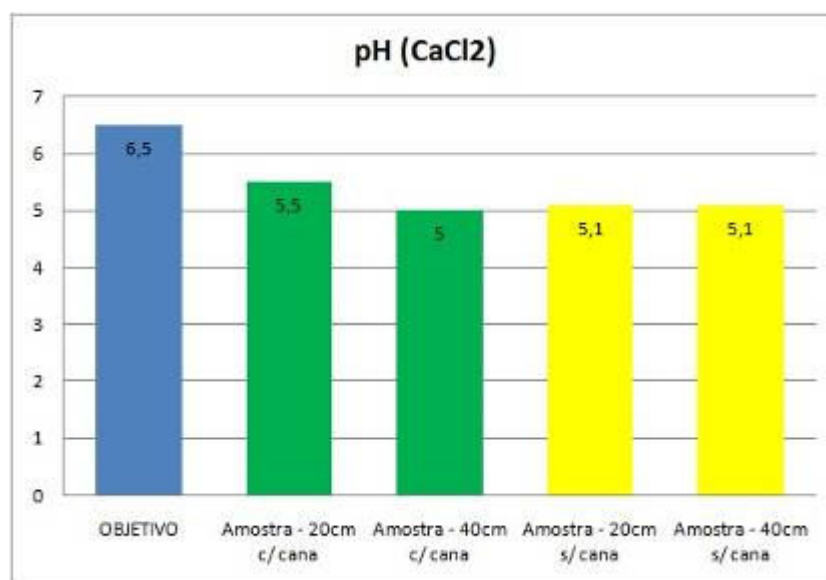


Gráfico dos resultados da média da análise química do pH (CaCl₂) das amostras de solo no Assentamento Santa Teresinha da Alcídia com e sem plantio de cana-de-açúcar.

³⁰ Os valores descritos nos gráficos como “objetivo” se referem à interpretação da análise do solo para recomendação em pastagens e segue critérios publicados nos Anais de Pastagens da ESALQ/USP. Como não existe mais plantio de cana ou apenas resíduos dessa cultura, utilizamos os valores para pastagens.

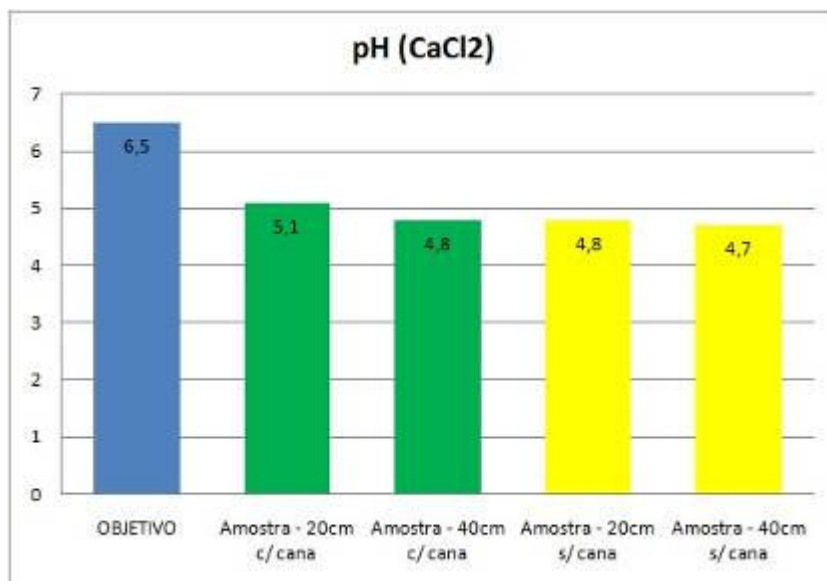


Gráfico dos resultados da média da análise química do pH (CaCl₂) das amostras de solo no Assentamento Laudenor de Souza com e sem plantio de cana-de-açúcar.

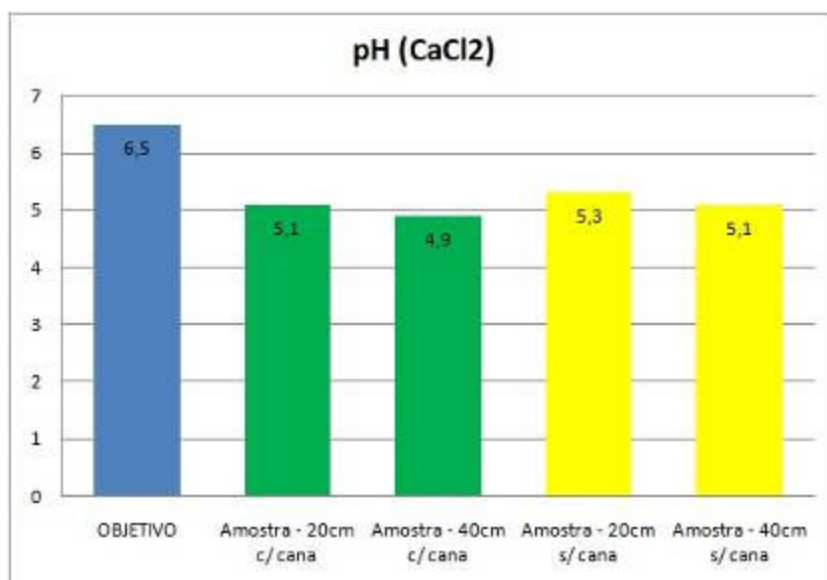


Gráfico dos resultados da média da análise química do pH (CaCl₂) das amostras de solo no Assentamento Vô Tonico com e sem plantio de cana-de-açúcar.

Classes e teores de pH (CaCl₂) do solo

pH do solo (em CaCl ₂)	Acidez
Até 4,3	Muito Alta
4,4 – 5,0	Alta
5,1 – 5,5	Média
5,6 – 6,0	Baixa
>6,0	Muito Baixa

Raij et al. (2001) IAC. 285 p.

Observa-se que os valores do pH para os solos do Assentamento Santa Teresinha da Alcídia apresenta uma acidez média, tanto para as amostras com

cana-de-açúcar quanto para as amostras onde não houve plantio. No Assentamento Laudenor de Souza, apenas a amostra 20cm com cana é a que apresenta acidez média, as outras amostras apresentam acidez alta. No Assentamento Vô Tônico, apenas a amostra 40cm com cana apresenta acidez alta, as demais amostras possuem acidez média, variando de 5,1 a 5,3.

Nas amostras com e sem cana, a acidez é maior na profundidade de 40cm. Entretanto, nota-se que o pH ainda se encontra abaixo do ideal, que seria 6,5, principalmente para as amostras sem cana, com uma exceção no Assentamento Vô Tônico, no qual as amostras sem cana estão melhores do que onde houve o plantio.

Sabe-se que, com o pH abaixo de 5,5, alumínio, ferro e manganês, conforme descrito anteriormente, são solúveis em quantidades suficientes para atuarem como tóxicos no crescimento de algumas plantas. Desta forma, o pH dos solos desses assentamentos não está em condições adequadas, o que pode ocasionar problemas com a fertilidade.

Matéria Orgânica

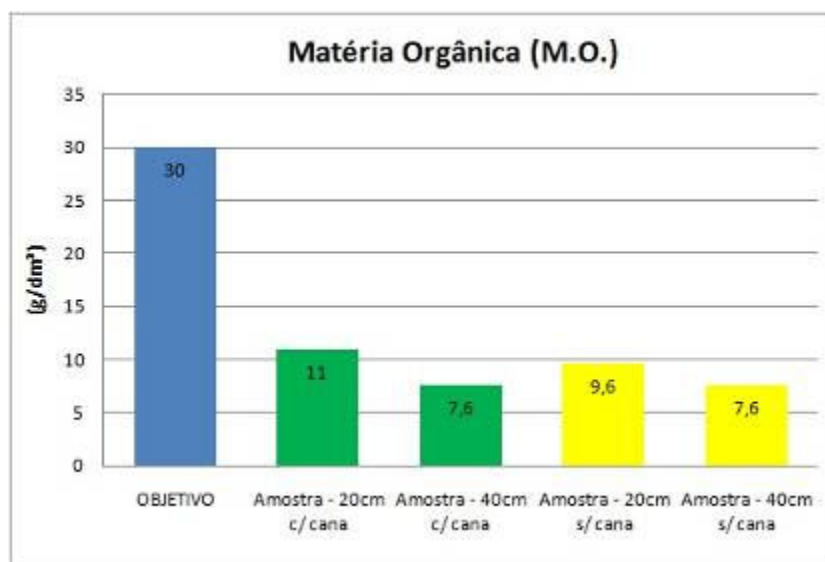


Gráfico dos resultados da média da análise química da matéria orgânica (M.O.) das amostras de solo no Assentamento Santa Teresinha da Alcídia com e sem plantio de cana-de-açúcar.

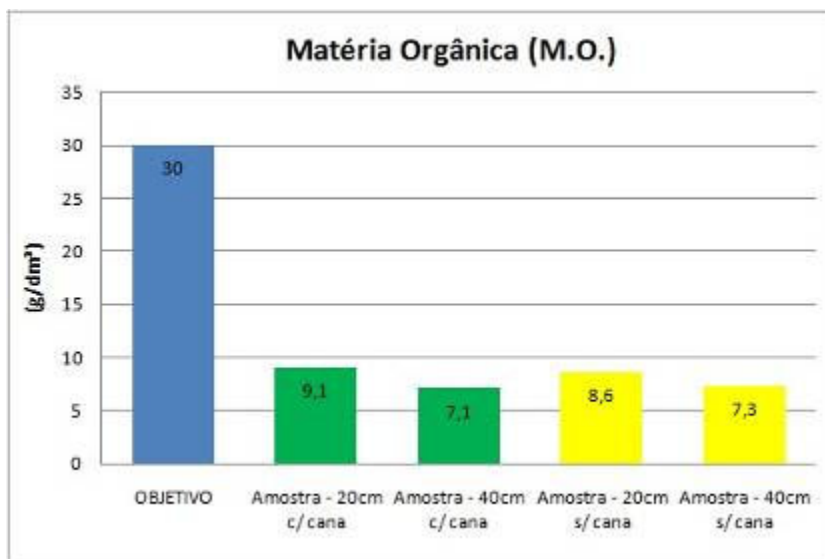


Gráfico dos resultados da média da análise química da matéria orgânica (M.O.) das amostras de solo no Assentamento Laudenor de Souza com e sem plantio de cana-de-açúcar.

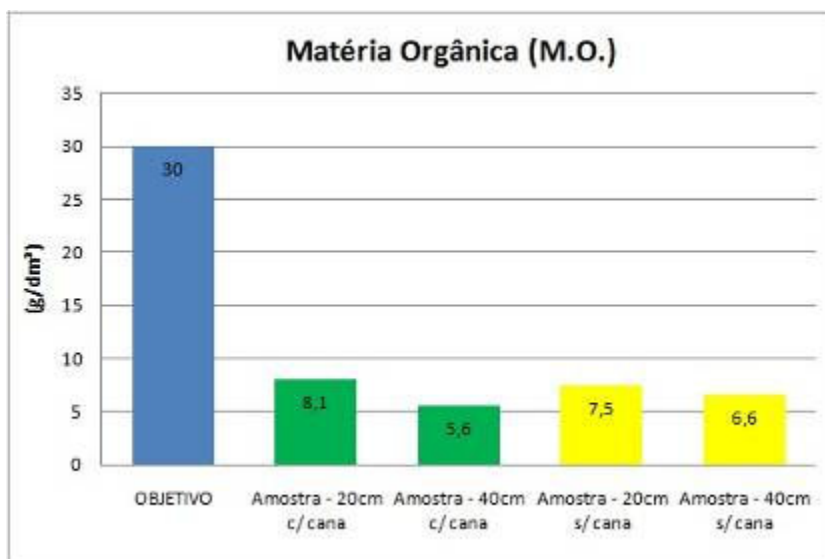


Gráfico dos resultados da média da análise química da matéria orgânica (M.O.) das amostras de solo no Assentamento Vó Tônico com e sem plantio de cana-de-açúcar.

A matéria orgânica em todas as amostras está bem abaixo do valor ideal, que seria 30g/dm³. As amostras a 20cm, com e sem cana, apresentam valores maiores do que as amostras a 40cm. Nota-se que o teor de matéria orgânica nas amostras a 20cm onde houve o plantio de cana está melhor do que as amostras a 20cm onde não houve plantio, já as amostras a 40cm com cana apresentam teor menor do que as amostras a 40cm sem cana.

Contudo, analisando a Portaria 077/2004 do ITESP em que determina que com o encerramento do plantio deve-se ter “especial atenção para o teor de matéria orgânica”, nota-se que a usina poderia ter feito muito mais para

melhorar o teor de matéria orgânica, já que os valores não estão muito diferentes das amostras sem cana, sendo que em alguns casos, como no Assentamento Vô Tônico, o teor de matéria orgânica nas amostras sem cana estão melhores do que nas amostras onde ocorreu o plantio.

Fósforo

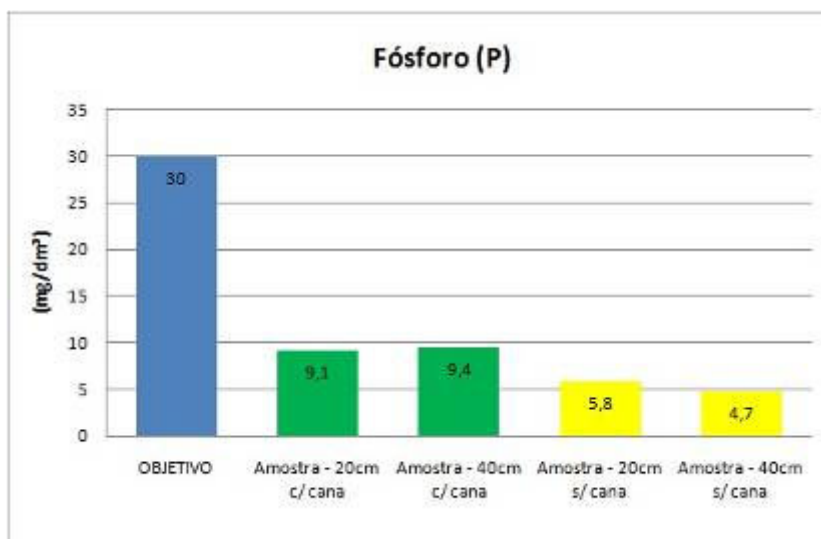


Gráfico dos resultados da média da análise química de fósforo (P) das amostras de solo no Assentamento Santa Teresinha da Alcídia com e sem plantio de cana-de-açúcar.

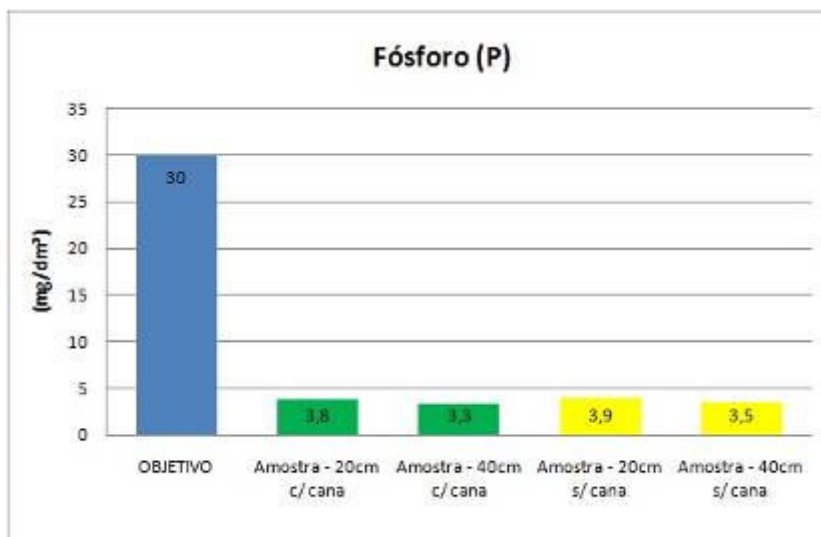


Gráfico dos resultados da média da análise química de fósforo (P) das amostras de solo no Assentamento Laudenor de Souza com e sem plantio de cana-de-açúcar.

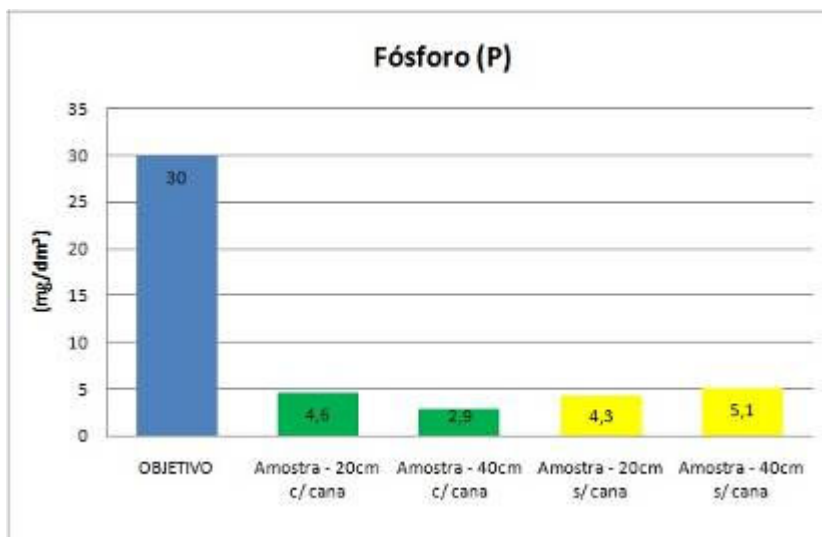


Gráfico dos resultados da média da análise química de fósforo (P) das amostras de solo no Assentamento Vô Tônico com e sem plantio de cana-de-açúcar.

Classes e teores de fósforo (P) do solo

Teor de P (Cultura Perene) no solo	Classe
0,0 a 6,0 mg dm ³	Muito Baixo
7,0 a 15,0 mg dm ³	Baixo
16,0 a 40,0 mg dm ³	Médio
41,0 a 80,0 mg dm ³	Alto
> 80,0 mg dm ³	Muito Alto

Fonte: Raij et al. (2001)

O teor de fósforo nos solos dos três assentamentos é bastante inferior ao que seria o ideal. Nas amostras com cana, exceto no Assentamento Santa Teresinha, o teor de fósforo é maior a 20cm do que a 40cm. Já nas amostras sem cana, exceto no Assentamento Vô Tônico, o teor de fósforo é maior a 20cm do que 40cm.

No Assentamento Santa Teresinha da Alcídia, nas amostras com cana o teor de fósforo, é baixo e nas amostras sem cana o teor é muito baixo. No Assentamento Laudenor de Souza e Assentamento Vô Tônico todas as amostras, com e sem cana, apresentam teores muito baixos, entretanto, nas amostras sem cana o teor é um pouco melhor.

Hidrogênio e Alumínio

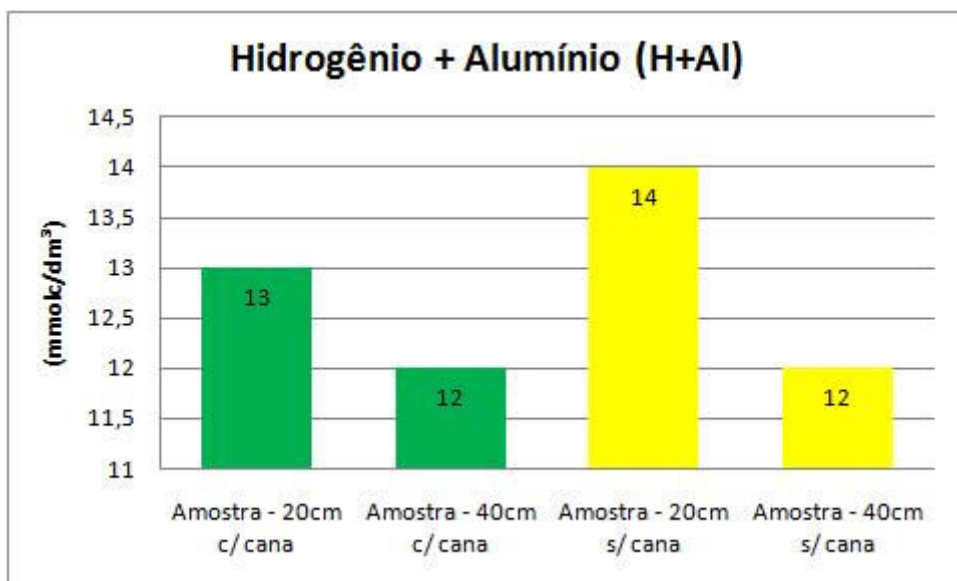


Gráfico dos resultados da média análise química de Hidrogênio (H) e Alumínio (Al) das amostras de solo no Assentamento Santa Teresinha da Alcídia com e sem plantio de cana-de-açúcar.

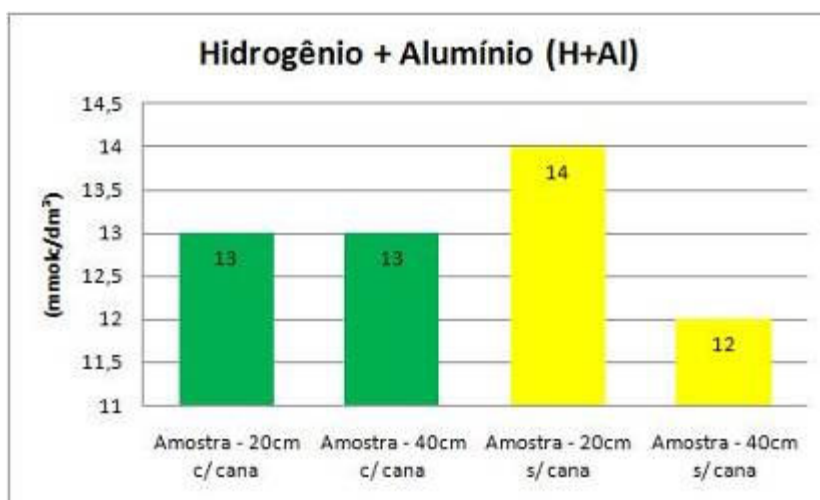


Gráfico dos resultados da média da análise química de Hidrogênio (H) e Alumínio (Al) das amostras de solo no Assentamento Laudenor de Souza com e sem plantio de cana-de-açúcar.

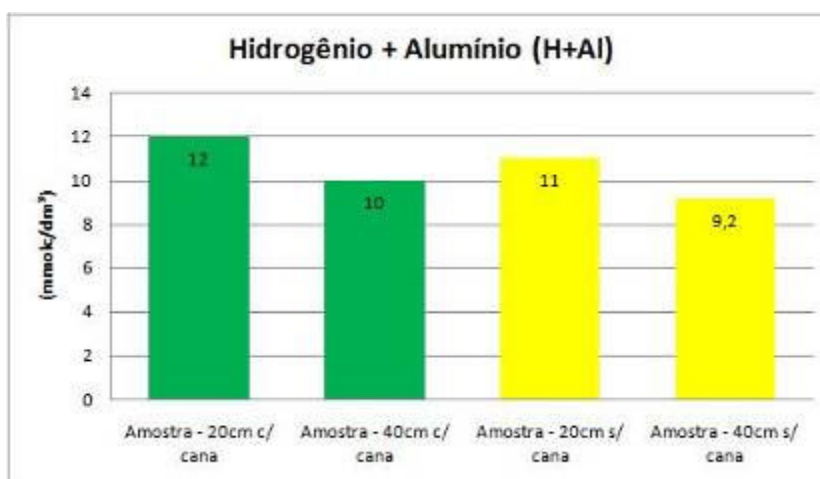


Gráfico dos resultados da média da análise química de Hidrogênio (H) e Alumínio (Al) das amostras de solo no Assentamento Vô Tonico com e sem plantio de cana-de-açúcar.

Observa-se alta concentração do teor de hidrogênio e de alumínio nos solos em relação ao teor de cálcio. Isso esta relacionado a história de ocupação da terra atraves do acentuado uso do solo, sem manejo adequado, associado as características geológicas (rocha sedimentar), no qual ocasionou o aumento da acidez do solo.

Assim, se observa que o alto teor de hidrogênio e alumínio são maléficos para a fertilidade dos solos, já que aumentam a acidez dos solos dos assentamentos rurais.

Potássio

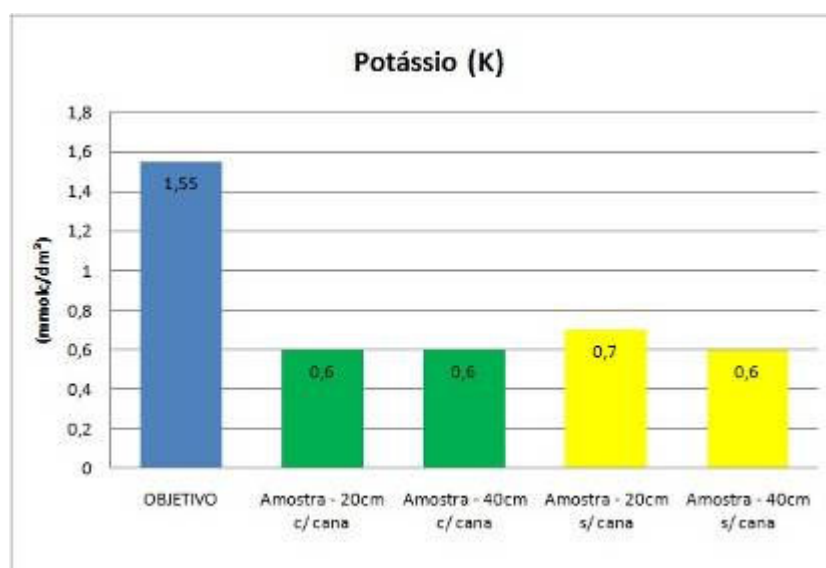


Gráfico dos resultados da média da análise química de Potássio (K) das amostras de solo no Assentamento Santa Teresinha da Alcídia com e sem plantio de cana-de-açúcar.

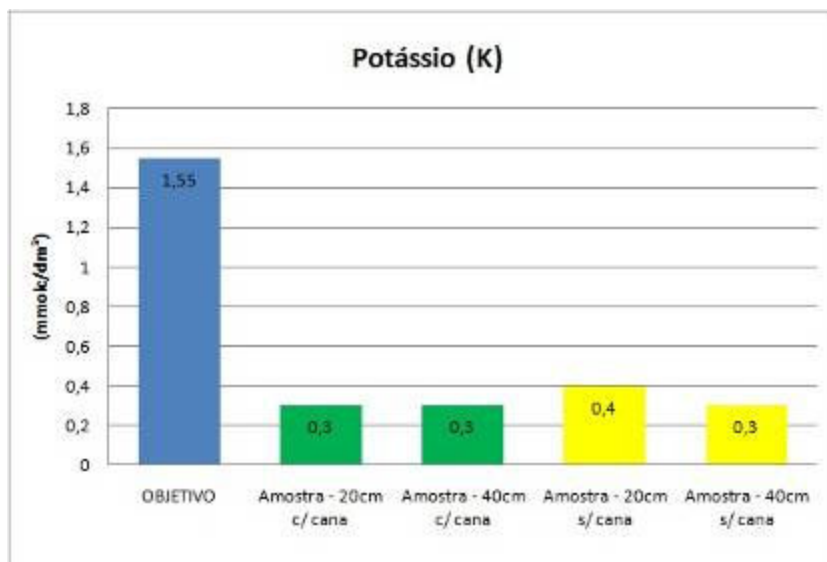


Gráfico dos resultados da média da análise química de Potássio (K) das amostras de solo no Assentamento Laudenor de Souza com e sem plantio de cana-de-açúcar.

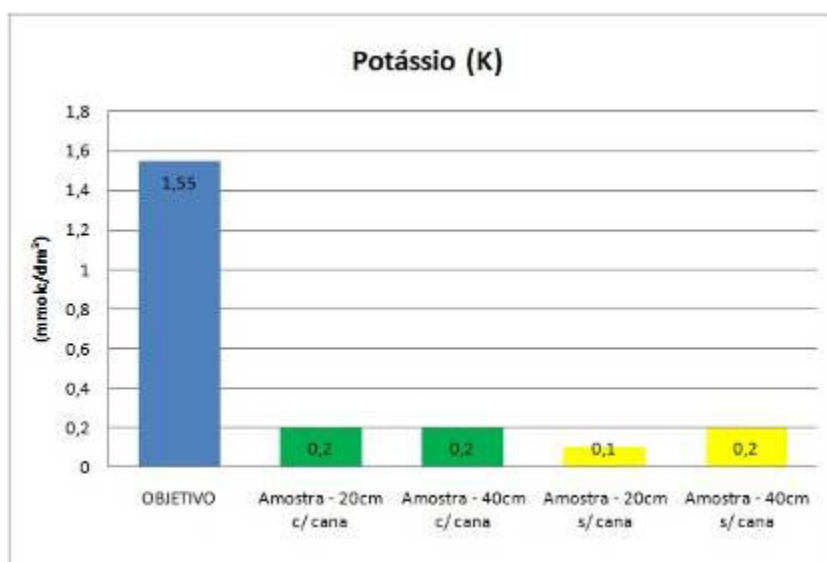


Gráfico dos resultados da média da análise química de Potássio (K) das amostras de solo no Assentamento Vô Tonico com e sem plantio de cana-de-açúcar.

Classes e teores de potássio (K) do solo

Teor de K no solo	Classe
0,0 a 0,7 mmolc dm ³	Muito Baixo
0,8 a 1,5 mmolc dm ³	Baixo
1,6 a 3,0 mmolc dm ³	Médio
3,0 a 6,0 mmolc dm ³	Alto
> 6,0 mmolc dm ³	Muito Alto

Fonte: Raj et al. (2001).

Em relação ao teor de potássio, os valores em todas as amostras estão muito baixos, em nenhuma amostra o valor é superior a 0,7 mmolc dm³. Interessante observar que nas amostras com cana, em ambas profundidades (20 e 40cm) os valores são o mesmo. Já nas amostras sem cana, exceto no Assentamento Vô Tônico, o teor de potássio foi maior a 20cm. Ao comparar as amostras com e sem cana, não se observa uma diferença acentuada nos valores.

O potássio, junto com fósforo e nitrogênio, forma os elementos nobres da adubação, entretanto, é um elemento que apresenta problemas por se perder facilmente pela lixiviação e pela sua elevada remoção pelas culturas, o que poderia explicar o baixo teor deste elementos nos solos dos assentamentos.

Cálcio

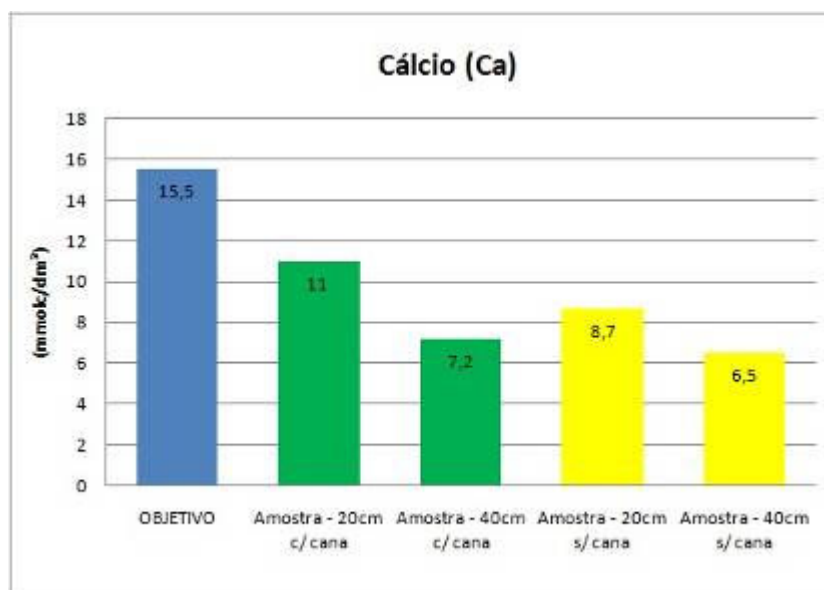


Gráfico dos resultados da média da análise química de Cálcio (Ca) das amostras de solo no Assentamento Santa Teresinha da Alcídia com e sem plantio de cana-de-açúcar.

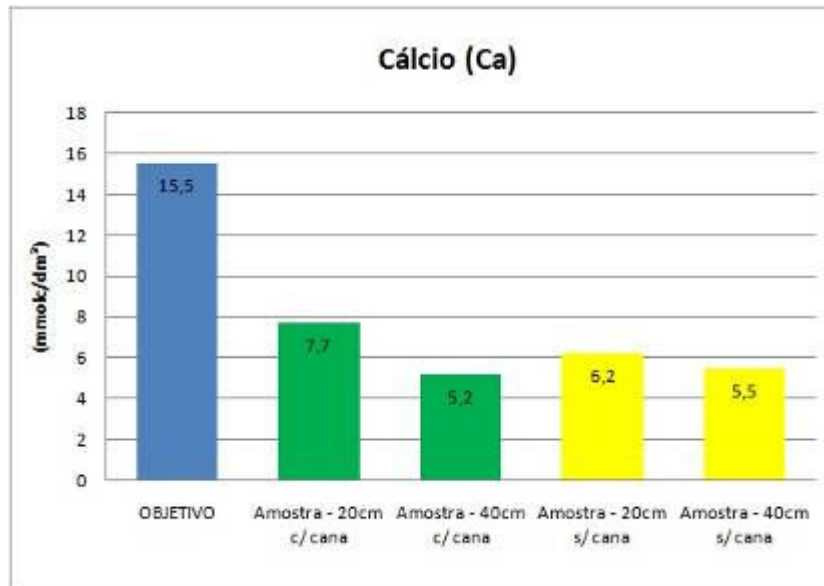


Gráfico dos resultados da média da análise química de Cálcio (Ca) das amostras de solo no Assentamento Laudenor de Souza com e sem plantio de cana-de-açúcar.

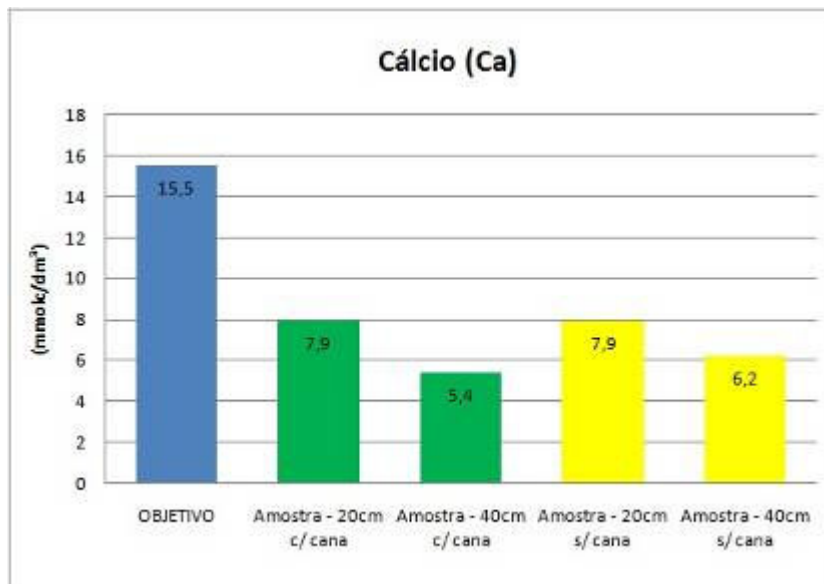


Gráfico dos resultados da média da análise química de Cálcio (Ca) das amostras de solo no Assentamento Vô Tonico com e sem plantio de cana-de-açúcar.

Classes e teores de cálcio (Ca) do solo

Teor de Ca no solo	Classe
0,0 a 3,0 mmolc dm ³	Baixo
4,0 a 7,0 mmolc dm ³	Médio
> 7,0 mmolc dm ³	Alto

Fonte: Raj et al. (2001).

Para o Assentamento Santa Teresinha da Alcídia, exceto a amostra 40cm sem cana, as amostras apresentam teor alto de cálcio. Para o Assentamento Laudenor de Souza a amostra 20cm com cana apresenta teor alto para o cálcio, as demais amostras possuem teor médio de cálcio. Para o Assentamento Vô Tônico, as amostras 20cm com e sem cana apresentam teor alto de cálcio e as amostras a 40cm possuem teor médio. Nos três assentamentos há diminuição do teor de cálcio conforme aumenta a profundidade.

Como o cálcio é removido do solo por lixiviação, erosão e colheitas, um dos principais objetivos da calagem é o fornecimento de Ca e Mg para as plantas; elevação do pH e redução do Al trocável, que é tóxico para as plantas. Contudo, apesar da calagem realizada pela usina e dos teores serem de médio a alto, o teor de Ca ainda está longe do valor ideal que é de $15,5 \text{ mmolc dm}^{-3}$.

Magnésio

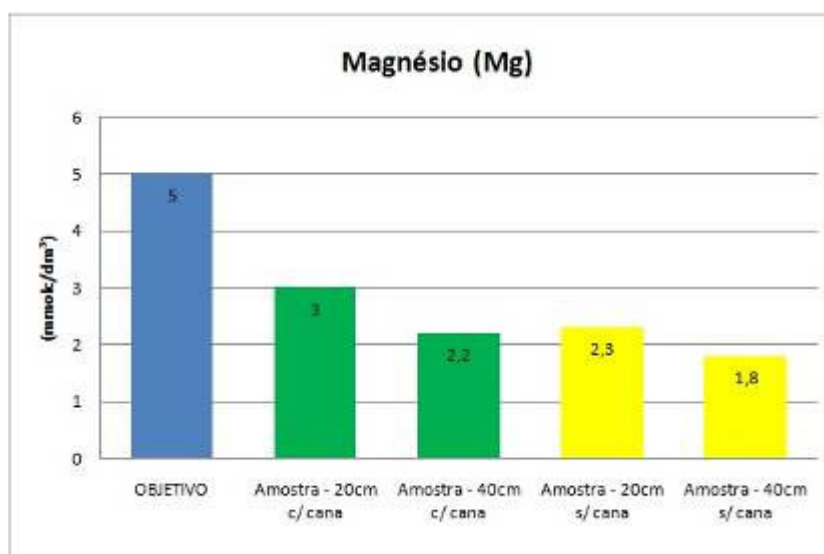


Gráfico dos resultados da média da análise química de Magnésio (Mg) das amostras de solo no Assentamento Santa Teresinha da Alcídia com e sem plantio de cana-de-açúcar.

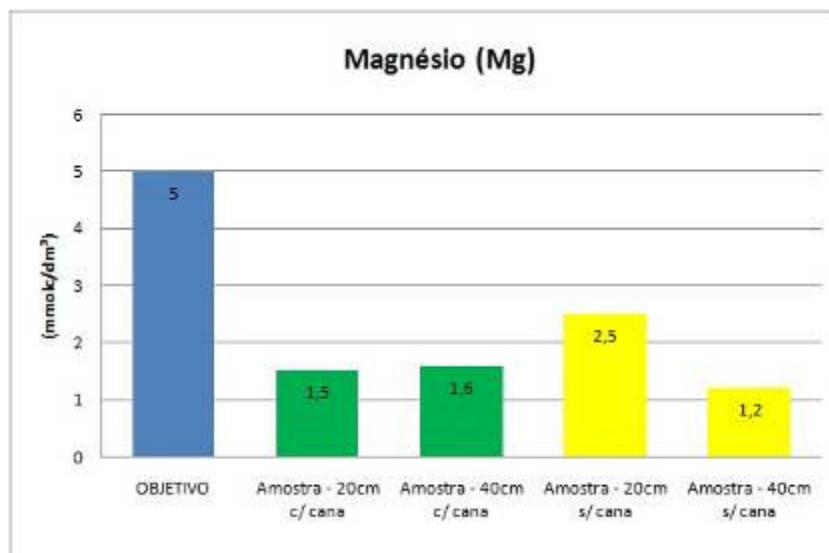


Gráfico dos resultados da média da análise química de Magnésio (Mg) das amostras de solo no Assentamento Laudenor de Souza com e sem plantio de cana-de-açúcar.

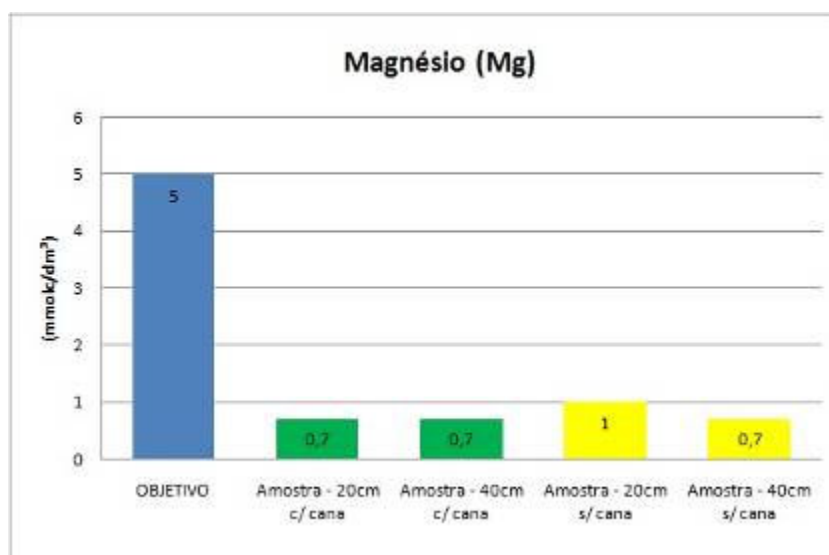


Gráfico dos resultados da média da análise química de Magnésio (Mg) das amostras de solo no Assentamento Vô Tônico com e sem plantio de cana-de-açúcar.

Classes e teores de magnésio (Mg) do solo

Teor de Mg no solo	Classe
0,0 a 4,0 mmolc dm ³	Baixo
5,0 a 8,0 mmolc dm ³	Médio
> 8,0 mmolc dm ³	Alto

Fonte: Raj et al. (2001).

Em todas as amostras o teor de magnésio foi baixo. Nos Assentamentos Laudenor de Souza e Vô Tônico o teor de magnésio é maior nas amostras sem cana do que nas amostras com cana. O baixo teor de magnésio pode estar

relacionado com o tipo de solo, que, de um modo geral, solos arenosos, ácidos, como dos assentamentos

Capacidade de Troca Catiônica

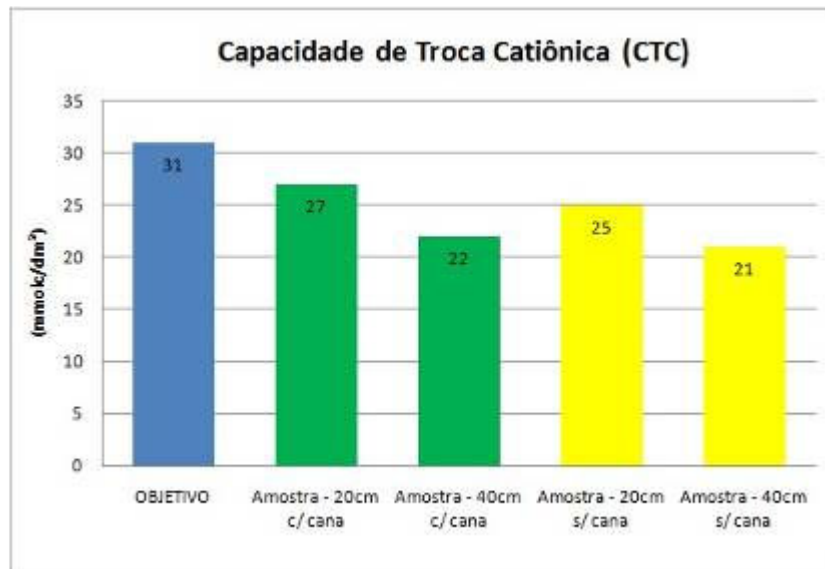


Gráfico dos resultados da média da análise química da Capacidade de Troca Catiônica (CTC) das amostras de solo no Assentamento Santa Teresinha da Alcídia com e sem plantio de cana-de-açúcar.

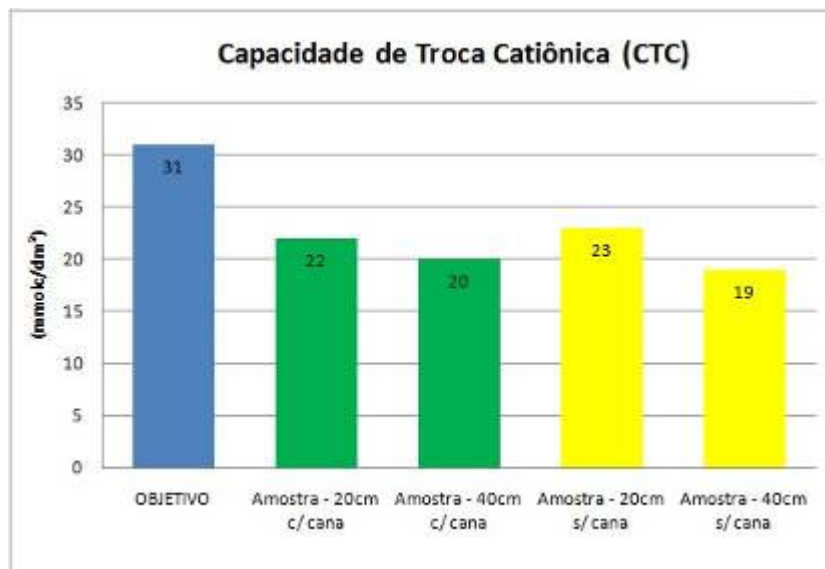


Gráfico dos resultados da média da análise química da Capacidade de Troca Catiônica (CTC) das amostras de solo no Assentamento Laudenor de Souza com e sem plantio de cana-de-açúcar.

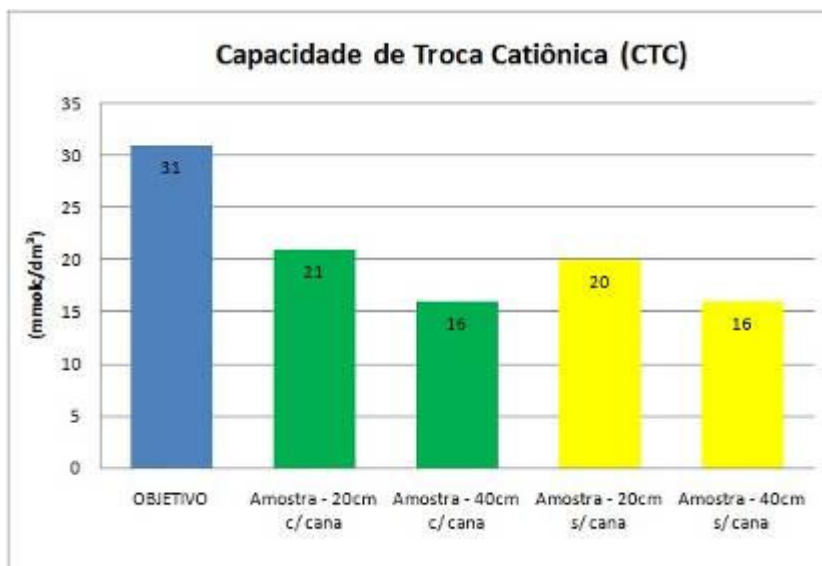


Gráfico dos resultados da média da análise química da Capacidade de Troca Catiônica (CTC) das amostras de solo no Assentamento Vô Tônico com e sem plantio de cana-de-açúcar.

A capacidade de troca catiônica se refere à quantidade de cátions (Al, H, Ca, Mg e K) que o solo é capaz de reter. Observa-se que os teores desses cátions não atingem o valor ideal, que seria de 31,0mmolc dm³, provando, mais uma vez, a acidez dos solos dos assentamentos rurais.

O valor da CTC é de grande importância no que diz respeito à fertilidade do solo e ao emprego de adubos e corretivos. Um valor baixo de CTC indica que o solo tem pequena capacidade para reter cátions em forma trocável.

Soma de Bases

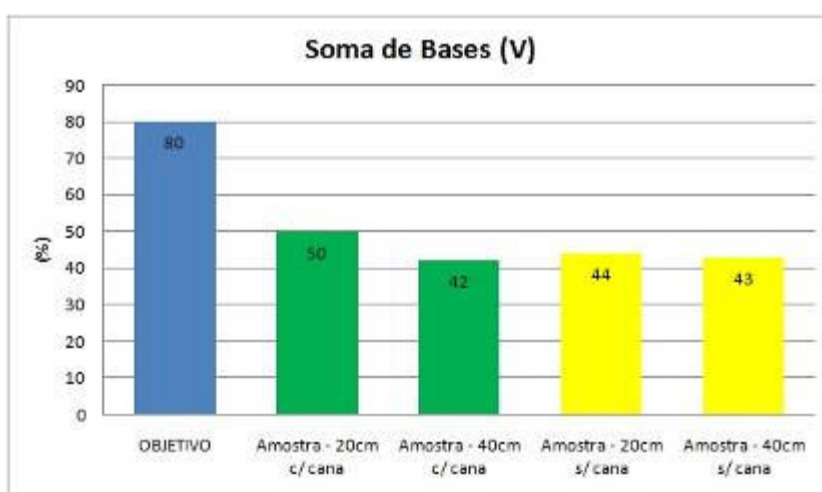


Gráfico dos resultados da média da análise química da Soma de Bases (V%) das amostras de solo no Assentamento Santa Teresinha da Alcídia com e sem plantio de cana-de-açúcar.

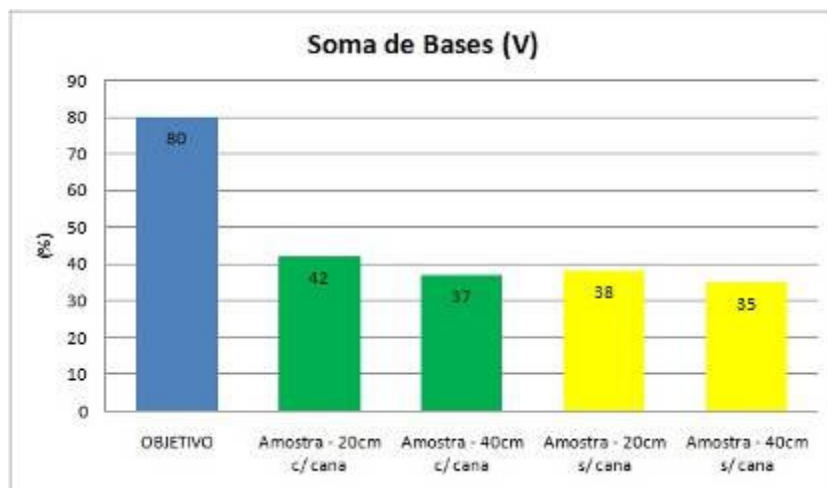


Gráfico dos resultados da média análise química da Soma de Bases (V%) das amostras de solo no Assentamento Laudenor de Souza com e sem plantio de cana-de-açúcar.

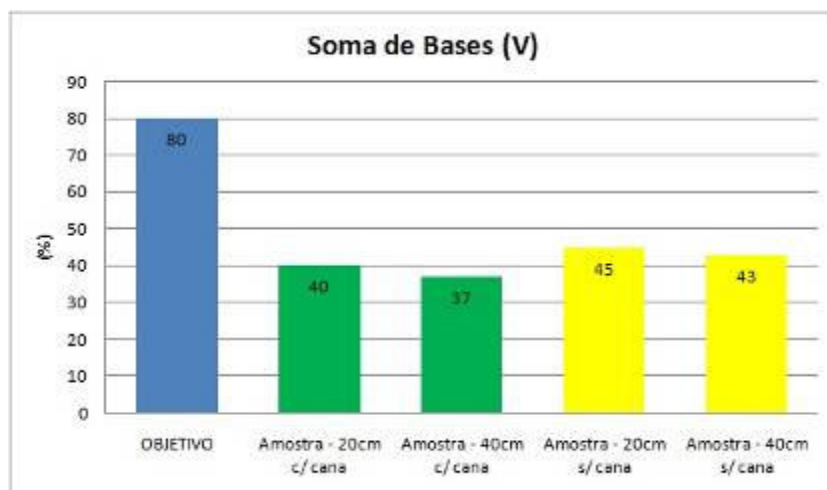


Gráfico dos resultados da média da análise química da Soma de Bases (V%) das amostras de solo no Assentamento Vô Tônico com e sem plantio de cana-de-açúcar.

Classes e teores de saturação por base (V%) do solo

Saturação por Bases (%)	Classe
0 a 25	Muito Baixa
26 a 50	Baixa
51 a 70	Média
71 a 90	Alta
>90	Muito Alta

Fonte: Raj et al. (2001).

Soma de Bases no Assentamento Santa Teresinha da Alcídia apresenta uma saturação baixa, que vai de 42 a 50%. No Assentamento Laudenor de Souza apresenta saturação baixa, com valores de 35 a 42%. No Assentamento Vô Tônico apresenta saturação baixa, com valores de 37 a 45%. Como se observa, os solos que apresentaram saturação por bases inferior a 50%, são solos considerados de fertilidade média ou baixa, variando entre distrófico e álico.

Diante dos resultados apresentados, observa-se que, de um modo geral, os impactos ambientais nos solos dos assentamentos em estudo, com a realização das parcerias, não foram negativos como era a hipótese inicial da pesquisa. Em muitas amostras os teores dos principais elementos analisados, vinculados à fertilidade, estão melhores, principalmente onde ocorreu o plantio da cana-de-açúcar.

Entretanto, nota-se que a usina não cumpriu com o contrato após o encerramento do ciclo de plantio da cana-de-açúcar, pois em trabalhos de campos observou-se que não houve cuidado especial com o solo (manejo e conservação de curvas de nível). Este manejo somente foi realizado no início da preparação do solo para o plantio.

